



Simpósio: O I.P. é ouro. Meio século do curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Anais

Novembro, 2014.



**Simpósio: O I.P. é ouro. Meio século do curso de Psicologia
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.**

Comissão Organizadora:

Professores:

Ana Maria Jacó Vilela.

José Augusto Hernandez

Márcia Maria Peruzzi Elia da Motta.

Maria Lúcia Siedl de Moura

Nayara Graciella Mota Miranda

Renata Patrícia Forain de Valentim

Sônia Leite.

Alunas:

Bárbara Albuquerque Pereira

Isis Fraga.

Comissão Científica:

Professores:

Ademir Pacelli ferreira

Adriana Benevides

Ângela Josefina Donato Oliva

Ana Maria Jacó Vilela.

José Augusto Hernandez

Márcia Maria Peruzzi Elia da Motta.

Maria Lúcia Siedl de Moura

Marisa Lopes da Rocha

Nayara Graciela Mota Miranda

Regina Glória Nunes Andrade

Renata Patrícia Forain de Valentim

Rita Manso de Barros

Sônia Alberti

Vinícius A. D'arriba

REITOR

PROF. RICARDO VIEIRALVES DE CASTRO

VICE-REITOR

PROF. PAULO ROBERTO VOLPATO DIAS

SUB-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROFA. MONICA DA COSTA PEREIRA LAVALLE HEILBRON

DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

PROF. GLAUBER ALMEIDA DE LEMOS

DIRETOR DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROFA. RITA MARIA MANSO DE BARROS

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROFA. MARCIA MOTA

Sumário:

Abertura:

O Evento Comemorativo da Criação do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Rita Maria Manso de Barros e Márcia Elia da Mota.

Conferências:

Memórias dos 50 Anos da Psicologia na UERJ

Celso Pereira de Sá e Maria Lúcia Seidl de Moura

A Fenomenologia como 'visão de mundo' nas psicologias fenomenológicas e existenciais. Uma análise a partir da psicologia fenomenológica de Edmund Husserl.

Tommy Akira Goto

O Cotidiano como foco de pesquisa: o que mudou nestes 50 anos?

Mary Jane P. Spink

História da Psicologia na UERJ.

Deise Mancebo

Mesas - Redondas:

Contribuições da Estimulação Neuropsicológica para o Desenvolvimento Infanto-Juvenil.

Estimulando o Desenvolvimento da Criança na Primeira Infância: O Modelo K-RTI

Mônica C. Miranda

Questões Contemporâneas da Psicologia do Desenvolvimento.

Fazendo psicologia do desenvolvimento no IP da UERJ: o grupo de pesquisas Interação Social e Desenvolvimento (ISDES)

Maria Lucia Seidl de Moura e Deise Maria Leal Fernandes Mendes

Inserção Ecológica: um método para estudar o desenvolvimento humano
Sílvia Koller

Projeto Educacional, Higiene Mental e Aptidão Industrial: faces e interfaces dos caminhos psi na primeira metade do século XX.

A Psicologia no projeto educacional da Primeira República no Brasil.
Francisco Teixeira Portugal

A regeneração do Brasileiro pela psicanálise: a Liga Brasileira de Higiene Mental (1923-1947)
Cristiana Facchinetti

Psicologia do Trabalho e ensino industrial na era Vargas

Alexandre de Carvalho Castro

Psicologia Social e Três Vertentes Clássicas: sociológica, individualizante e aplicada.

Psicologia Social e Três Vertentes Clássicas: sociológica, individualizante e aplicada.

Rafael Wolter

Relações de Gênero e a Psicologia Social Sociológica: representações e identidades sociais.

Adriano Roberto Afonso do Nascimento

Aplicações da Psicologia Social ao Universo do Futebol: racismo e violência entre torcedores.

Denis Giovani Monteiro Naiff

Infância e Adolescência: tensões entre cuidado, segurança e proteção.

Psicologia e Direito: Reflexões sobre este encontro no sistema socioeducativo.

Izabela de Castro Ferreira Saraiva

Desafios e Contradições nas Políticas de Atendimento à Infância e à Adolescência

Thaís Vargas Menezes

Da Família Ideal à Família Real: amarras morais entre o cuidado e a tutela

Carolina Sette Pereira

Psicologia Organizacional e do Trabalho: um diálogo com profissionais formados no Instituto de Psicologia.

Psicologia do Trabalho e Organizacional. Formação e atuação profissional: desafios e reflexões.

Cátia Barcelos

A Psicologia do trabalho e o Trabalho da Psicologia.

Wladimir Ferreira de Souza

O Princípio da Autoconfrontação em Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho e Organizacional.

Cirlene de Souza Christo

Contribuições da Ergonomia e da Ergologia para Gestão de Pessoas

Maria Elisa Siqueira Borges

Psicanálise e Instituição.

Psicanálise e supervisão clínica na Universidade

Ângela Cavalcanti Bernardes

O psicanalista na instituição: entre sujeito e objeto.

Sonia Alberti

As instituições, a transitoriedade e o sujeito.

Sonia Leite

Psicanálise e Arte.

Joyce e a questão do Pai.

Doris Rinaldi.

Lacan e o barroco

Marco Antonio Coutinho Jorge

Psicanálise na arte, arte na psicanálise.

Tania Rivera

Psicanálise Clínica e Política.

Oposição não é necessariamente inimizade

Rita Maria Manso de Barros.

Direção do Tratamento ou Direção da Cura: qual poder?

Christian Dunken

O ilimitado do neoliberalismo e a expansão da lógica da avaliação no campo da clínica.

Vinicius Darriba.

Psicanálise, Ciência e Universidade.

O que é uma universidade que inclui a Psicanálise?

Luciano Elia

A verdade sujeito

Antonio Teixeira

Do mundo fechado ao des-universo dos discursos: lógica da ciência e movimentos sociais contemporâneos.

Fernanda Costa Moura

A Resolução de Problemas e Contexto Escolar: influência de aspectos afetivos e sócio-cognitivos na aprendizagem.

O que Sabem os que não sabem: As implicações do não aprender no cotidiano escolar

Jane Correa e Flavia Carolina dos Santos Gomes

Inventário de Resolução de Problemas

Altemir José Gonçalves Barbosa, Roseane Ribeiro Mendonça

O Conflito Interpessoal na Escola.

Maria Isabel da Silva Leme

O Ensino da Avaliação Psicológica nos Cursos de Graduação de Psicologia no Rio de Janeiro.

A avaliação psicológica como processo e a formação crítica dos(as) psicólogos(as)

Virginia Dresch

A percepção das competências em Avaliação Psicológica

José Augusto Evangelho Hernandez

Considerações sobre o ensino da avaliação psicológica

Juliane Callegaro Borsa

A Fenomenologia, a Filosofia da Existência e suas Repercussões na Psicologia.

Gestalt-Terapia: da contracultura aos nossos dias. Uma abordagem na vanguarda de seu tempo.

O Caráter Interdisciplinar da Terapia Cognitivo Comportamental

Comunicações Orais e Pôsteres¹:

UM TEMPO CERTO PARA CADA PROPÓSITO: DESENVOLVENDO AS FUNÇÕES EXECUTIVAS PARA LER E ESCREVER

Fernanda Memere Riski, Flávia Carolina dos Santos Gomes, Aline Coelho de Freitas, Raphaela Machado da Silva, Fernanda de Barros Rosa Almeida, Deborah Ambre de Freitas, Raquel Carlos Magno Andrade, Ana Luisa Walter Santa, Natalie Blakeney Alves, Gabriela Mirrah Rezende Beckert, Giuliana Ramires de Santana e Jane Correa.

TRANSFERÊNCIA NA PSICOSE

Clarissa Alves dos Santos e Ademir Pacelli Ferreira

RISCO E PROTEÇÃO EM PROFESSORES E ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II: UM MODELO DE RESILIÊNCIA

Ana El Achkar, Vanessa Barbosa Romera Leme e Adriana Benevides Soares,

RELAÇÃO ENTRE AUTOESTIMA E AMOR

Maciel Alves de Carvalho, André Bento de Jesus e José Augusto Evangelho Hernandez

QUEM LIGA PARA A SAÚDE MENTAL? A Experiência da LASM Unigranrio.

Cely Carolyne Pontes Morcerf; Áthila de Almeida Siqueira; Ester Felix Gonçalves; Samira Pontes de Moura (Unigranrio).

QUE NARIZ É ESSE DOUTOR? A Experiência do Projeto Ilumine

Cely Carolyne Pontes Morcerf, Áthila de Almeida Siqueira, Ester Felix Gonçalves e Samira Pontes de Moura.

QUALIFICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SATISFAÇÃO NO TRABALHO: uma comparação entre os professores das redes públicas e privada.

Luciana Mourão e Viviane Ribeiro Viana

Por uma clínica da *vida vivida*: um olhar para as diferenças.

Eleonora Torres Prestelo, Laura Cristina de Toledo Quadros, Carlos Henrique de Sousa Lima, Ingrid Cristine Barcellos Lima, Thaciane Assis dos Santos, e Élide Silva Nascimento.

Os Efeitos Agudos da Corrida sobre o Humor

Beatriz Vieira, Carlos Eduardo Teixeira, Clara Almeida, Vanessa Silva e José Augusto Evangelho Hernandez.

Oficinas de cuidado: fundamento de uma “prática” psicológica.

Eleonora Prestelo, Érika Araujo e Leticia Marques de Oliveira

¹ Comunicações Orais em letras maiúsculas, pôsteres em minúsculas.

O Videogame como Ferramenta de Reabilitação das Habilidades Cognitivas.
Renata Andrade Santos Pereira e Fernanda Gonçalves da Silva

O SEXO NA ADOLESCÊNCIA
Heloene Ferreira da Silva e Sonia Alberti

O potencial terapêutico dos jogos eletrônicos na diminuição e controle da ansiedade.
Hosana Araújo e Fernanda Gonçalves da Silva

O papel social da mulher no início do século XX no Brasil

Thiago Nascimento Labrador Martinez, Mariana Martelo Rodrigues e Renata Patricia Forain de Valentim.

O modelo simples explica a compreensão leitora no português?
Marcia Oliveira e Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota

O conhecimento e o domínio dos alunos da Psicologia sobre Avaliação Psicológica

José Augusto Evangelho Hernandez

MONITORIA NA DISCIPLINA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: A VISÃO DOS ALUNOS

Millena Cardoso dos Santos e Mayra Silva de Souza

Higiene e Progresso: A Questão das Alteridades nas Escolas Normais da Corte e Distrito Federal

Renata Dawache, Renata Patricia Forain de Valentim.

Habilidades sociais e percepção de apoio social de adolescentes: Relações com o desempenho acadêmico

Luana de Mendonça Fernandes e Vanessa Barbosa Romera Leme.

FALÊNCIA DE UM IDEAL E COMPENSAÇÃO DELIRANTE

Livia Suisso Lourenço e Ademir Pacelli Ferreira

Falando sobre Suicídio: A Experiência de Integração das Ligas de Saúde Mental da Unigranrio

Cely Carlyne Pontes Morce, Áthila de Almeida Siqueira, Ester Felix Gonçalves e Samira Pontes de Moura

Evidências de validade da Escala de Ansiedade Estatística em Alunos da Psicologia

José Augusto Evangelho Hernandez, Gabriella Rocha dos Santos, Jéssica de Oliveira da Silva, Sara Lameira Lourenço Mendes e Vanessa da Costa Barreto Ramos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro).

Estratégias de capacitação e desenvolvimento profissional

Ana Claudia Fernandes Monteiro, Maria da Conceição de Oliveira Villar e Luciana Mourão

Então, a Consciência Morfológica Contribui para a Leitura no Português Brasileiro?
Pedro Viana de Freitas Junior e Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota

DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL ENTRE EPISÓDIOS DE AGITAÇÃO NA
INFÂNCIA E DISFUNÇÕES NEUROPSICOLÓGICAS
Elenilda Alves da Rocha e Nayara Graciella Mota Miranda

Desenvolvimento Profissional: a testagem de um modelo preditivo

Ana Claudia Fernandes Monteiro e Luciana Mourão

DECISÕES EM DILEMAS MORAIS E SUPERVISÃO DA RESPOSTA ENTRE
JOVENS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS: RESULTADOS PRELIMINARES

Elenilda Alves da Rocha, Marina Antunes, Maria Adriana Campêlo e Nayara Graciella
Mota Miranda

Daseinsanálise e Esquizofrenia: Um estudo sobre a contribuição de Merdard Boss para a
compreensão do homem sadio e patológico

Émerson Domingues da Silva

CONTRIBUIÇÕES DA ESTIMULAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA GRUPAL NA
ADOLESCÊNCIA: NEURODESENVOLVIMENTO ATÍPICO.

Marina Lins Antunes e Nayara Graciella Mota Miranda

Consciência Fonológica e Prática Educativa

Débora Pinto Inácio e Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota

Avaliação dos Estilos de Apego em Indivíduos com Transtorno de Personalidade
Beatriz Vieira, Evlyn Rodrigues Oliveira, Monique Gomes Plácido, Stèphanie Krieger e
Eliane Mary de Oliveira Falcone

Avaliação dos coordenadores de curso de psicologia acerca da aquisição de
competências por parte dos alunos

José Rômulo Travassos da Silva, Helenita de Araujo Fernandes e Luciana Mourão

As meninas preferem aqueles que têm

Rita Manso, Isis Segal, Evacyra Viana, Marina Fiorenza, Jair Dias A. Júnior, Taina Cavalcanti e Paola Vargas.

Aproximações entre a Teoria das Representações Sociais e os modelos de Cognição Social.

Marcus Eugênio de Oliveira Lima Anderson Pereira Mendonça

Ansiedade-traço entre atletas de esportes coletivos e individuais

Carina Vicente da Silva, Cristina Portela Lima, Gabriella Pereira Ribeiro, Viviane de Oliveira Costa e José Augusto Evangelho Hernandez

Análise Fatorial Confirmatória da Escala Triangular do Amor-Reduzida

Modalidade: pôster

Autores:

José Augusto Evangelho Hernandez e Vera Lucia Annuniação Baylão Gomes

A Satisfação Amorosa em Relações Hetero e Homossexuais.

José Augusto Evangelho Hernandez, Vera Lucia da Annuniação Baylão Gomes

A PRÁTICA DE ESTIMULAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA INTEGRADORA EM HIPERTENSÃO

Andressa Marques Paiva e Nayara Graciella Mota Miranda

A POLÊMICA SOBRE A PSICANÁLISE NO CAMPO DO AUTISMO

Irene Beteille e Sônia Alberti

A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM QUALITATIVA EM AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO

Rudi Sousa Borges e Nayara Graciella Mota Miranda.

A FRAGMENTAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL NA ESQUIZOFRENIA: RELATO DE UM CASO ATENDIDO NO CAPS

Lívia de Sousa Schechter e Ademir Pacelli Ferreira.

CONSTRUÇÃO DE UMA ESCALA DE AGEISMO NAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS

Lucia Helena de Freitas Pinho França; Andreia da Rocha Siqueira-Brito; Cristiane Pimentel Nalin; Soniárlei Vieira Leite; Silvia Miranda Amorim; Nanci Claudete Ekman; Francisco Salustiano da Silva; Luciana Raybolt Guerson; Luiz Antonio da Silva

CONSTRUÇÕES DE CIDADANIA CULTURAL, CUIDADO DE SI E SAÚDE COM
JOVENS DO CENTRO CULTURAL CARTOLA – COMUNIDADE DA
MANGUEIRA/RJ.

Regina Glória Nunes Andrade, Ligia Valadares de Almeida, Cibele Mariano Vaz,
Marcia Fraga, Isis Regina, Georgie Echeverri, Rosangela Brandão Nunes e Edna
Chernicharo

.

O Evento Comemorativo da Criação do Curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Rita Maria Manso de Barros e Márcia Elia da Mota.

Comemoramos com esse evento os 50 anos de criação do Curso de Psicologia da UERJ. O Curso foi criado em 1964, dois anos após ter sido regulamentada a profissão de psicólogo. Nesta época, o curso de Psicologia encontrava-se vinculado ao Departamento de Pedagogia da Faculdade de Educação, que por sua vez integrava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1968 o curso foi transferido para o Instituto de Biologia, onde permaneceu até 1971. Através da Resolução no 382/1971 do Conselho Universitário, foi instituída uma nova estrutura administrativa e foi criado o Instituto de Psicologia e Comunicação Social, passando a fazer parte do Centro de Educação e Humanidades. Em 1986, com a Resolução nº 531 do Conselho Universitário, que o Instituto de Psicologia e a Faculdade de Comunicação foram desmembrados.

Hoje o instituto possui graduação em Psicologia com habilitação em formação de psicólogo e licenciatura, duas Pós-graduações *Stricto-Sensu*, uma em Psicologia Social e outra Pós-graduação em Psicanálise. Possui, ainda, Pós-graduações *Lato Sensu* nas áreas de Psicologia Jurídica, Psicopedagogia e de Psicologia Clínico-Institucional: modalidade Residência Hospitalar.

É um Instituto comprometido com a formação profissional de alta qualificação, não restringindo em qualquer etapa do processo de formação, a ética e a responsabilidade social frente ao desenvolvimento dos conhecimentos de psicologia na esfera nacional e internacional. O resultado do último ENAD atribuiu ao Curso de Psicologia da UERJ

nota 4, tendo sido a Universidade pública, mais bem avaliada do Estado. Não houve Cursos com conceito 5 no Estado do Rio de Janeiro. O Programa de Psicologia Social obteve, também, nota 5 na última avaliação trienal. Veremos nesses anais representadas as principais linhas de pesquisa do Curso de Psicologia. As mesas foram montadas de forma a permitir um diálogo entre os saberes desenvolvidos no nosso Instituto com outros pesquisadores de mérito reconhecido no nosso país. Esperamos que os participantes desse evento tenham uma semana produtiva e são os nossos votos que nosso Instituto continue contribuindo para formação do psicólogo no nosso país.

Conferências:

Memórias dos 50 Anos da Psicologia na UERJ

Celso Pereira de Sá e Maria Lúcia Seidl de Moura².

Dois antigos ex-alunos – Celso Pereira de Sá e Maria Lúcia Seidl de Moura – que atuam até hoje, como professores, no Instituto de Psicologia, dão um depoimento conjunto sobre acontecimentos dos últimos 50 anos que envolveram diretamente a Psicologia na UERJ ou tiveram alguma influência ou repercussão sobre seus destinos. Partindo de considerações sobre a psicologia em geral e sobre o que a introdução do seu ensino e pesquisa representou para a UERJ, os acontecimentos e circunstâncias relevantes são lembrados e discutidos década a década, desde a de 1960 até a de 2010. A trajetória descrita é, enfim, avaliada quanto às dificuldades e confrontos que a caracterizaram, para concluir por uma atual reafirmação do orgulho pelas nossas ciência e profissão.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A Fenomenologia como 'visão de mundo' nas psicologias fenomenológicas e existenciais. Uma análise a partir da psicologia fenomenológica de Edmund Husserl.

Tommy Akira Goto³

A Fenomenologia é uma filosofia que foi fundada pelo matemático e filósofo Edmund Husserl (1859-1938). Essa filosofia se constituiu em uma autêntica escola do pensamento, mobilizando o interesse de muitos estudiosos que foram aos poucos se apropriando dessa filosofia em diversas áreas e de diversos modos, promovendo assim o conhecido “movimento fenomenológico”. Pode-se dizer que desde a sua constituição a Fenomenologia vem influenciando tanto as correntes filosóficas, quanto um conjunto de ciências, em particular, as ciências humanas. Dentre as ciências humanas, destaca-se Psicologia, porque esteve mais decididamente ligada à própria Fenomenologia, buscando alguma reestruturação de seu fundamento e método. A relação da Psicologia com a Fenomenologia está presente na filosofia fenomenológica de Husserl desde seus primórdios, ou seja, das “Investigações Lógicas” de 1900 até os últimos escritos denominados como “A Crise das ciências europeias e a Fenomenologia Transcendental” de 1934-1937. No entanto, a relação e a distinção da Fenomenologia com a Psicologia foi bem mais esclarecida no texto “Ideias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica”, publicado em 1913, na qual Husserl afirma entre outras coisas que a Psicologia é uma ciência dos fatos psíquicos, ou seja, uma ciência empírica da vida psíquica, enquanto a Fenomenologia é uma ciência de essências, uma eidética da vida psíquica. Ainda, ao mesmo tempo em que ambas possuem o mesmo objeto – a consciência –, Husserl mostra a impossibilidade de a Psicologia ser uma ciência pura, sendo ela científica e natural, destacando assim sérios problemas na constituição epistemológica dessa como psicologia fundamental. Diante dessas questões preliminares, a exposição tem como objetivo contextualizar a fundação da Fenomenologia Transcendental; apresentar a elaboração do método fenomenológico; destacar, a partir da crítica à psicologia científica, a constituição da Psicologia

³ Universidade Federal de Uberlândia

Fenomenológica como uma “nova” ciência psicológica e; por fim, problematizar, a partir dessa “nova psicologia”, a formação de diversas escolas ou abordagens ditas fenomenológicas e existenciais. Husserl (1927/1990) afirmou que, ao mesmo tempo em que a Fenomenologia Transcendental surgiu, iniciou-se também uma nova disciplina psicológica, paralela a ela, no que se refere ao método e ao conteúdo, ou seja, uma psicologia *apriorística* pura ou *psicologia fenomenológica*. Na concepção do filósofo, a Psicologia para ser genuína deve ser fundamentalmente fenomenológica, ou seja, deve adotar o método fenomenológico-eidético, porque somente assim essa ciência estará puramente dirigida à vida psíquica em si mesma e as suas estruturas. Isso significa que só assim terá condições de dirigir seu “olhar” verdadeiramente para a interioridade psíquica, tornando-se uma autêntica ciência da vida psíquica/anímica. Depois da morte do filósofo e da publicação de seus escritos sobre a Psicologia, muitas foram as interpretações e as propostas para uma “Psicologia Fenomenológica”, mas que, até onde se tem notícias nenhuma delas, sejam elas mais epistemológicas e/ou mesmo clínicas, alcançou a realização de tal empreendimento psicológico como proposto pelo fundador da fenomenologia. Muito pelo contrário, o que parece ter ocorrido foi a fundação de diversas escolas e abordagens psicológicas denominadas como fenomenológicas e existenciais que, em verdade, mais se apropriaram da “visão filosófica de mundo” produzida pela Fenomenologia filosófica e de suas implicações com a Psicologia, que do método fenomenológico propriamente dito para as análises psicológicas. Assim, diversas foram as abordagens psicológicas que se constituíram motivadas pela proposta da Fenomenologia e das escolas filosóficas existenciais que vieram na subsequência dela, sendo essas escolas: *Daseinsanalyse*, *Gestalt-Terapia*, *Logoterapia*, *Psicologia Existencial*, *Abordagem Centrada na Pessoa*, *Focalização*, *Psicodrama*, entre outras. Nessas abordagens psicológicas não se encontra o método fenomenológico-eidético, elaborado e destinado à Psicologia pelo próprio Husserl, em vez disso, vê-se a apropriação dos conceitos fenomenológicos, das descrições e dos aportes evidenciados nas análises psicológico-fenomenológicas. Mesmo a Fenomenologia sendo concebida, dentre tantas concepções, por ser método, ou seja, método fenomenológico; essa filosofia produziu também uma “visão filosófica de mundo”, ou seja, uma concepção filosófica “global” de mundo e de ser humano. Edith Stein, filósofa e assistente de E. Husserl, no texto “O significado da Fenomenologia para a visão de mundo” de 1932, comenta que a Fenomenologia com certeza estava exercendo grande influência sobre a concepção de mundo dos fenomenólogos e dos demais filósofos. Em sua época, Stein

destacou três filosofias fenomenológicas que contribuíram decisivamente para a constituição de uma nova “visão filosófica de mundo”, ou seja, a Fenomenologia de Edmund Husserl, Max Scheler e Martin Heidegger. Hoje, porém, podemos ampliar essa análise, incluindo a própria Edith Stein, e outros filósofos, como: Merleau-Ponty, Jean-Paul Sartre, Emmanuel Levinas, Alfred Schutz que, com suas filosofias, foram também decisivos para influenciar uma “visão de mundo fenomenológica”; visão essa da qual a Psicologia e algumas de suas escolas têm se aproximado e recorrido atualmente. Contudo, deve-se advertir aqui que na acepção de Husserl, a Psicologia Fenomenológica é antes de qualquer coisa uma ciência universal e *a priori* dos seres humanos, cujo objeto de estudo é o ser anímico/psíquico. E não apenas uma psicologia ou uma escola psicológica, cujo propósito seja a intervenção ou atuação. Assim, muito além de ser uma abordagem psicológica, a tarefa da *Psicologia Fenomenológica* deve se resumir, assim, em ser uma ciência *a priori*; uma ciência eidética; ter caráter intuitivo e de descrição pura. Claro que essa análise não tira a importância e significado dessas escolas, assim como também não implica em minimizar a eficácia e os ótimos resultados psicológicos por elas produzidos. Apenas tem a intenção, conforme o propósito exposto, de evidenciar que essas escolas ou abordagens não se constituem em uma Psicologia Fenomenológica como Edmund Husserl elaborou na ocasião de seu projeto por uma Fenomenologia Transcendental. Por fim, pode-se afirmar que a autêntica e genuína concepção de Psicologia Fenomenológica é fundamental para os psicólogos, porque é com o desenvolvimento dessa disciplina/ciência que eles poderão resgatar a subjetividade como fonte originária da vida humana e a sua correlação com o mundo-da-vida.

Palavras-chave: fenomenologia transcendental, psicologia fenomenológica, abordagens fenomenológicas e existenciais.

O Cotidiano como foco de pesquisa: o que mudou nestes 50 anos?

Mary Jane P. Spink⁴

Para Michel de Certeau (1996:31) “O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha)”. Portanto, concerne à vida vivida, nas ruas, nas instituições (de ensino, de trabalho, de saúde, prisionais) assim como no contexto da família. Considerando que a psicologia social trata de pessoas em interação com o mundo, o cotidiano é necessariamente parte dos fenômenos em estudo. Porém, nem sempre constou explicitamente como foco de estudo. Há estudos clássicos da psicologia social que se debruçaram sobre os meandros do cotidiano de comunidades e grupos. Por exemplo, em 1931, Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel conduziram um estudo em Marienthal, na Áustria, em uma comunidade que, com o fechamento da fábrica de tecelagem local, vivia as agruras do desemprego. Ou ainda, temos registros do estudo de Festinger realizado em 1956 com um grupo de pessoas que se organizaram para enfrentar um suposto fim do mundo, quando seriam resgatas por seres extraterrestres.

Todavia, pensando nas maneiras como a psicologia social chega aos nossos cursos de psicologia no Brasil, e limitando esta reflexão aos 50 anos comemorativos da criação do instituto de psicologia da UERJ, diríamos que a questão do cotidiano nos anos iniciais da institucionalização da psicologia como disciplina acadêmica foi pouco problematizada. Houve um claro privilegiamento das vertentes mais identificadas com a ciência experimental, entre elas as que alinhavam às vertentes cognitivistas da psicologia social. Hoje contamos com um rico acervo de pesquisas que têm o cotidiano

⁴PUC/ SP. A autora conta com bolsa de produtividade do CNPQ

por foco e nesta conferência buscaremos responder três perguntas. A primeira refere-se a quando, como e por mãos de quem passa a haver um interesse crescente pela pesquisa no cotidiano. Para responde-la partimos do pressuposto de que há pelo menos quatro arenas onde o cotidiano é foco de interesse para a psicologia social: a psicologia ambiental; a psicologia comunitária, aquela que se volta às organizações e/ou dinâmica do trabalho e a que tem a circulação de conhecimentos como foco de estudo. A segunda pergunta busca entender quais os referenciais utilizados nessas vertentes de pesquisa. A terceira, indaga o que há de novo nesse cenário. Em relação à primeira pergunta, o ano de 1962 foi tomado como marco devido à regulamentação da psicologia como profissão. Mesclamos, na busca por pioneiros nas quatro áreas elencadas, o conhecimento que temos da área, a busca em bancos de dados a partir de palavras-chave e a consulta ao currículo Lattes de pesquisadores renomados dessas vertentes da psicologia social. Essas fontes foram cotejadas com consulta ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e aos Grupos de Trabalho da ANPEPP. Como preâmbulo, vale mencionar que, enquanto a psicologia social buscava seu nicho, o cotidiano era explorado em contextos voltados à microanálise de interações, entre eles a psicologia etológica, que em São Paulo teve como representantes os professores Walter Hugo Cunha e César Ades, e os estudos de interação entre mãe e criança que têm como figura pioneira Maria Clotilde Rossetti Ferreira. Contudo, não estávamos ainda no âmbito estrito da psicologia social. Dentre os temas onde a pesquisa no cotidiano começa a despontar na psicologia social encontram-se os estudos sobre aspectos organizacionais do trabalho. Entre os pioneiros, esta área contou com a influência de Peter Spink que, em suas visitas ao Brasil e eventual migração para o país, orientou muitos alunos e publicou vários artigos trazendo consigo a forte influência da pesquisa ação que tem por base as teorizações de Kurt Lewin. A partir da década de 1980 o tema do cotidiano se

tornou fundamental na psicologia social por meio dos encontros sobre Psicologia na comunidade, organizados, em um primeiro momento pela ABRAPSO. Movidos pela necessidade de enfrentamento das questões sociais num país fortemente marcado por desigualdades sociais, impulsionados, também, pelos movimentos sociais apoiados pela Igreja Católica na época da ditadura militar, vários pesquisadores, desde a década de 1970, desenvolviam intervenções psicossociais em comunidades. Dos encontros regionais e dos fóruns de discussão nas reuniões nacionais da ABRAPSO, a área consolidou-se, também, por meio dos Grupos de Trabalho da ANPEPP, reunidos a partir do III Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico realizado em Águas de São Pedro/SP, em 1990. Também na década de 1980 começam as pesquisas em outra tradição psicossocial que tem o cotidiano como um de seus focos: a teoria das representações sociais. Nem todas as pesquisas nesta vertente teórica concernem a processualidade da vida cotidiana. Contudo, no livro *O Conhecimento no Cotidiano*, publicado em 1993, há dois capítulos que demonstram o potencial desta teoria para estudos no cotidiano. Um, de autoria de Ricardo Vialves de Castro, versa sobre as Representações Sociais da Prostituição no Rio de Janeiro. O outro, de autoria de Leny Sato, teve por objetivo entender as representações de trabalho penoso de motoristas de ônibus urbano. A publicação do livro *Psicologia Social do Cotidiano: Representações sociais em Ação* em 2007, de autoria de Pedrinho Guareschi e Marília Veronese, é um indicador de como a pesquisa no cotidiano está imbricada nesta tradição de pesquisa.

Por fim, temos a emergência dos estudos de psicologia ambiental que têm Hartmut Gunther e José Pinheiro como figuras icônicas. O primeiro artigo especificamente vinculado ao tema data de 1993. Escrito por Hartmut Gunther em coautoria com R. Rozestraten teve por título *Psicologia Ambiental: Algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino*. Os anais dos Simpósios da Associação Nacional de Pesquisa

e Pós-graduação (ANPEPP), são também indicadores da cristalização dessas áreas de pesquisa. Foi a partir do simpósio realizado em Águas de São Pedro em 1990 que encontramos Grupos de Trabalho relacionados a três das quatro áreas acima delineadas (Organizações, Psicologia Comunitária e Representações Sociais). Em 2012, o XIV simpósio, realizado em Belo Horizonte, abrigou 64 grupos e nele todas as áreas acima delineadas estavam representadas: Psicologia Ambiental (GT 15); Modos de vida e trabalho (GT 27); Cotidiano e práticas sociais (GT 41), representações Sociais (GT 05) e Psicologia Comunitária (GT 56). Quanto às abordagens de pesquisa, dentre as tradições que influenciaram esses grupos, destacamos, em primeiro lugar os aportes da antropologia pois, quando os psicólogos passaram a se interessar pela vida cotidiana, um dos apoios que buscaram foi na etnografia. Dentre os autores mais citados, encontram-se aqueles que trabalham na perspectiva da antropologia cultural, como Geertz, e os pesquisadores brasileiros vinculados à antropologia urbana, entre eles Gilberto Velho, e Eduardo Viveiro de Castro. Foram relevantes, também, as contribuições da sociologia. Inserem-se aqui os estudos que tiveram sua inspiração na Escola de Chicago, diretamente por meio da sociologia urbana ou aqueles vinculados às correntes interacionistas. Nesse contexto os escritos de Erwin Goffman tiveram especial importância, como exemplos de pesquisas no cotidiano de instituições ou como ponte para posicionamentos teóricos especificamente voltados à comunicação. É marcante, também, a herança de Kurt Lewin que influenciou modos de fazer pesquisa que estão presentes tanto em certas modalidades de psicologia organizacional como na área de psicologia ambiental. Há ainda aportes voltados especificamente à transformação social, ou, na terminologia da psicologia comunitária, desenvolvimento da consciência dos sujeitos de pesquisa. São referências fundamentais neste campo de pesquisa: Michel Thiollent (1980) e Carlos Brandão (1981). Cumpre citar, também, as contribuições da

Teoria das Representações Sociais. A TRS abarca um conjunto diversificado de modos de pesquisar. Porém entre ela, há aquelas que têm o cotidiano como foco e que têm inspiração em procedimentos etnográficos, ou em micro-estudos de uso da linguagem em seus contextos de produção. Quanto às mudanças ocorridas nesses 50 anos, na impossibilidade de abarcar a enormidade de avanços na pesquisa voltada ao cotidiano, serão destacadas duas fontes de mudança: o foco na interdisciplinaridade e a ampliação dos atores em uma perspectiva mais simétrica. Numa fase inicial nas pesquisas que tinham por foco o cotidiano, o diálogo interdisciplinar se dava sobretudo com a sociologia e a antropologia. Atualmente outras disciplinas se fazem presentes entre elas a geografia, a arquitetura e a ciência política. Essas pesquisas interdisciplinares se inserem no campo dos estudos urbanos, contexto que vem atraindo pesquisadores da área de psicologia social e que traz novas configurações para a psicologia comunitária. As pesquisas nesses contextos fluidos exigem que a noção de cotidiano seja ampliada de modo a incluir redes heterogêneas de atores humanos e não humanos. É por esta via que a Teoria Ator-Rede vem influenciando as pesquisas psicossociais. São aportes imprescindíveis para pesquisas que assumem o desafio de trabalhar não só com a complexidade dos fenômenos cotidianos como também com a multiplicidade de versões de distintos atores, humanos e não humanos, incluindo aí as tecnologias. Esse breve apanhado certamente não dá conta da complexidade das vertentes de pesquisa da psicologia social que tem o cotidiano por foco. Esperamos, entretanto, que sirva de inspiração para outros pesquisadores interessados na história desta disciplina.

Conferência de encerramento: História da Psicologia na

UERJ

Deise Mancebo⁵

A conferência versa sobre a história do curso de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Apresenta parte da base empírica coletada na pesquisa “História dos cursos de Psicologia no Rio de Janeiro: a cultura psicológica nas instituições de ensino superior”, desenvolvida entre 1995 e 1998, cujos principais resultados foram divulgados em dois livros, ambos publicados pela própria UERJ: “O curso de Psicologia da UERJ: uma história possível” de Deise Mancebo e Eduardo Ceschin Rieche, de 1998 e “Práticas psi em debate” de Deise Mancebo, de 1999. A conferência inicia com a própria criação do curso de Psicologia, faz uma breve análise da sua evolução, evidenciando os principais marcos dessa trajetória e finaliza apresentando suas principais produções nesses 50 anos de vida, sinteticamente expostos a seguir. A criação do curso de Psicologia da atual UERJ ocorre em 20 de março de 1964, quando o projeto proposto pelo professor Hans Ludwig Lippmann foi aprovado, oficialmente, em sessão do Conselho Universitário da então Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Ainda que se fizessem algumas alterações na proposta original, o mesmo foi definido, na ocasião, como relevante, entretanto, por sugestão do próprio professor Lippmann, o curso então criado ainda não se dispunha a fornecer diplomas em Psicologia, limitando-se a formar bacharéis e licenciados. Como sabido, o curso surge numa complexa conjuntura política da universidade e do país e, muito por conta disto, assumidamente, não representava rupturas ou cortes com o instituído. Nesta sua “gênese

⁵ Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

adaptada”, tomou emprestados justificativas, valores, espaços e até catedráticos, sem fazer alarde, no quadro da UEG. A aprovação do curso de psicólogo só ocorre três anos depois, também numa sessão do egrégio Conselho Universitário, em meados de 1967, a partir de pressões diversas, inclusive do movimento empreendido pelos estudantes. A esta decisão, seguiram-se tramitações oficiais no sentido de implementar a alteração do currículo e regimentos, de modo que foi apenas em 1969, que o curso de formação de psicólogos desta universidade teve início de fato. Do ponto de vista espacial, o curso esteve alocado inicialmente na Faculdade de Educação que, por sua vez, integrava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1968, é criado o Instituto de Biologia, e o curso de Psicologia é transferido para a nova unidade, constituindo um departamento, onde permaneceria até 1971. O Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) também tem início neste período, funcionando, de forma incipiente, mas já com este nome, desde 1969, com seus poucos estagiários praticando apenas o psicodiagnóstico. Somente em 05 de maio de 1970, a partir de proposta da professora Yonne Moniz Reis, o então reitor João Lyra Filho aprovaria a criação do SPA, para atender à comunidade universitária em seus problemas e à comunidade em geral, com prestação de serviços que seriam remunerados, de forma a tornar o SPA autossuficiente, inclusive para o pagamento de seus supervisores. Registre-se que, mesmo com a decisão da reitoria, houve lentidão em se propor e implementar uma prática de estágios sistemática, como registrou a professora Yonne Moniz Reis, em artigo publicado no primeiro número da já extinta revista *Psicologia & Práticas Sociais*, em 1993, de modo que o treinamento prático dos estudantes, frequentemente, dava-se totalmente apartado do corpo teórico das aulas, fato que deixou marcas até os dias atuais. Em 1971, novas mudanças substantivas afetam o curso. Mais precisamente, em 10 de fevereiro de 1971, é aprovada a Resolução nº 382, que dispunha sobre um novo regimento para a universidade, adaptando-a aos princípios

da Lei nº 5540/68 (A Lei da Reforma Universitária). Dentre outras medidas, a Psicologia desliga-se da Biologia, sendo criado o Instituto de Psicologia e Comunicação Social (IPCS-UEG). Em 1976, a universidade (já com o nome alterado para Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ) ganha um novo campus, para onde a Psicologia é transferida, permanecendo até os dias atuais. Finalmente, pelo Decreto nº 78.900, de 6 de dezembro de 1976, "é concedido reconhecimento aos cursos de Psicologia, Licenciatura, Bacharelado e de Formação de Psicólogo, do Instituto de Psicologia e Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro" (Art. 1o.). É somente em 2 de junho de 1986 que o curso de Comunicação Social desmembra-se do Instituto de Psicologia (Resolução nº 531), que, a partir dali, passaria a fornecer apenas os diplomas de psicólogo e bacharel em Psicologia. Até meados dos anos 80, uma marca do curso de Psicologia da UERJ, a despeito do esforço de alguns dos seus docentes, era a baixa densidade acadêmica, ademais uma característica de praticamente todas as unidades desta universidade. Na realidade, conforme discutido longamente em outro livro de minha autoria – Da Gênese aos Compromissos: uma história da Uerj, publicado pela EDUERJ, em 1996 –, a UERJ era considerada uma instituição "de ensino", voltada quase em sua totalidade para a formação de profissionais, sem qualquer inserção significativa no cenário científico nacional ou internacional. A partir de uma substantiva melhoria salarial alcançada em 1986, da democratização interna e da instituição do Plano de Cargos e Carreira para os docentes da UERJ, através da Resolução nº 03 de maio de 1991, a universidade pôde iniciar um esforço para a transformação de sua "qualidade acadêmica". Tal guinada foi sobejamente aproveitada pelo IP/UERJ e sinais de produção de conhecimento e de pesquisa institucionalizada começam a dar mostras de existência a partir de então. As publicações do Instituto são um bom exemplo do que se está afirmando. Até 1988, não

há registros da existência de periódicos acadêmicos. Nesta data, é publicado o primeiro veículo, na gestão do diretor Jorge Coelho Soares, sob a denominação “Psicologia & Sociedade”, que não alçou uma periodicidade regular. O número 2 foi publicado apenas em 1993, já sob outro nome (“Psicologia & Práticas Sociais”) e com nova coordenação. O novo periódico também ficou limitado a quatro edições ao todo: três em 1993 e uma em 1995. Em 1994, no entanto, surgiram os “Cadernos de Psicologia”, uma publicação quadrimestral, voltada para temas relacionados aos Departamentos do Instituto de Psicologia. Os Cadernos alcançaram dez edições entre 1994 e 1998, mas foram substituídos, por motivos editoriais, pela revista “Estudos e Pesquisas em Psicologia”, publicação ativa, com periodicidade regular, já contabilizando 14 volumes até a presente data. Todavia, é na constituição da pós-graduação que se pode ter o maior exemplo das novas preocupações institucionais, particularmente no que se refere ao esforço de produção de conhecimento e formação de pesquisadores no âmbito da Psicologia. Até 1986, só existia uma especialização *latu sensu* em Psicologia Clínica. Nesta data, é criada a Especialização em Psicologia Jurídica, enfocando, prioritariamente, as áreas de Justiça da Infância e da Juventude, Direito de Família e Sistema Penal. Seguiu-se a Especialização em Psicopedagogia (1989) e, mais recentemente, a Especialização em Psicologia Clínico-Institucional, na modalidade residência hospitalar. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* foram um desdobramento, quase que inevitável, desse clima. O primeiro a ser criado foi o Mestrado em Psicologia e Práticas Sócio-Culturais, em 1991, denominação que implicava a preferência por uma perspectiva interdisciplinar, que privilegiava as “práticas” e indicava uma aproximação à realidade brasileira, diante do reconhecimento dessa lacuna no cenário acadêmico da Psicologia Social do Rio de Janeiro à época. Em 2001, abre seleção para sua primeira turma de Doutorado, recebendo a denominação de

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS). Em setembro de 1998, é criado o Mestrado em Psicanálise, com a ambiciosa meta de associar a prática da pesquisa científica a questões oriundas da prática clínica da Psicanálise exercida não apenas em seu *locus* tradicional, o consultório particular, mas igualmente ali onde ela encontra enormes desafios – a instituição de saúde e de saúde mental, a instituição de reabilitação, a instituição penitenciária, entre muitos outros campos clínico-institucionais. A consolidação desse trabalho deu ensejo à sua ampliação e crescimento para o nível de doutorado, constituindo o Programa de Pós-graduação em Psicanálise, a partir de 2006. Em 2005, o Instituto de Psicologia decide integrar um terceiro Programa de Pós-graduação. Trata-se do Programa em Políticas Públicas e Formação Humana que, com uma proposta e composição interdisciplinar, se dedica à pesquisa das condições históricas, sociais, ideológicas, econômicas e culturais de instituição dos Estados nacionais, de suas políticas públicas instituídas e das implicações destas nos processos de subjetivação e de socialização humana e na ampliação da esfera dos direitos sociais, da condição de cidadania e democracia. Por fim, há que se registrar a expansão das práticas de extensão do IP. Neste campo, os registros são mais fluidos e numerosos, contabilizando-se muitos núcleos ao longo da história do Instituto, com o desenvolvimento de atividades variadas, a maioria delas organizadas institucionalmente no SPA, favorecendo, em alguns casos, promissoras articulações da Psicologia com outros saberes e com a sociedade carioca.

Mesas Redondas:

Contribuições da Estimulação Neuropsicológica para o Desenvolvimento Infanto-Juvenil.

Estimulando o Desenvolvimento da Criança na Primeira Infância: O Modelo K-RTI

Mônica C. Miranda⁶

Muitos autores apontam que os discursos e práticas na educação infantil evidenciam a perspectiva assistencialista que permeou a sua trajetória histórica, e que o trabalho educacional é influenciado pelo modelo tradicional de escola, predominante no ensino fundamental, que não é o mais adequado a crianças de 0 a 6 anos. As considerações levantadas apontam ainda 2 fatores relevantes; o primeiro é que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) considera a educação infantil como parte da educação básica e isso quer dizer que sua função é “o de iniciar a formação necessária a todas as pessoas para que possam exercer sua cidadania, recebendo os conhecimentos básicos para seus estudos posteriores. Suas ações passam a ter uma intencionalidade educativa, não se restringindo mais à guarda e ao cuidado”. E o segundo é da necessidade de se garantir a construção de um projeto educativo, em que a proposta pedagógica ou curricular seja um item a ser considerado juntamente com a formação dos profissionais. Um dos fatores de maior discussão tem sido o fato de que há insuficiência da formação dos profissionais e que essa, em geral, possui um caráter “ eminentemente escolar”, não contemplando a especificidade da faixa etária atendida. Fato esse também destacado por Vtial Didonet “A importância dos seis primeiros anos de vida para o desenvolvimento e a aprendizagem ainda é desconhecida por grande parte dos profissionais da educação e subestimada por muitos que formulam políticas

⁶ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

educacionais”. O Currículo da Educação Básica também propõe que a prática pedagógica deva ser considerada como uma intervenção no processo de desenvolvimento e que as teorias representantes seriam as de Wallon, Vygotsky e Piaget. O desenvolvimento cognitivo, como já demonstrado nas diversas teorias do desenvolvimento têm características muito mais heterogêneas do que homogêneas, devido aos fatores ambientais e sociais, como estilos de interação familiar, cultura e educação (formal e informal), os quais exercem um papel crucial no desenvolvimento cognitivo, ou seja, levam a mudanças no funcionamento cognitivo e social. Dessa forma, com o avanço das neurociências alia-se o conhecimento do desenvolvimento cerebral, uma variável indissociável na compreensão do crescimento e desenvolvimento da criança.

Em nosso país o movimento em prol de Políticas Públicas na área da Educação, ainda não é suficiente. Verifica-se que faltam propostas de novas ações com sólida e reconhecida base científica, e que possam ser replicadas para diferentes populações ao redor do país, promovendo melhorias para um número maior de alunos. Um modelo para a educação infantil, que tem sido utilizado em diversos países, é o K-RTI (*Kiddie-Response to Intervention*), o qual enfatiza a prevenção, ou seja, a intervenção precoce que pode prevenir ou mitigar a ocorrência de problemas de linguagem ou aquisição da alfabetização. Mas, de forma importante, o modelo enfatiza as especificidades dessa faixa etária, assim a implementação do modelo K-RTI na educação infantil deve considerar: a) uma visão holística do desenvolvimento da criança (cognitiva, comunicativa, socio-emocional, motor, linguagem); b) a importância da intervenção precoce para aumentar as oportunidades da criança, principalmente as carentes de experiências ambientais; c) a importância de fornecer suporte em ambiente natural; d) a necessidade de monitoramento numa perspectiva multi-dimensional da criança, que possam identificar as potencialidades e as necessidades ao mesmo tempo. Serão apresentados dados relativos ao Projeto de Pesquisa Desenvolvimento de um Programa de Formação em Desenvolvimento com base neuropsicológica, para profissionais da educação infantil na Cidade de São Paulo, utilizando o modelo da Resposta à Intervenção (RTI) como fundamentação teórica e prática. Os objetivos principais do projeto são: a) promover o desenvolvimento de um modelo de formação continuada a profissionais da educação infantil acerca do desenvolvimento da cognição humana, sob o ponto de vista da neuropsicologia cognitiva; b) adaptar o modelo K- RTI para alunos

do Ensino Infantil; c) realizar a implementação em creches e escolas de educação infantil da Cidade de São Paulo, d) analisar a adequação do modelo no contexto educacional brasileiro. O projeto está sendo executado em 3 fases. A Fase 1 realizou um estudo no qual teve como fundamentação o fato de que estudos têm mostrado que identificar necessidades formativas dos profissionais de educação infantil constitui passo essencial na tentativa de melhorar a formação profissional, principalmente em decorrência das propostas de Formação Continuada de Professores. Esses estudos ressaltaram que há necessidade de compreensão adequada dos educadores das teorias psicológicas sobre o desenvolvimento infantil. Assim, nessa fase participaram 24 professores de CEIs e EMEIs, utilizando procedimentos de entrevistas semiestruturadas e observações da rotina de sala de aula. A partir desses dados, na fase 2 elaborou-se o programa de Formação Continuada, o qual foi denominado: Programa de Formação em Desenvolvimento Cognitivo, com base nas Neurociências, para Profissionais da Educação Infantil. Foram realizados 10 encontros, em forma de palestras e debates, de forma gratuita, a 120 profissionais da Educação Infantil. Os resultados, analisados através de um questionário de satisfação, mostraram que o curso de Formação Continuada em Desenvolvimento Cognitivo parece ter sido bem estruturado e com temáticas pertinentes a prática do Professor da Educação Infantil. A Fase 3 está em implementação, e nessa fase prioriza-se um dos pressupostos básicos do modelo K-RTI, que é a promoção da reestruturação didática das aulas com vistas a novas práticas pedagógicas, embasadas cientificamente. Assim, haverá a reestruturação das atividades pedagógicas a fim de estimular os processos de desenvolvimento cognitivo da criança, principalmente aqueles relacionados à alfabetização. Os participantes dessa fase deverão ser professores de educação infantil, já com formação na fase 2 deste projeto. Serão selecionados 10 profissionais de EMEIs e 10 de CEIs, num total de 20 professores. Dessa forma, espera-se que o presente projeto possa disponibilizar um modelo cientificamente embasado, pois a educação necessita que os seus métodos de ensino sejam atualizados e integrados às novas descobertas e produções científicas das Neurociências e da Psicologia.

Apoio: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); Fundo de Incentivo à Pesquisa (AFIP)

Questões Contemporâneas da Psicologia do Desenvolvimento.

Fazendo psicologia do desenvolvimento no IP da UERJ: o grupo de pesquisas Interação Social e Desenvolvimento (ISDES)

Maria Lucia Seidl de Moura e Deise Maria Leal Fernandes
Mendes⁷

A apresentação discutirá a contribuição do Grupo de Pesquisas Interação Social e Desenvolvimento, do qual as autoras são as coordenadoras, à área de psicologia do desenvolvimento. Uma parte inicial focalizará o estudo do desenvolvimento humano, alguns equívocos comuns sobre a área, seu objeto de interesse e a abordagem que fundamenta os projetos do grupo. A área de psicologia do desenvolvimento é de grande importância no cenário internacional, mas, alguns grupos de estudiosos em nosso país não parecem reconhecer sua relevância, chegando, por vezes, a ser desprestigiada, perdendo espaço nos currículos do curso de graduação, o que é um equívoco. No Brasil, é a terceira subárea na distribuição das porcentagens de linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Psicologia, com 11%. É também a terceira subárea na internacionalização da produção, com a publicação de artigos internacionais. Desenvolvimento humano é um processo de natureza biológica, social e cultural. Não é uma construção social, nem tampouco fruto de um determinismo por características inatas. Sempre houve o ciclo vital, mesmo em certos momentos históricos em que algumas de suas etapas não recebiam atenção (ex. infância, adolescência). É importante considerar que desenvolvimento não é um processo de busca de maior eficácia (indivíduo adulto como meta). Todas as etapas do ciclo vital têm sua importância específica e a ontogênese humana é parte das características da espécie selecionadas na filogênese. Argumentamos que estudar a ontogênese é fundamental para a formação de psicólogos e fornece bases para uma atuação que compreende fenômenos psicológicos

⁷ Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

em sua gênese. Psicologia do desenvolvimento (PD) é parte de um continuum de disciplinas, desde a biologia celular até a antropologia cultural, que focalizam a compreensão de fenótipos em desenvolvimento e potencialmente em evolução. Nesse continuum, a PD é crucial para entender os objetos de diversas disciplinas. Também é articuladora de diferentes subáreas da psicologia. Conhecendo as transformações ao longo do ciclo da vida e o que as orienta, o psicólogo pode conceber sua atuação de forma dinâmica e proativa e pode empregar seu conhecimento na prática profissional, para a promoção do bem-estar subjetivo de pessoas, sua qualidade de vida e saúde. Nossa concepção é de que há uma imbricação indissociável entre biologia e cultura e a inseparabilidade de diferentes planos de análise: o filogenético, o ontogenético, o histórico-cultural e o microgenético. Desenvolvimento é um processo que se dá em um tempo histórico e um contexto sociocultural, mas, que, é fruto de uma evolução por seleção natural, ao longo de nossa constituição como espécie. Traduz-se em produtos com formas e funções diversas, como resultado de uma longa história evolucionária, e da diversidade cultural. A seleção natural atua ao longo do ciclo vital, especialmente em fases iniciais e há capacidades e limitações a cada momento do desenvolvimento. Essas adaptações podem ser funcionais em qualquer ponto desse ciclo. Disposições herdadas e que evoluíram, tornam-se expressas em comportamentos adaptativos no fenótipo de adultos. Para compreender esse processo é preciso aplicar um método epigenético, entendendo que fatores ambientais e genéticos estabelecem as balizas do desenvolvimento. A abordagem não é reducionista e compreende que o bebê humano nasce com uma organização biológica, resultante de nossa história filogenética, e em um ambiente que é resultante da evolução cultural. Nasce “banhado na cultura” assim como líquido amniótico. A cultura possibilita o desenvolvimento e o circunscreve. Defendemos a importância de uma psicologia do desenvolvimento que seja construída não só no mundo minoritário, mas que inclua contextos da “maioria do mundo”, como diz C. Kagitçibasi. É nesse cenário que se insere o ISDES, dedicando-se ao estudo de diferenças interculturais em contextos brasileiros, através de parcerias com colegas de mais de 10 IES. O grupo de pesquisa Interação Social e Desenvolvimento nasceu em 1993 por iniciativa da Profa. Maria Lucia Seidl-de-Moura, que desde a década de 1970 atua como pesquisadora interessada no desenvolvimento humano, inicialmente no ISOP, órgão de pesquisa psicológica da Fundação Getúlio Vargas. Aliando a adoção de uma metodologia de coleta de dados, pautada na observação sistemática, à preocupação e interesse pelo papel do contexto na investigação do desenvolvimento humano,

assumiu-se inicialmente uma perspectiva sociocultural, influenciada pelos trabalhos de L. S. Vygotsky. O ingresso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro abriu novas oportunidades de investigação e, com os primeiros bolsistas de IC, e a colaboração e parceria de Adriana Ferreira Paes Ribas, as bases do Grupo de Pesquisa foram lançadas. Os estudos iniciais focalizaram de diversas maneiras a forma como interação social e desenvolvimento imbricam-se em diferentes momentos e contextos, e examinaram a gênese dos processos de interação social. Em etapas posteriores foram feitas pesquisas acerca da constituição de novas modalidades de interação como consequência, entre outros aspectos, da comunicação mediada pelo computador. No início da década de 1990, as investigações acerca do papel da interação social no desenvolvimento cognitivo, centraram-se na natureza e na gênese de Zonas de Construção nas interações adulto-bebê. A partir dessas iniciativas, novos projetos passam a levar em conta crenças parentais e o contexto sociocultural, com uma perspectiva sociocultural e evolucionista. Com a criação do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, o grupo é formalmente criado e funciona ininterruptamente desde então, com a participação de alunos de graduação, de mestrado e doutorado, pós-doutorandos e professores. O Grupo de Pesquisa Interação Social e Desenvolvimento trabalha em colaboração com outros grupos e núcleos de diversas IES brasileiras. A temática central que mobiliza a atuação do grupo é o desenvolvimento humano no contexto das interações sociais. Ao longo dos mais de 15 anos de existência, uma série de estudos de temas diversos, relacionados a essa temática, foram e continuam sendo realizados, e publicados. Em linhas gerais, os projetos se referem a comportamentos sociais e interações, especialmente entre pais e seus filhos (bebês, crianças ou jovens), a crenças e valores associados à criação e cuidados com a prole, à ontogênese de processos psicológicos e contextos de desenvolvimento. Caracteriza-se por uma valorização intra e entre grupos e tem realizado inúmeros projetos com parcerias nacionais e internacionais, recebendo financiamento de instituições nacionais e internacionais, destacando-se o National Institute of Child Health and Development dos Estados Unidos, o CNPq (no Edital dos Institutos do Milênio, entre outros) e a FAPERJ (Cientista do Nosso Estado e APQ1 diversos). O grupo tem 19 participantes (professores, doutorandos, mestrandos, bolsista de IC). Focaliza a pesquisa, a formação e a relação com a comunidade. Nele foram formados nove doutores (oito deles atualmente professores), 13 mestres, 34 bolsistas de IC (PIBIC, CNPq e FAPERJ). Recebemos cinco pós-doutorandos e alunos em estágios de curta duração e visitantes diversos de universidades nacionais e internacionais. Os

diversos projetos de pesquisa desenvolvidos resultaram em uma plêiade de publicações de livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos qualificados. As relações com a comunidade incluem a manutenção de um Centro de Estudos em Psicologia do Desenvolvimento, com convidados nacionais e internacionais de diversas áreas (psicólogos, médicos, enfermeiras obstetras, psicanalistas, especialista em luto e cuidados paliativos); Café com Psicologia; Palestras na Maternidade Leila Diniz, em escolas públicas, em projetos comunitários na Rocinha, no Hospital Pedro Ernesto; Cursos de extensão; Publicação de livros para pais e capítulos de livros para educadores de creche; e Produção de vídeo didático. Temos aprendido que o enfoque evolucionista dá sentido e integra muitos fenômenos psicológicos em níveis diversos de análise, desde o macro ao micro, mas que é necessária a integração com a neurobiologia e a genética, a neurociência evolucionista e a endocrinologia evolucionista. Aprendemos sobre a gênese de interações sociais e seu papel constitutivo na ontogênese, sobre o desenvolvimento da linguagem em cenários comunicativos, sobre desenvolvimento emocional e a socialização da emoção, sobre contextos de desenvolvimento diversos, no Brasil (crenças, metas, ideias e práticas de cuidado de pais). Temos ainda muito a aprender. Mais importante, nos parece é que aprendemos que o grupo de pesquisa é um nicho de desenvolvimento. Para nós, a formação é uma meta central, e não há separação entre ser pesquisador e ser professor. Destacamos a importância do compromisso com os alunos e a formação de docentes e pesquisadores. Conhecimento e valores são as bases desse processo em que criamos condições para o desenvolvimento da autonomia e da interdependência e para o trabalho coletivo e solidário. Não abrimos mão da capacitação em ferramentas metodológicas rigorosas e da sólida formação teórica. A produtividade, nesse cenário, é consequência e não meta, porque é necessário tempo para refletir e ponderar, além de publicar. Finalmente, entendemos que não é possível essa construção sem a formação de parcerias nacionais e internacionais para ampliar e compartilhar conhecimento. As perspectivas futuras são de estabelecimento de novas parcerias, de aumento do grupo, com novos alunos de mestrado e doutorado dos professores participantes, visitantes e pós-doutorados, de ampliação de temas e instrumentos metodológicos e de maior exploração de formas de atuação na comunidade.

Inserção Ecológica: um método para estudar o desenvolvimento humano

Silvia Koller⁸

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano proposta por Bronfenbrenner carecia da sistematização para ser usada em pesquisas com seres humanos. Cecconello e Koller (2003) propuseram a Inserção Ecológica como um método que privilegia o engajamento dos pesquisadores no ambiente de pesquisa e o estudo dos quatro núcleos propostos por Bronfenbrenner: processo, pessoa, contexto e tempo. Posteriormente, Eschiletti-Prati et al. (2008) propuseram uma revisão da Inserção Ecológica, trazendo exemplos de pesquisas que a utilizaram. É muito difícil que uma mesma pesquisa avalie simultaneamente variáveis relacionadas à pessoa, ao ambiente, ao tempo e aos processos estabelecidos com outras pessoas, objetos e símbolos do seu contexto. Mas há diferentes níveis de aproximação e sistematização dessas dimensões. Mesmo que elas não sejam avaliadas, elas precisam orientar o olhar dos pesquisadores (como uma lente que eles usam para enxergar o problema de pesquisa mais amplamente). Portanto, é preciso ter claro que é, sobretudo, esse ponto que é responsável por diferenciar a inserção ecológica de outras propostas de pesquisa, tais como a etnografia, a pesquisa-participante e a pesquisa-ação. A inserção ecológica se caracteriza como a medida que pressupõe o olhar sobre a realidade pesquisada a partir do referencial da teoria, e que dá validade ecológica aos achados do campo. Algumas características comuns servem de base para estudos com a inserção. São eles: 1) elaboração do diário de campo por cada membro da equipe de pesquisa a fim de analisar os processos proximais dos participantes e também dos membros da equipe de pesquisa; 2) participação dos pesquisadores em atividades diversas junto aos participantes em momentos formais e informais de coleta de dados; 3) período de vinculação com participantes e instituições; e 4) combinação e integração de diversas estratégias de coleta de dados (entrevistas, testes, escalas etc.). Na inserção ecológica pode-se utilizar estratégias quantitativas de coleta e análise de dados. Não há restrição aos estudos com muitos participantes e/ou que utilizem questionários e outros

⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

instrumentos de avaliação psicológica (testes, escalas, por exemplo). Aliás, recomenda-se fortemente que estratégias quantitativas e qualitativas sejam cada vez mais integradas no estudo de um fenômeno específico. A aproximação dos pesquisadores ao contexto de pesquisa e o conhecimento que eles possuem das particularidades da vida e história dos indivíduos, permite uma discussão e uma análise muito mais complexa e pertinente dos dados coletados. Ao primar pela vinculação entre pesquisadores e participantes, pela aproximação entre estes e pela inserção dos pesquisadores na realidade dos participantes, é possível concluir sobre a qualidade do dado. Ao contrário de uma situação na qual uma entrevista é realizada sem qualquer conhecimento prévio ou vinculação, ou escalas são preenchidas livremente pelos indivíduos sem nenhuma interação maior com os pesquisadores, por exemplo. A aproximação ao contexto dos participantes, assim como o conhecimento de suas características pessoais e de seus processos desenvolvimentais ao longo do tempo também permitem uma discussão e análise de dados mais rica. Assim os “dados ganham vida”, mesmo que os resultados sejam mostrados em números, percentuais e resultados de testes estatísticos. A inserção ecológica implica direta e indiretamente estratégias de intervenção e transformação dos contextos e realidades (objetivas e subjetivas) com as quais os pesquisadores se deparam. As situações são as mais diversas, envolvendo desde momentos em que orientações são dadas pela equipe de pesquisa aos participantes (direitos, sexualidade, etc.), passando por denúncias de casos de abuso e exploração sexual, a criação de uma atmosfera propícia à expressão de sentimentos e sofrimentos pessoais e/ou o uso de pesquisas para subsidiar programas diversos de intervenção, por meio do diálogo dos dados de nossas pesquisas com os profissionais de diferentes instituições. A Inserção Ecológica depende de cinco passos para ser implementada: 1) As pessoas (pesquisadores-participantes) devem estabelecer uma interação; 2) Tal interação deve ocorrer em uma base regular de tempo; 3) A interação deve partir de relações simples para progressivamente mais complexas; 4) Um grau de reciprocidade entre os pesquisadores e os participantes é exigida; 5) A interação com pessoas, com objetos e símbolos devem estimular a atenção, a exploração, a manipulação e a imaginação dos envolvidos na pesquisa. A inserção ecológica vem sendo utilizada em pesquisas na Psicologia e em diversas outras áreas do conhecimento (Enfermagem, Educação, terapia Ocupacional, entre outras, além da Psicologia). Em recente revisão sistemática do tema pode-se observar e evidenciar a amplitude disciplinar e territorial em que vem sendo utilizada. A oportunidade e o privilégio de discutir amplamente as ideias sobre a

Inserção Ecológica durante a sua elaboração com o próprio Bronfenbrenner garantiu mais segurança e validade ecológica para avançar. E, com certeza, as evidências de que o método funciona está presente nas diversos estudos por diferentes grupos de pesquisadores em todo o Brasil. Em 2015 será lançado um livro aceito para publicação, que se compõe de estudos da equipe proponente do método e de vários colegas pelo Brasil.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano, métodos de pesquisa.

Projeto Educacional, Higiene Mental e Aptidão Industrial: faces e interfaces dos caminhos psi na primeira metade do século XX.

A Psicologia no projeto educacional da Primeira República no Brasil.

Francisco Teixeira Portugal⁹

O projeto educacional da Primeira República brasileira atribuiu uma importante função à educação na transformação do país. Em seus primeiros anos foi realizada uma reforma na instrução pública que entre instituiu entre seus instrumentos o *Pedagogium*, instituição responsável pelo que era chamado melhoramentos de que carecia a educação. Embora o funcionamento e o alcance do *Pedagogium* tenham mudado ao longo de sua existência, a investigação de seu funcionamento por meio de seu principal legado – a *Revista Pedagógica* e os escritos de seus diretores – revela para o historiador da psicologia o interessante papel atribuído à psicologia na realização do projeto educacional e na construção do homem republicano. O propósito desta investigação consiste em elaborar a analítica deste processo.

⁹ UFRJ

A regeneração do Brasileiro pela psicanálise: a Liga Brasileira de Higiene Mental (1923-1947)

Cristiana Facchinetti¹⁰

Nossa apresentação trata de uma trama que historiciza discursos advindos da higiene mental no período do entre-guerras acerca da produção da subjetividade brasileira. Damos ênfase ao uso da psicanálise como instrumento para a obtenção de um diagnóstico da realidade, bem como propostas de novas soluções para o país. Tal análise recorreu frequentemente ao “material recalado” advindo dos costumes e folclore locais, bem como referido ao que então se denominava primitivismo da população local. Assim, a psicanálise foi deslocada de sua história e singularidade para o campo da psicologia coletiva, resultando em análises acerca da formação populacional e em propostas “sublimatórias” e profiláticas como terapêutica para o país delas resultantes. Buscaremos demonstrar, ainda, algumas das pautas específicas que vincularam a recepção da psicanálise no Brasil à construção da identidade nacional e do Brasil moderno.

¹⁰ Fiocruz.

Psicologia do Trabalho e ensino industrial na era Vargas

*Alexandre de Carvalho Castro*¹¹

Atualmente desenvolvo uma pesquisa, que conta com apoio do CNPq, voltada para investigar aspectos históricos relativos ao campo da Psicologia do Trabalho quando da organização da Escola Técnica Nacional, no Rio de Janeiro. Trata-se de uma investigação interessada em analisar criticamente as contingências do surgimento da aplicação do teste de nível mental, na década de 40. Isso porque, quando o governo de Getúlio Vargas decidiu realizar uma ampla reformulação do ensino profissional e técnico-industrial, os testes psicológicos obtiveram especial relevância no processo de seleção e matrícula dos alunos nos cursos técnicos. Os resultados dessa pesquisa tendem a mostrar que a ciência psicológica da época passou a legitimar a exclusão de alguns tidos por desqualificados a partir da concepção de estudantes e operários supostamente mais aptos. O que, em outras palavras, significa apontar o quanto as técnicas da Psicologia Aplicada, nesse momento de hegemonia do Taylorismo, implicaram controle laboral

¹¹ CEFET.

PSICOLOGIA SOCIAL E TRÊS VERTENTES CLÁSSICAS: SOCIOLÓGICA, INDIVIDUALIZANTE E APLICADA.

PSICOLOGIA SOCIAL E TRÊS VERTENTES CLÁSSICAS: SOCIOLÓGICA, INDIVIDUALIZANTE E APLICADA.

RAFAEL WOLTER¹²

Muitos autores descrevem a Psicologia Social a partir de três grandes vertentes. Uma primeira vertente utiliza níveis intra e interpessoais para compreender e explicar as ações, sentimentos e comportamentos humanos. Esta vertente mais psicológica e frequentemente denominada *mainstream* é por vezes apresentada de forma caricatural como sendo puramente americana e experimental. Alguns autores chegam ao ponto de atribuir uma ideologia capitalista a esta vertente, sem levar em conta que muitos autores da Psicologia Social mais psicológica eram marxistas. Uma outra vertente de caráter mais sociológico possui segundo Willem Doise explicações posicionais e ideológicas para os fenômenos psicossociais. Ambas as vertentes estudam fenômenos sociais importantes como a agressão, as discriminações ou as relações interpessoais. Nesta mesa veremos, dentro da segunda abordagem, como duas teorias de uma Psicologia Social mais sociológica, permitem, de forma singular, explorar as questões das relações de gênero. Em seguida haverá a apresentação inovadora de um olhar psicossocial, tanto psicológico quanto sociológico para se pensar em soluções para a violência e discriminação no futebol.

¹² Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

RELAÇÕES DE GÊNERO E A PSICOLOGIA SOCIAL SOCIOLOGICA: REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES SOCIAIS

Adriano Roberto Afonso do Nascimento¹³

Da identificação das diferenças psicológicas entre os sexos à consideração do gênero como efeito discursivo, a Psicologia Social tem procurado, nas últimas décadas, oferecer respostas a uma questão que também tem mobilizado outras áreas do conhecimento. É provavelmente esse contexto de tratamento multidisciplinar das relações de gênero, e as diferentes distâncias entre cada uma dessas áreas e as também diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e políticas em psicologia social, o que tem produzido explicações e posicionamentos várias vezes inconciliáveis no interior desse campo de estudos. Entretanto, considerando-se a existência de teorias que compartilham pressupostos relativos à construção da realidade social, também é possível identificar pontos de articulação no tratamento das relações de gênero no interior da nossa área. Nesse sentido, é nossa intenção apresentar alguns desses pontos de articulação, mais particularmente relacionados a duas teorias associadas à Psicologia Social Sociológica: a Teoria das Representações Sociais e a Teoria da Identidade Social. Nascidas no contexto da Europa da segunda metade do Século XX, e marcadas por um explícito interesse pelas questões relativas ao preconceito e à discriminação intergrupos, sua articulação já tem se mostrado promissora no tratamento de outros temas e objetos de estudo. Para exemplificar possíveis pontos de articulação na análise das relações de gênero usaremos alguns trabalhos desenvolvidos com diferentes temas (feminilidades, masculinidades e práticas de saúde, entre outros) e fontes (entrevistas, letras de canções e imagens).

Fonte de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

¹³ UFMG.

APLICAÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL AO UNIVERSO DO FUTEBOL: RACISMO E VIOLÊNCIA ENTRE TORCEDORES.

Denis Giovani Monteiro Naiff ¹⁴

A psicologia social em sua breve história disciplinar tem buscado estudar e intervir em situações envolvendo problemas sociais tentando encontrar qualidade de vida e bem estar psicossocial aplicado as populações presentes em diversos ambientes sociais. Entre as principais áreas de aplicação presentes na atualidade no escopo da área podemos destacar o estudo do universo organizacional/trabalho, da educação, da saúde, da jurídica, da ambiental, da política e da comunitária, entre outras. O objetivo deste ensaio é olhar para um universo sociocultural mundial, o futebol, através de duas mazelas importantes na atualidade – o racismo contra jogadores e a violência entre os torcedores – e procurar encontrar formas nas quais a psicologia social poderia contribuir na busca de soluções ao problema. De um esporte originalmente segregacionista, elitista e racista em sua origem no Brasil, o futebol alcançou uma massificação na sua prática e na assistência que levou paulatinamente aos clubes de elite a absorverem jogadores oriundos das camadas mais desfavorecidas, especialmente negros e mulatos pobres. Entretanto, na atualidade, apesar de toda normatização contrária, práticas racistas tem sido cada vez mais testemunhadas nos estádios brasileiros e mundiais. Quanto às torcidas organizadas, originadas na década de 1940, baseadas em uma sociabilidade carnalizada, estas se “militarizaram” a partir do anos 1970, institucionalizando a violência como prática legítima torcedora, levando o Brasil a ser nesta segunda década do século XXI campeão mundial de mortes atreladas a conflitos entre torcedores de futebol.

Palavras-chave: 1. Futebol; 2. Racismo; 3. Violência

¹⁴ Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Infância e Adolescência: tensões entre cuidado, segurança e proteção.

Psicologia e Direito: Reflexões sobre este encontro no sistema socioeducativo.

Izabela de Castro Ferreira Saraiva¹⁵

O presente artigo tem como objetivo traçar considerações acerca do encontro entre a Psicologia e o Direito no que tange ao sistema socioeducativo. A relevância da temática vem do entendimento de que tal sistema apresenta em sua complexidade conceitual e de execução um rico campo para reflexão sobre a interface da Psicologia com o campo jurídico. O encontro entre a Psicologia e o Direito surge como um debate histórico que apresenta tensões que perpassam o cuidado, a segurança e a proteção relacionados ao tema Infância e Adolescência. As contribuições deste artigo apresentam aportes para o debate relacionado à Psicologia Jurídica com foco no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que se configura dentro do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Assumindo seu papel na promoção, defesa e controle dos Direitos Humanos, o profissional de Psicologia precisa atender aos preceitos éticos e técnicos da profissão exercida, bem como compreender o conhecimento da legislação que circunscreve sua atuação na interface com a Justiça como uma ferramenta para a realização de um trabalho contextualizado. O trabalho socioeducativo é multidisciplinar e o psicólogo é um dos atores históricos neste sistema. Neste sentido, refletir sobre o papel da Psicologia na Socioeducação é também pensar o lugar do psicólogo em sua relação com o Judiciário, com os programas de atendimento, com os demais profissionais da equipe técnica e de outros setores do sistema e, em especial, com os adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas.

¹⁵ DEGASE, UFF.

Desafios e Contradições nas Políticas de Atendimento à Infância e à Adolescência

Thaís Vargas Menezes¹⁶

O presente artigo traz como proposta provocar uma reflexão sobre os desafios da implementação da legislação e das políticas públicas voltadas para a infância e juventude. É possível observar que se trata de um campo onde são frequentes as contradições entre as propostas legislativas e as práticas. Observamos divergências especialmente naquilo que diz respeito a construção conceitual de criança e adolescente. As projeções conceituais trazidas pela legislação vigente para a infância parecem, em alguns casos, muito distantes para os profissionais que trabalham diretamente com estes pequenos atores, especialmente no campo social e educacional. Não se trata de desconhecimento conceitual, mas de dissonância entre as propostas recentes e uma história marcada pela distinção entre duas infâncias, a de origem escrava e a de origem colonizadora. Este trabalho buscou retomar um pouco da história brasileira encontrando em discussões sobre a educação de crianças negras, no período da abolição da escravatura, algumas marcas que podem auxiliar na compreensão das contradições atuais. O objetivo é pensar em que medida as contradições estão relacionadas a um momento de construção, transformação, de convívio entre novas e velhas práticas, ou servem a manutenção de diferenças que estão para além das infâncias.

¹⁶ DEGASE, Prefeitura Municipal de Itaguaí.

Da Família Ideal à Família Real: amarras morais entre o cuidado e a tutela

Carolina Sette Pereira¹⁷

O presente ensaio pretende discutir as intervenções de especialistas, sejam eles da área social, da saúde, educação e justiça, junto às famílias atendidas nos diversos programas e serviços da rede de assistência à infância. Discutimos o caráter tutelar das práticas interventivas, atravessadas pela avaliação moral dos atendidos - mas não somente. Apesar das amarras morais, famílias e equipes técnicas criam linhas de fuga e, em certos momentos, operam a passagem de assujeitadas a sujeito, impondo alguns limites à intervenção estatal, afirmando modos de existência e lógicas de funcionamento. Como analisador utilizamos um caso atendido em um programa de acolhimento familiar. Contudo, o que nos interessa é o que este caso pode nos dizer em relação aos outros, é sua dimensão expressiva, percebendo o que nele é invenção. Numa perspectiva relacional, nossa análise se propõe a fazer emergir suas condições de possibilidades. Para além da qualidade das intervenções o que está em jogo é um campo de afetação que, ao acaso dos acontecimentos, dependendo dos agenciamentos e negociações possíveis, as práticas interventivas produzem controle, quando promovem tutela ou cuidado ao promover autonomia.

¹⁷ UERJ

Psicologia do Trabalho e Organizacional: um diálogo com profissionais formados no IP.

Psicologia do Trabalho e Organizacional. Formação e atuação profissional: desafios e reflexões.

Cátia Barcelos¹⁸

A apresentação na Mesa Redonda “Psicologia do Trabalho e Organizacional: um diálogo com profissionais formados no IP-UERJ” tem como proposta uma reflexão e discussão sobre a atuação do Psicólogo no campo das Organizações, com destaque para a área de Gestão de Pessoas. Busca-se ainda, através do relato da experiência profissional, uma interface e conexão entre a formação universitária e o mercado de trabalho, ressaltando os desafios vivenciados na prática e a dimensão ética enquanto uma discussão necessária e imprescindível à atuação. As transformações no mundo do trabalho, considerando as mudanças ocorridas principalmente a partir da segunda metade do século XX, são marcadas por uma maior abertura de mercados, globalização, revolução tecnológica, maior competitividade entre as empresas, dentre outros aspectos, trazendo a necessidade de revisão dos modelos de gestão, questionando a lógica mecanicista vigente e impetrando novas tendências pautadas na lógica sistêmica, integrada e participativa. A partir da década de 90 com a chamada Era da Informação, observa-se, mais exponencialmente, a valorização do conhecimento e de novas competências, não somente as técnicas, específicas de cada área de formação, mas também as competências sociais, enquanto um diferencial capaz de imprimir sucesso aos negócios. Neste contexto, as pessoas são alçadas ao posto de principal vantagem competitiva, estratégica para os negócios, capaz de promover e alavancar o sucesso organizacional. Assim, passam a ser entendidas não mais enquanto recursos, mas

¹⁸ Petrobrás.

parceiros do negócio, em um discurso que enaltece o “capital humano” enquanto uma das principais vantagens competitivas no âmbito das organizações. Neste cenário, o discurso é pela via de valorização do elemento humano, com modelos de gestão que se propõe mais participativos, buscando o envolvimento do trabalhador para que este possa apresentar o seu melhor desempenho ou resultado. Uma reflexão necessária é considerar a organização enquanto um espaço de construção social em permanente movimento, campo privilegiado de processos psicológicos e psicossociais, atravessada por interações sociais, relações de poder e contradições, formando verdadeiras arenas que podem permitir a formação de diálogos e construções coletivas ou instalar conflitos. E é neste cenário complexo e multifacetado que o psicólogo é convocado a atuar, pautado por uma lógica de modelos e práticas de gestão com foco nos resultados e na competitividade da organização. Neste contexto manter uma atuação crítica, com um posicionamento ético e político, buscando um exercício permanente de reflexão para não reproduzir os modelos apresentados e esperados, é um desafio que requer fôlego, além de um investimento permanente na formação e na construção de redes de interlocuções e apoio na própria área da psicologia, junto aos seus pares, dentro da própria organização do qual o profissional faz parte; além de profissionais das demais áreas que fazem interface neste campo, que é por excelência multiprofissional. A Psicologia do Trabalho e Organizacional tem experimentado em sua trajetória um desenvolvimento contínuo do campo, considerando os avanços em pesquisa e a produção de conhecimento na área. A indagação sobre o que faz o psicólogo na organização deve vir pautada por uma reflexão permanente em relação ao seu papel, considerando a revisão das práticas, na construção de soluções que primam pela qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos na organização, pela sua integridade, dignidade e desenvolvimento, em uma perspectiva integrada considerando o ser humano em todas as suas dimensões física, psíquica e social. A atuação do psicólogo deve primar, sobretudo, por uma atuação ética pautada pela reflexão constante sobre a sua própria prática, analisando os contextos onde atua.

A Psicologia do trabalho e o Trabalho da Psicologia.

Wladimir Ferreira de Souza¹⁹

Propõe-se contribuir para o debate acerca da Psicologia do Trabalho e Organizacional destacando-se a emergência do que vem sendo denominado Clínica(s) do Trabalho. Apontam-se inicialmente duas abordagens desenvolvidas em período semelhante, a partir do final dos anos 1960. Uma na Itália, as contribuições do Modelo Operário Italiano de produção de conhecimento e luta pela saúde, onde se destaca a importância da interlocução com os protagonistas do trabalho em análise na busca de compreender↔transformar a organização e as condições de trabalho, mas também as condições de saúde e os modos de vida em sociedade. Outra na França e na Bélgica, a vertente da Ergonomia da Atividade, especialmente por conta de sua descoberta fundamental da defasagem entre o trabalho prescrito e o trabalho real e da diferença entre tarefa e atividade. Apropriando-se e desenvolvendo, cada qual a seu modo essas contribuições no campo mais estritamente *psi*, vemos desenvolverem-se também na França outras duas importantes abordagens. A primeira, a partir do final dos anos 1970, tendo Christophe Dejours como um de seus principais representantes, que se desloca de uma vertente da Psicopatologia do Trabalho para fundar uma abordagem que se pretende mais ampla, a Psicodinâmica do Trabalho. A outra, que se configura de forma mais sistemática a partir do final dos anos 1990, é denominada pelos seus principais representantes – Yves Clot e Daniel Faïta – como a Clínica da Atividade. Enfim, contribuindo como uma orientação mais geral, colaborando para o diálogo crítico entre essas abordagens entre si, com as outras ciências do trabalho e, em especial, com os coletivos de trabalhadores, registra-se a Ergologia, que vem se desenvolvendo desde os anos 1980, cujo principal autor é Yves Schwartz. As diferentes Clínicas do Trabalho aqui registradas não têm como objeto estrito a clínica do indivíduo trabalhador, ou seja, uma perspectiva terapêutica que vise a identificar, diagnosticar e tratar individualmente casos de sofrimento psíquico no/do trabalho (ou mesmo físico, em sua concomitância psicossomática). Essa linhagem clínica do trabalho incorpora em seu interior uma clínica psicológica do trabalhador, quando necessário. Mas, antes de mais nada, tem como alvo cuidar do trabalho em suas diferentes configurações, contribuindo para afirmar a potência da vida, já que se entende aqui o trabalho como uma experiência

¹⁹ Universidade do Estado do RJ

humana decisiva, constitutiva da espécie, estruturante do psiquismo, tendo uma função psicológica específica, como o compreende Yves Clot. O jovem Marx, em sua tese de doutoramento apresentada em 1841, intitulada *A diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*, analisa a ideia de liberdade no atomismo de Epicuro e elabora uma concepção ética fundada na liberdade como possibilidade de autonomia que se coloca no próprio movimento do real. Marx absorve de Epicuro a ideia de que o mundo é possibilidade e contingência. Para Epicuro é o acaso que rege o mundo, devido à declinação fundamental (*clinamem*). O átomo é um corpo autônomo, cuja determinação formal é a declinação, o desvio, o choque com outros átomos, e não a queda em linha reta, que seria sua existência relativa. Marx destaca de Lucrecio (segundo Marx, o único de todos os antigos que compreendeu a física de Epicuro) que “a declinação constitui no coração do átomo aquilo que pode combater e resistir”. Então, uma clínica do trabalho deve se afirmar como clínica/*clinamem* atenta aos desvios que representam os movimentos em direção à liberdade, à autonomia, à afirmação da vida e da saúde. É exercida por meio de escuta e olhar clínicos, atenciosos, compreensivos, situados onde a atividade humana acontece (especialmente a atividade de trabalho) e envolvendo os seus protagonistas. Teorias, conceitos, métodos e técnicas vêm sendo desenvolvidas pelas abordagens clínicas do trabalho dando-lhes especificidade. Assim, a Psicodinâmica do Trabalho vai destacar, na defasagem entre trabalho prescrito e real, o que Dejours denomina *o real do trabalho*. Frente à sua sempre surpreendente emergência, destaca-se a presença de uma inteligência astuciosa no trabalho, uma forma de inteligência ancorada no corpo e que se desenvolve na prática (inteligência da prática) que opera por desvios em relação ao patrimônio prescrito. A Clínica da Atividade destaca por sua vez que o real da atividade não é somente aquilo que se faz, mas é também o que não se faz, o que não se pode fazer, o que se tenta fazer sem conseguir – os fracassos. A atividade realizada é resultante do conflito entre várias opções possíveis dentre as quais se deve escolher. Em outro plano, com uma forte base epistemológica, incorporando criticamente materiais das ciências do trabalho, da Ergonomia da Atividade (entendida como uma transdisciplina) e das citadas abordagens psicológicas em Clínica do Trabalho, temos a Ergologia. Em sua base encontramos a importante influência da filosofia da vida de Canguilhem que afirma que a vida só é possível quando exercemos nossa capacidade normativa frente às normas previamente existentes, quando nos desviamos, ainda que no infinitesimal, da norma estabelecida por outrem para tentar viver em conformidade com nossas próprias normas,

recentrando o meio mais próximo de nosso próprio centro. O impossível (viver sob regime de estrita heteronomia) é também o invivível, conforme Yves Schwartz. Ora, sendo assim, há um enorme trabalho a ser feito pela Psicologia do Trabalho e Organizacional para sair de um lugar que até então lhe tem sido relegado e ao qual profissionais têm se subordinado. Um lugar limitado, muitas vezes restrito à aplicação de técnicas psicológicas a serviço de sabe-se lá quem e do quê, o que leva muitas vezes a compreensões reducionistas do *trabalhar* para a Psicologia e à estigmatização da Psicologia do Trabalho e Organizacional. É preciso desarticular a linha de montagem, montada para fazer uso da Psicologia como instrumento de pressão e de controle gerencial frente aos interesses do mercado e que considera o trabalhador como variável a ser ajustada para o bom funcionamento da organização. Algo que a Ergonomia há décadas já criticara de forma consistente, apontando a importância e necessidade de adaptar o trabalho aos humanos e não o contrário. No que concerne ao gerenciamento do trabalho observa-se que fazê-lo na perspectiva da Ergologia passa primeiramente por considerar que todo trabalho é gestão. Há uma dimensão gestonária em toda atividade, já que ser ativo é próprio do humano. Assumir uma postura gerencial ética, eficiente e eficaz que admita essa premissa exige empenho, disponibilidade para confrontação de ideias, construção de espaços de discussão e de deliberação coletiva, envolvimento e participação efetivos. Isso dá trabalho! Provoca desconforto, expõe fragilidades, derruba certezas, questiona modelos. Mas ao mesmo tempo que é fatigante é também extremamente gratificante e produtivo. Temos aí um vasto campo para a Psicologia do Trabalho e Organizacional se colocar e se afirmar cada vez mais. Para discutirmos o chamado “mercado de trabalho” dos psicólogos do trabalho não de forma subordinada aos interesses do mercado-fetiche, mas como possibilidade concreta, real e eficaz de atuação pertinente aos interesses da afirmação potente da vida. As possibilidades de agir em outras bases e com outra perspectiva já estão presentes no próprio movimento do real, as reservas de alternativas já existem naquilo que parece imutável. Trata-se de operar desvios, pavimentar um novo caminho para edificar outra Psicologia do Trabalho, sem o desgaste duvidoso de se colocar contra. Esse é o projeto de nosso trabalho. Estamos em obra.

O Princípio da Autoconfrontação em Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho e Organizacional.

Cirlene de Souza Christo²⁰

Estudar e intervir no trabalho não pode prescindir de considerar a sua complexidade. Em se tratando de um objeto que inclui uma variedade de práticas e se desdobra em inúmeras experiências singulares, a busca por instrumentos teórico-metodológicos compatíveis se coloca como condição e desafio. Conforme a *démarche* da Ergologia (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010), tem-se buscado no conceito transversal de atividade um ponto de vista que possibilita uma articulação entre diferentes disciplinas e abordagens pertinentes ao campo, bem como entre elas e os saber produzido pelos protagonistas em suas experiências de trabalho. Isto de modo que se torne possível confrontá-lo com outros pontos de vista normalmente mais visíveis e destacados nos espaços organizacionais, como, por exemplo, o da produção, comercialização e dos resultados financeiros. Todavia, a opção por este “ponto de vista da atividade” sobre o trabalho, mais do que respostas para um encaminhamento de pesquisa e intervenção em PT&O, coloca desafios. Dentre eles, a necessidade de dar precisão ao conceito de atividade, assim como luz ao que ele revela como fertilidade em termos teórico-metodológicos. Busca-se, assim, reunir argumentos que justifiquem a opção da autora por um enquadramento clínico de pesquisa-intervenção, considerando o objeto do conhecimento, conforme Vigotski (1998, 1999/1927), não em seu produto, mas em seu processo de mudança. Discute-se o princípio de autoconfrontação, usado como método indireto para favorecer, pela mediação do pesquisador, uma atividade de análise da atividade de trabalho por seus próprios protagonistas. Com base na proposição de Vigotski de que o comportamento não é mais que um “sistema de reações vencedoras”, a autora associa-se a Clot (2010), na ideia de que a experimentação não deve prescindir da investigação dos movimentos internos não realizados, os quais nem por isto deixam de ser reais. Todavia, as possibilidades descartadas de que o vivido é repleto, as quais são fundamentais para compreendê-lo, não são acessíveis diretamente. Demandam, se se quer analisá-las, a adoção de “métodos indiretos” (VIGOTSKI, 1999). Isto com o propósito de organizar uma “replicação da experiência vivida” (CLOT, 2010, p. 202),

²⁰ UFF.

ou seja, transformá-la em objeto de uma nova experiência. Entretanto, deve-se atentar para que a retomada da atividade seja feita sem repetição da mesma, porque “transformando cada *realização* em recurso para uma nova *realização* é que o real da atividade se manifesta em seus desenvolvimentos” (CLOT, 2010, p. 206, grifos do autor). Mas para tal é preciso que se forneçam meios. Um deles é fornecido por métodos que adotam o princípio de autoconfrontação. Em uma de suas formas, consiste em um encontro entre a atividade de trabalho de um agente e ele mesmo, com o propósito de deflagração de um novo contexto no qual o sujeito se torna um observador exterior de sua própria atividade (FAÏTA, 2007). Este novo contexto é construído por meio da troca verbal dos sujeitos, tanto com o objeto de seu trabalho, quanto com seus interlocutores que estão presentes ou não. Neste tipo de experimentação, a partir dos comentários que destina ao observador, o sujeito projeta sobre sua atividade passada um olhar que o transforma em interlocutor atual daquilo que ele fez no momento da ação (FAÏTA, 2007). O propósito é organizar as migrações do vivido na atividade do sujeito, não para que ele se conheça melhor, mas para que possa experimentar o que é capaz (CLOT & LEPLAT, 2005). De uma posição externa ao olhar seu trabalho, e face às escolhas ou dilemas que redescobre em sua atividade, aquilo que estava como operação incorporada e resposta automática torna-se questão para o sujeito. O comentário dos traços do trabalho, acessados por vídeo, fotos ou transcrição de instruções sobre o seu trabalho dadas pelo protagonista da atividade ao pesquisador que se coloca na posição de futuro sócia imaginário, se faz através de interpretação e de questões já levantadas pela auto-observação. Desta forma, explica Clot (CLOT; LEPLAT, 2005), o vivido, revivido em uma situação transformada, muda de lugar na atividade do sujeito. Isto é, de objeto se torna meio. Assim, apesar de não se negar a importância dos conteúdos do trabalho, “este método não é um processo de coleta de dados e menos ainda um meio de fazer dizer o que as pessoas não têm como entender” (FAÏTA, 2007, p.26), mas um dispositivo que visa à instauração de um conjunto de redes dialógicas, de atividades linguageiras sobre a atividade de trabalho, de forma a iniciar uma reconstrução do sujeito à sua ação passada, abrindo os possíveis à sua atividade futura. O princípio de autoconfrontação tem sido tomado por diversos profissionais de pesquisa-intervenção para delinear meios e espaços favoráveis a que se manifestem os conflitos vitais da atividade de trabalho (CLOT; LEPLAT, 2005; FAÏTA, 2007), inacessíveis por meio de observações diretas. Um dos mais conhecidos em Psicologia do Trabalho & Organizacional, talvez por sua originalidade em termos de uso de métodos indiretos

neste campo, é a técnica de “instrução ao sócia” desenvolvido por Oddone, Re e Briante (1981), dentro de uma proposta de análise-intervenção. Técnica esta utilizada em duas pesquisas desenvolvidas pela autora deste texto em pesquisas cujo objetivo era uma sucessiva aproximação das atividades de profissionais de gerência e supervisão do trabalho. No segundo caso, a pesquisa de campo foi realizada em uma unidade industrial de uma empresa multinacional privada que fabrica e comercializa produtos pneumáticos. No delineamento metodológico privilegiou-se um enquadramento clínico por meio de método indireto de investigação, com base no princípio de autoconfrontação, e de uma abordagem dialógica de análise, fazendo-se uso do dispositivo de Encontros sobre o Trabalho e da técnica de Instrução ao Sócia. Entende-se que os referenciais que inspiraram a definição dos procedimentos de pesquisa possibilitaram uma maior compreensão do trabalho em questão. Colaboraram também para que os profissionais de supervisão participantes da pesquisa, pela análise que fizeram de suas atividades de trabalho, tivessem oportunidade de reelaborar algumas de suas decisões e escolhas na realização do trabalho, assim como resenificar alguns elementos de seu trabalho, possibilitando-lhes individual e/ou coletivamente vislumbrar outros possíveis de ação nas situações e contexto de trabalho. Destaca-se a importância da participação de diversos atores (profissionais de pesquisa e do trabalho em análise), em diferentes posições e implicações, configurando uma coanálise. Assim como se reconhece que o dispositivo contribuiu, mesmo que em níveis embrionários, para a deflagração de uma problematização pelos protagonistas das atividades em análise sobre o modo de gerenciar, abrindo potencialmente um espaço para a consideração de um modo alternativo de gerir o trabalho dos outros. Em uma análise crítica sobre a intervenção durante os diálogos especialmente nos Encontros sobre o Trabalho, avalia-se que nesta experimentação do dispositivo nem todas as condições para que os supervisores pudessem ser os observadores e intérpretes de suas atividades de trabalho estiveram presentes em todos os momentos da pesquisa. Isto pode ser observado em algumas passagens dos diálogos em que o modo como foi feita a intervenção a pesquisadora acaba por redirecionar o movimento, dirigindo os enunciados para algo que ela quer saber. O que pode ter dificultado por parte dos supervisores a transposição das atividades exteriores (realizadas) para as atividades interiores (psíquicas) no processo de pensamento sobre a atividade (CLOT & LEPLAT, 2005), já que nestas situações, orientada por suas próprias questões, a pesquisadora acabou por ocupar um lugar de interlocutora base e não de intermediadora nos diálogos empreendidos. Por

outro lado, identificam-se indícios de movimentos no sentido de possíveis desenvolvimentos em curso nos diálogos estabelecidos. Ressalta-se o lugar de destaque que esta abordagem permite dar ao papel ativo dos protagonistas do trabalho em análise no processo de investigação (e não como informantes em entrevistas ou questionários) e à conjugação sinérgica do objetivo de compreensão com o de transformação positiva das situações de trabalho, o que implica no estabelecimento de uma interação do pesquisador com o objeto em análise.

Fontes de financiamento: FAPERJ e CAPES

Contribuições da Ergonomia e da Ergologia para Gestão de Pessoas

Maria Elisa Siqueira Borges ²¹

Busca-se contribuir para o debate sobre as mudanças no campo de Gestão de Pessoas. Defende-se a **ideia de olhar para os coletivos de trabalho não na ótica de “recursos humanos a serem administrados” (Administração de Recursos Humanos), ou como “pessoas a serem geridas” (Gestão de Pessoas), mas como trabalhadores (individuais e coletivos) que fazem a gestão coletiva de seu trabalho.** Ao se utilizar do serviço RH, seus usuários não buscam “ser geridos” mas esperam encontrar profissionais que possam, ao se utilizar de ferramentas teórico-metodológico-técnicas referentes a determinadas práticas, desenvolver a gestão coletiva do trabalho. Na medida em que não reconhece (ou não valoriza) essa gestão que é praticada, cotidianamente, no trabalho, uma abordagem que objetiva “administrar recursos” ou “gerir pessoas” torna-se um obstáculo epistemológico a esse desenvolvimento. A partir de ferramentas teórico-metodológicas da Ergonomia da Atividade e da Ergologia o texto apontam-se possibilidades de desenvolvimento teórico-metodológico deste campo de trabalho e propõe-se uma *gestão coletiva do trabalho* como um dos possíveis caminhos. Uma das grandes contribuições da Ergonomia da Atividade para a compreensão do trabalho humano foi a diferenciação entre trabalho prescrito (associado à tarefa) e trabalho real (associado, inicialmente ao conceito de atividade). Em uma situação de trabalho, não há como se ater ao prescrito, àquilo que é determinado antes da realização do próprio trabalho. O trabalho efetivamente realizado nunca é só prescrição e fiel execução, pois envolve sempre a vida e a atividade humana para dele dar conta. Este conceito é decisivo no sentido de resgatar o entendimento da complexidade humana. Falar “do ponto de vista da atividade” significa colocar a atividade como o centro de qualquer debate sobre o trabalho. A Ergologia radicaliza o posicionamento da Ergonomia da Atividade, adotando a ideia da “impossibilidade” de trabalhar seguindo apenas a prescrição. É impossível padronizar as condições da atividade humana, com o objetivo de antecipá-la totalmente, como supunham as

²¹ Diálogos Consultoria em Gestão com Pessoas

convicções tayloristas. A Ergonomia da Atividade e os estudos ergológicos vão sustentar que o trabalho realizado exige sempre uma mobilização cognitiva, coletiva e afetiva do trabalhador. O trabalho, na realidade, nunca é só mera execução. A concepção de saúde explorada por Canguilhem é muito útil no sentido de compreender a atividade. Canguilhem pensa a saúde como a capacidade que os humanos possuem de instaurar novas normas e acredita que saúde é algo para ser falado e compreendido na primeira pessoa do singular, pois cada humano vive a experiência do seu processo saúde-doença assim como do processo de trabalho em que está investido. No ambiente de trabalho - que é um meio técnico, humano, cultural e social - existe toda espécie de “infidelidades” que se combinam e se reforçam. Nada acontece da mesma forma de um dia para outro ou de uma situação de trabalho para outra. É neste sentido que o meio, a vida - e também o trabalho - é "infiel". A Ergologia afirma que a “infidelidade” referida por Canguilhem é gerida como um “uso de si” e não como mera execução. O termo “execução” supõe que o trabalhador apenas siga procedimentos, diretrizes e consignas. Para que o trabalho seja realizado, é preciso que haja um humano avaliando, fazendo ajustes, escolhas, revisões, renormatizando o tempo todo. O trabalhador faz muito mais do que executar, ele faz “uso de si” ao trabalhar. Este “uso de si” apresenta um caráter híbrido no sentido de que, se trabalhar não é *apenas* executar, envolve *também* execução. O “uso de si” inclui tudo que o trabalhador investe de recursos físicos, cognitivos, psíquicos, motores, seus conhecimentos, sua experiência individual e coletiva, as avaliações e renormatizações que efetua para que o trabalho possa ser realizado. É a pessoa sendo convocada em toda a sua inteireza, com toda a mobilização que qualquer abordagem taylorista, por mais constrangedora que seja, é incapaz de anular. O conceito de “uso de si” chama a atenção para a complexidade do humano e das relações que estabelece. Trabalhar envolve sempre uma “dramática de uso de si”. Trabalhar é sempre um drama no sentido de que envolve o trabalhador por inteiro, é o espaço de tensões problemáticas, de negociações de normas e de valores. Um drama, individual ou coletivo acontece quando um evento surpreende, rompendo os ritmos das sequências habituais, antecipáveis, da vida. Ao se dar tratamento a esse evento, produzem-se novos eventos e a relação com o meio e com as pessoas se altera. Cada evento é uma matriz de história porque implica sempre escolhas a fazer, ainda que sejam micro escolhas. A atividade se configura, então, como uma tensão, uma dramática. Na medida em que trabalhar envolve sempre renormatizações parciais e dramáticas de uso de si, pode-se afirmar que trabalhar é sempre gerir. Ao olhar para o trabalho de RH a partir

dessas contribuições teóricas e colocando a atividade como centro do debate, podem ser tecidas algumas considerações como, por exemplo: *é possível gerir pessoas?* Se a antiga expressão – Recursos Humanos - remetia ao fato de que os humanos seriam recursos a serem administrados/gerenciados para fazer o trabalho acontecer, a nova expressão – Gestão de Pessoas - pode estar reincidindo em equívocos da mesma ordem, pois vem assinalando a necessidade de se *gerir* as *pessoas* em seu trabalho da mesma forma que são geridas as finanças, a logística ou os estoques. Ou seja, falar dos humanos como recursos ou afirmar uma *gestão de* pessoas parece partir de um mesmo pressuposto: o de que as pessoas não são sujeitos de seu trabalho, mas apenas se submetem a ele (ao prescrito pelos especialistas e às exigências das gerências), são meramente suportes de uma heterodeterminação. Remete à ideia de que as pessoas precisam ser administradas ou geridas para poder realizar seu trabalho. Na medida em que não reconhece (ou não valoriza) a gestão que é praticada, cotidianamente, no trabalho, uma abordagem que objetiva “administrar recursos” ou “gerir pessoas” torna-se um obstáculo epistemológico a esse desenvolvimento.

Psicanálise e Instituição

O psicanalista na instituição: entre sujeito e objeto.

Sonia Alberti²²

Partindo de um breve apanhado histórico, este trabalho questiona a posição do psicanalista hoje no trabalho institucional, para o que retoma algumas experiências que encontramos em testemunhos de dissertações de mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicanálise da UERJ.

²² Universidade do Estado do RJ.

Psicanálise e supervisão clínica na Universidade

Angela Cavalcanti Bernardes²³

Dentre as questões que se colocam a partir da inserção de psicanalistas no ensino universitário, destaca-se a intrincada questão teórico-clínica da prática da supervisão de estágio de graduação em Psicologia. Algumas tensões se sobrepõem aqui: transmissão da psicanálise vs ensino universitário, ensino vs prática, formação de psicólogo vs formação de analista, autorização vs permissão, dentre outras. A temática da supervisão, no campo psicanalítico, está longe de ter um lugar claramente definido. A supervisão constitui, como se sabe, parte imprescindível do tripé da formação permanente do psicanalista. Entretanto, seu estatuto, entre a experiência de análise pessoal e a formação teórica, é muito impreciso e tem merecido um debate continuado entre analistas de orientação lacaniana. Ora, se o estatuto da supervisão de um analista é impreciso, o que dizer da experiência com estudantes de psicologia? A questão que devemos buscar esclarecer é a de saber de que maneira, nessa prática que se situa na interface psicanálise e educação -- ofícios impossíveis, na expressão freudiana --, algo é possível de se depositar que seja formador para a escuta clínica de alguns e até mesmo para indicar uma formação de psicanalista além da universidade. Não faltam impasses nessa experiência heterodoxa com praticantes muito jovens lidando com uma demanda de tratamento por parte de uma clientela muito variada. Nesse sentido, que consequências podemos retirar da experiência acumulada nos 25 anos de prática no Serviço de Psicologia Aplicada/SPA da Universidade Federal Fluminense/UFF?

²³ Universidade Federal Fluminense.

As instituições, a transitoriedade e o sujeito.

Sonia Leite²⁴

A partir do artigo freudiano “Sobre a transitoriedade”, ([1916[1915]), publicado durante a Primeira Guerra Mundial, o presente trabalho pretende extrair a noção de *tempo* em suas relações com a temática das instituições sociais. A partir da perspectiva freudiana considera-se, aqui, que as instituições, através de suas práticas e discursos, sustentadas pelos ideais sociais instituídos, tem como função encobrir a efemeridade e o impossível que resiste no coração da vida coletiva. O conceito de sujeito, elaborado por Lacan, ao se apresentar como descontinuidade temporal, faz avançar os estudos freudianos e coloca em destaque que a função do psicanalista nas formações coletivas se articula a possibilidade de subversão discursiva cuja aposta marca as instituições por uma renovada necessidade de luto.

Palavras-chave: Instituições;sujeito;tempo

²⁴ Universidade do Estado do RJ.

Psicanálise e Arte

Joyce e a questão do Pai.

Doris Rinaldi²⁵

Neste trabalho discutirei a relação complexa de Joyce com o pai. Seu pai não o sustentou falicamente, o que Lacan definiu como uma forclusão de fato. Ele permaneceu, entretanto, enraizado no pai, a carência paterna era o seu sintoma. Mas que pai é esse? A nosso ver trata-se não de uma pura ausência, mas de algo que retorna sempre e põe Joyce a trabalhar. A via que tomaremos privilegiará a análise da função da música na obra de Joyce, pois há uma sonoridade musical polifônica que se ouve em sua escrita. Nessa marca de Joyce, pode-se ver um traço do pai, pelos efeitos de voz do significante. Nossa hipótese é de que, se Joyce sustentou seu nome às expensas do pai, não o fez, contudo, sem servir-se dele, ao reviver em sua obra a voz musicada do pai.

²⁵ UERJ

Lacan e o barroco

Marco Antonio Coutinho Jorge²⁶.

Considerando o barroco como um estilo que não se limita à produção artística de uma determinada época da história da arte, mas sim a uma forma de expressão plástica e discursiva autônoma em sua manifestação exuberante, pode-se entender a afirmação de Lacan em seu vigésimo seminário: “Eu me situo mais do lado do barroco”. O *chiaroscuro*, a pincelada que substitui o traço, o vigor da expressão da figura retratada, o movimento do corpo e o gozo, entre outros, são elementos que permitem aproximar o estilo barroco da estrutura linguageira do inconsciente, no qual não existe a negação e os contrários coexistem.

²⁶ UERJ

Psicanálise na arte, arte na Psicanálise

Tania Rivera²⁷

Resumo: A psicanálise desde o início entrecruzou-se à arte; por sua vez, a arte se aproximou da psicanálise em diversos momentos nos mais de cem anos de sua existência. A arte e a literatura têm sido amplamente usadas como recurso didático, como ilustração de conceitos psicanalíticos. Tentaremos explorar algo mais fundamental: que a literatura e a arte são o campo privilegiado do surgimento do sujeito na Cultura e devem ser, portanto, o terreno autêntico da teorização psicanalítica, ao lado da clínica no sentido estrito.

²⁷ UFF

Psicanálise Clínica e Política.

Oposição não é necessariamente inimizada

Rita Maria Manso de Barros.²⁸

Na atual campanha eleitoral, muito ouvimos sobre a quantidade de agressões trocadas não só entre os candidatos à Presidência da República do Brasil, como também entre os eleitores. Por isso retornamos ao texto de Gustave Le Bon, *Psychologie des foules*, publicado em 1895, minuciosamente trabalhado por Freud em “Psicologia das massas e a análise do Eu”, de 1921, onde observa, entre outras, o quanto as massas são dominadas pelo inconsciente, homogeneizando os seres que as constituem. Para ele, apenas a arte e o trabalho científico subsistem como bem já que são fruto da sublimação da pulsão (recalque). E é através dos conceitos criados pelo gênio freudiano que nos dispomos a refletir sobre os últimos acontecimentos em nosso país.

²⁸ Universidade do Estado do RJ.

Direção do Tratamento ou Direção da Cura: qual poder?

Christian Dunken²⁹

Nesta comunicação discuto as diferenças entre o conceito de tratamento (Behandlung, Treatment) e cura (Kur, Cure) tendo em vista a incidência diferencial de formas de poder. Partindo do texto de Lacan sobre a direção da cura tentaremos mostrar como há uma discussão sobre a liberdade e sobre as diferenças entre ética e política na tese levantada por Lacan de que a psicanálise é uma práxis.

²⁹ USP.

O ilimitado do neoliberalismo e a expansão da lógica da avaliação no campo da clínica.

Vinicius Darriba.³⁰

As razões do capital engendraram a crise estrutural que criou as condições para a emergência, na década de 80, do neoliberalismo como manifestação de um novo modo de regulação da economia, acompanhado por um regime de acumulação assentado nos capitais financeiros internacionalizados e na máxima exploração das possibilidades de lucro. Esta última implicou, conseqüentemente, a majoração dos espaços privados de acumulação. Desde esta perspectiva, interessa-nos analisar o que se passa no campo da clínica na atualidade, com relação ao perceptível movimento através do qual se busca subordiná-lo à lógica da avaliação comparativa da eficácia e aos princípios do *management*. Trata-se, então, de reportar esta tendência que constatamos na proximidade de nossa experiência a um processo político e econômico mais geral, segundo o qual a expansão dos espaços de acumulação do capital, dos espaços em que vigora a forma-mercadoria, não se faz contra o Estado, mas com seu envolvimento. Esta expansão levada ao extremo configura o horizonte de um domínio ilimitado, no qual o Estado, ao invés de supostamente exercer uma regulação, estaria se dedicando à sua implementação. Importa-nos a questão de como esta dimensão do ilimitado, que aqui destacamos como eixo do neoliberalismo, intercede no modo como se propaga hoje certa concepção do que definiria o âmbito do que é científico, subjacente à ampliação, no campo da clínica, dos procedimentos avaliativos, quantitativos, e de comparação da eficácia. Em tais procedimentos, as vestes da ciência não impedem que se entreveja uma semelhança patente com o que vigora no contexto privado da constituição de mercados comuns. Resta o problema da relação da psicanálise com a ciência, quando esta última comparece no campo da clínica ao modo de uma ciência da avaliação, na qual o que há de ciência restringe-se, de certo modo, à adoção da ferramenta estatística, instrumento de produção de equivalências.

³⁰ Universidade do Estado do RJ.

Psicanálise, Ciência e Universidade

O que é uma universidade que inclui a Psicanálise?

Luciano Elia³¹

Este título, como talvez alguns saibam, é uma *paráfrase* de uma pergunta lançada por Lacan no Resumo para o Anuário da École Pratique des Hautes Études (EPHE) do anos 1964/65. A pergunta expandida é: “Permanente pois restava a questão que torna nosso projeto radical: aquela que vai de “A psicanálise é uma ciência?” a: “O que é uma ciência que inclui a psicanálise?”. Esta pergunta-destino do trajeto da questão é a que parafrazeamos, substituindo, nela, ciência por universidade. Duas questões são dadas como resolvidas para que esta seja formulada: A primeira é a de que a Psicanálise pertence, deriva e é do campo científico, e se não é uma ciência no sentido estrito e sem tensões, isso não se deve à sua insuficiência epistemológica, mas a uma dimensão de impossibilidade (real, portanto) de que ela caiba inteira no campo da ciência, e o presente trabalho dirá que dimensão é essa. A segunda é a de que o lugar da psicanálise na Universidade está, neste momento histórico, conquistado e assentado, não cabendo a pergunta sobre se ela deve ou não estar aí. Resta, portanto, indagar como ela pode estar aí onde já está. Como é que um espaço social, institucional e discursivo como o universitário pode comportar um campo de saber e de prática (esta tomando a forma de uma experiência) que não recua diante da problemática do *ser*, da *crença* e do *amor* como eixos fundamentais desta experiência, elementos que se condensam na categoria de transferência? Na sequência da pergunta de Lacan o que aparece é o inconsciente (uma ciência que inclui o inconsciente): “mantido como efeito de significante e estruturado como uma linguagem, aqui retomado como pulsação temporal (fechamento e abertura). [...] A transferência como tempo de fechamento ligado ao engano do amor, integrando-se a esta pulsação”. Não há psicanálise sem o engano do amor, sem a sustentação do Outro como suposto saber, a ser desenganado. Não há psicanálise sem que nela se inclua a questão do ser, mas para dissolvê-la em sua feição filosófica, e a questão da crença e de Deus, a ser dissolvida em sua feição religiosa, e a questão do amor, a ser dissolvida em sua feição de engano. Se a ciência se mantém estrangeira a essas dimensões, e com isso não trata delas – e até convive com elas – a psicanálise suja as mãos com elas, e as afeta. Como a Universidade comporta um campo que contém a transferência?

³¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A verdade sujeito

Antonio Teixeira³²

A verdade a que Lacan dá a palavra, em A coisa freudiana, não é um predicado referido a um objeto externo. Sua ocorrência não pode ser avaliada pela via clássica da correspondência ou da adequação. A verdade não é predicado, porém sujeito. Seu objeto, inerente ao desejo, não tem representação no discurso. Ela se expressa nas deformações que esse objeto impossível de representar imprime sobre o discurso representativo. Expressões dessa verdade errante, os sonhos, os trocadilhos e os lapsos não podem ser avaliados a partir de um critério formado a priori: eles só têm valor em razão de uma interpretação que os insere no espaço de exatidão parametrada por uma decisão clínica. Interessa-nos, então, entender de que maneira se pode fazer falar essa verdade sujeito no contexto universitário, cada vez mais tomado pela exigência de critérios a priori de correspondência nas práticas de avaliação.

³² UFMG.

Do mundo fechado ao des-universo dos discursos: lógica da ciência e movimentos sociais contemporâneos.

Fernanda Costa Moura³³

Considerando a eclosão das manifestações acontecidas em junho de 2013 no Brasil, relacionada à comunicação corrente nas chamadas ‘redes sociais’, o trabalho aborda as dificuldades introduzidas pela operação científica para a sustentação do sujeito no discurso. Examinaremos alguns expedientes de encadeamento do laço social disponibilizados no meio eletrônico-digital, como forma de discutir os modos de representação que nossa contemporaneidade atravessada pela ciência oferece à subjetividade.

³³ UFRJ.

A Resolução de Problemas e Contexto Escolar: influência de aspectos afetivos e sócio-cognitivos na aprendizagem.

O que Sabem os que não sabem: As implicações do não aprender no cotidiano escolar.

Jane Correa e Flavia Carolina dos Santos Gomes³⁴

Conhecer supõe uma relação entre um sujeito e um objeto. Em outras palavras, não há conhecimento sem que haja um sujeito que conhece e um objeto a ser conhecido. Conhecer vem do latim *cognoscere* (*co + gnos*), o que quer dizer aprender com a mente. Segundo a perspectiva construtivista e dialética expressa pela Epistemologia genética, o sujeito e objeto do conhecimento não são termos a priori, mas constituídos na relação de conhecimento estabelecida. Neste sentido, o sujeito que conhece só é assim designado na ação mesma que exerce para conhecer; enquanto o objeto do conhecimento só assim o é, para um sujeito que conhece. Indo mais além, sugere que na relação de conhecimento o sujeito não só conhece um objeto, mas, ao tentar dele se apropriar, constrói, ao mesmo tempo, as categorias de seu próprio pensar. Voltando à etimologia da palavra conhecer, aprender com a mente, este processo enfatiza as funções cognitivas e seu desenvolvimento como importantes para o saber. Por outro lado, a origem da palavra saber, *sapere*, a palavra latina para 'saber' está relacionada etimologicamente a *sapor* (*sapere*, ter gosto). Além de conhecer com a mente, ou seja, além dos correlatos linguístico-cognitivos do aprender, há que se evidenciem os sentimentos do sujeito que aprende. Embora no contexto familiar a criança possa ampliar repertórios em seu processo de desenvolvimento e experimentar-se como sujeito do conhecimento, é à escola e à realização de atividades escolares que ela dedica grande parte de seu dia e seu investimento, seja afetivo ou cognitivo. Tendo em vista a importância do vínculo e das

³⁴ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

relações afetivas no desenvolvimento da criança, bem como o caráter fundamentalmente relacional da condição humana, as práticas escolares repercutem não apenas na construção do conhecimento, mas também de vínculos afetivos na escola e com o próprio aprendiz. Desta forma, a constituição do sujeito que conhece, no cotidiano escolar, é realizada não só pelo desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, mas do conhecimento de si, como aprendiz, dos sentimentos que nutre acerca de si mesmo como aprendiz e do aprender, como, também, do seu reconhecimento pelos outros, família, professores e pares, como sujeito cognoscente. A escola assume grande importância na vida das crianças, sendo o ambiente escolar um lugar de produção de significados dos sujeitos em relação. Aprendemos sobre nós mesmos com os outros, principalmente com aqueles que são significativos para nós. A interação com os pares e a professora influencia, embora não de maneira unidirecional, a forma como a criança vê a si mesma e aos outros como aprendizes. O conceito que fazemos de nós mesmo é um construto dinâmico que medeia processos intrapessoais como interpessoais. As representações acerca do que acreditamos ou sentimos acerca de nós mesmos têm muita influência sobre a forma como agimos conosco e com os outros. Neste sentido, as concepções das crianças acerca de suas competências como aprendizes têm implicações importantes no que concerne à maneira como interpretam as dificuldades de aprendizagem sua e de seus colegas, bem como as maneiras de superá-las. Por meio da comparação social, a criança aprende a avaliar a si mesma. Inicialmente, é comum que as crianças supergeneralizem as representações que fazem acerca de si mesmas (ex, muito esperta, inteligente), para, posteriormente, poderem diferenciar e integrar diversas representações de si (muito boa em línguas e péssima em física e química). A criança, em seu processo de aprendizagem, coexiste como sujeito ensinante e aprendente, uma vez que, para aprender, precisa dialogar com o outro, tornando compreensíveis suas ideias, contrapondo novos e antigos saberes. Tal processo é subjetivo e singular, único para cada aprendiz, mas acontece na intersubjetividade. O autoconceito relaciona-se, portanto, a informações que recebemos dos outros sobre nós mesmos nos contextos sociais dos quais participamos, como, também, com nossa habilidade de interpretar tais informações. Estas informações podem ser veiculadas nas mais diversas formas de representação, quer verbais, quer imagéticas, quer sensoriomotoras; podendo ter natureza cognitiva e/ou afetiva. Na escola, portanto, a dinâmica relacional é viva e multidimensional, abarcando múltiplas possibilidades de significação por meio do caráter intersubjetivo das atividades que ali ocorrem. Dessa forma, em cada relação

estabelecida na escola, há elaboração e reelaboração de sentidos pelos sujeitos que atuam no processo de aprendizado, produzindo a si mesmos e aos outros. Tornar-se aprendiz é mais do que frequentar a escola. Aprendiz origina-se do latim, de *ad*, “junto” mais *prehendere*, pegar, agarrar. Etimologicamente, o aprendiz é aquele que se apodera do conhecimento. Desta forma, é o aprender que define o aprendiz, como tornar-se aprendiz é a expectativa que se tem para toda a criança que entra na escola. Tendo em vista as tramas de significações e relações que envolvem o aprender, o aprendiz se mobiliza quando há, para ele, um significado atribuído ao que se aprende. Tal mobilização reflete a construção de um sentido próprio para o mundo, para o saber, para a escola, para o professor, de maneira que a aprendizagem ganha um valor para o sujeito, que é um fundamental ponto de partida na aprendizagem. Crianças bem sucedidas no aprendizado escolar expressam suas conquistas em termos da aprovação social que recebem, quer da família, quer da própria escola. Por outro lado, a criança que apresenta dificuldades em aprender conhece, na maioria dos casos, o estigma, recebendo comentários negativos em relação ao seu desempenho acadêmico e ao seu comportamento em geral. Ao não saber, as crianças tendem a pensar sobre si mesmas em termos de suas dificuldades, desenvolvendo a consciência de si como incapaz de aprender. Desta forma, constroem um entendimento pouco realista acerca de si mesmas, quer de suas próprias dificuldades quer das suas habilidades, julgadas, na maioria das vezes, como inexistentes. Por outro lado, podem superdimensionar a dificuldade da tarefa, o que faz com que não comece a tarefa ou a abandone logo após começada. Observa-se, assim, o desinteresse, ou mesmo aversão, por realizar as atividades escolares. O desempenho escolar ruim vem acompanhado de vergonha, sentimento de incompetência e de inferioridade. Desenvolvem baixas expectativas e motivação. Apatia e atitude desinteressada são mais intensas em crianças com dificuldades de aprendizagem. Crianças com dificuldades de aprendizagem são menos aceitas por seus pares, como tendem a receber menos atenção de seus professores. Estão, frequentemente, à margem da dinâmica da sala de aula, uma vez que se envolvem cada vez menos nas atividades escolares como também são cada vez menos requisitadas a participar. O não aprender, em outros casos, pode gerar comportamentos agressivos e disruptivos. Nestes casos, a criança pode ser excluída não só da dinâmica, como do espaço da sala de aula. Pode também acontecer que os pares, ao invés de rejeitarem, passem a exaltar o comportamento opositor do colega. Tanto em um caso, como em outro, a dinâmica estabelecida no contexto escolar cria obstáculos ao

desenvolvimento psicossocial da criança. Em suma, a forma como a dificuldade de aprendizagem é representada e tratada no contexto escolar, trazem prejuízo não só ao desenvolvimento cognitivo da criança, mas também, ao seu desenvolvimento emocional e social.

Financiamento: FAPERJ

Inventário de Resolução de Problemas

Altemir José Gonçalves Barbosa³⁵, Roseane Ribeiro Mendonça³⁶.

Resolução de problemas (RP) é um tema clássico em Psicologia e um dos mais relevantes, pois problemas dos mais triviais aos mais complexos estão presentes no dia-a-dia. Há evidências, por um lado, de que a avaliação positiva que as pessoas fazem de suas habilidades de RP se associa positivamente a uma gama de correlatos de ajuste psicológica. Por outro lado, sabe-se, também, que a ineficácia em lidar com situações problema pode acarretar consequências negativas de natureza pessoal e social, isto é, dificuldades para resolver problemas afetam negativamente o bem estar físico e psicológico de um indivíduo, bem como seu funcionamento social. Não obstante a relevância da RP, há carência de medidas desse construto em língua portuguesa do Brasil com fontes de evidência de validade. É possível avaliar RP fazendo uso de, pelo menos, duas estratégias: os métodos de observação e as escalas de autorrelato. O uso de escalas é a forma mais comumente encontrada na literatura, talvez por ser a mais econômica e a mais confiável quando a meta é avaliar as habilidades de RP. Dentre as escalas que avaliam RP em geral, ou seja, sem determinar um tipo específico de problema, como, por exemplo, problemas sociais, o *Problem Solving Inventory* – PSI é um dos instrumentos mais utilizados. Desse modo, esta comunicação científica tem como objetivo tanto apresentar uma revisão sistemática de literatura que analisou as variáveis com as quais a RP se associa positiva ou negativamente quanto apresentar a versão brasileira do PSI.

Palavras-chaves: Resolução de Problemas, Medidas, Validação, Psicometria.

³⁵ Universidade de Juiz de Fora.

³⁶ Universidade de Juiz de Fora.

O Conflito Interpessoal na Escola.

Maria Isabel da Silva Leme³⁷

A apresentação analisará o conflito interpessoal como um tipo de solução de problemas, cuja resolução envolve tanto aspectos cognitivos como afetivos, em um processo de avaliação da situação e seleção da estratégia bastante complexo. Isto porque o processamento da situação envolve muitas dimensões, como a identificação da natureza do conflito, da emoção que desperta, assim como a intenção do protagonista causador da ocorrência, até a seleção de boas estratégias de resolução, como o enfrentamento pacífico, que dependem da interação de aspectos aprendidos e desenvolvimentais. Nesta perspectiva, a aprendizagem das diferentes estratégias de enfrentamento depende tanto da maturação para lidar com a complexidade da situação, como da cultura em que o indivíduo está inserido. O primeiro aspecto favorece o processamento de situações complexas, enquanto o segundo crenças e valores favoráveis ou não ao enfrentamento pacífico. Além desses aspectos, são de grande importância, o contexto de aprendizagem, no caso da escola, o ambiente de convivência, o estilo de gestão da instituição, os valores ali veiculados, percepção destes aspectos pelos estudantes e, finalmente a sua adesão aos mesmos.

Palavras chave: conflito, aprendizagem, afeto, cognição, jovens

³⁷ Universidade de São Paulo.

O Ensino da Avaliação Psicológica nos Cursos de Graduação de Psicologia no Rio de Janeiro.

A avaliação psicológica como processo e a formação crítica dos(as) psicólogos(as)

Virginia Dresch³⁸

O ensino da avaliação psicológica, embora conteúdo obrigatório na Graduação em Psicologia por ser de domínio exclusivo do psicólogo, tem encontrado resistência na construção dos currículos dos cursos de ensino superior no Rio de Janeiro. Um dos focos da resistência se concentra nos testes e técnicas de avaliação psicológica, que têm recebido críticas de diversas áreas da Psicologia, algumas delas fundamentadas por problemas estruturais dos instrumentos e por seu uso inadequado; e muitas outras sem qualquer fundamento, originadas por absoluta falta de conhecimento deste tipo de ferramentas. A aplicação de testes para fins inadequados ou de maneiras impróprias por usuários que carecem de treinamento e de qualificações necessárias invariavelmente resulta em mau uso dos testes (Urbina, 2007). Neste sentido, o ensino da avaliação psicológica torna-se um desafio para os(as) docentes na formação dos(as) futuros(as) psicólogos(as).

Recentemente, em virtude do ano temático da Avaliação Psicológica em 2011, o Conselho Federal de Psicologia publica em 2010 as “Diretrizes na Regulamentação da Profissão” para a Avaliação Psicológica, destacando que “os métodos e as técnicas de avaliação psicológica requerem conhecimentos mais extensos e aprofundados de diversas áreas da Psicologia para que os resultados obtidos possam ser interpretados de acordo com as necessidades de cada contexto que requer o uso dessa prática” (CFP, 2010, p. 15). Na mesma direção, o IBAP (Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica, 2012) nas “Diretrizes para o ensino da avaliação psicológica” afirma claramente que

³⁸ Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense.

“especialmente importantes são os conhecimentos em psicopatologia, psicologia do desenvolvimento, psicologia da personalidade e processos básicos em Psicologia. Esses e outros conhecimentos específicos são o pano de fundo para a interpretação do material recolhido por meio das técnicas de avaliação psicológica, ou ainda, são o material básico para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação psicológica”.

Face ao exposto, o desafio no ensino da avaliação psicológica passa por dois eixos: a) a avaliação psicológica como **processo**, e b) a **formação crítica** dos(as) futuros(as) psicólogos(as).

O CFP afirma que a avaliação psicológica é “um **processo** de construção de conhecimentos acerca de aspectos psicológicos, com a finalidade de produzir, orientar, monitorar e encaminhar ações e intervenções sobre a pessoa avaliada, e, portanto, requer cuidados no planejamento, na análise e na síntese dos resultados obtidos” (CFP, 2010, p. 16). Urbina (2012) defende que a avaliação psicológica é um **processo** flexível e não-padronizado, que tem por objetivos chegar a uma determinação sustentada a respeito de uma ou mais questões psicológicas através da coleta, avaliação e análise de dados apropriados ao objetivo em questão.

Para que a avaliação como processo seja uma prática adotada, torna-se indispensável o *empoderamento* dos profissionais através da formação crítica dos(as) futuros(as) psicólogos(as) na Graduação, ultrapassando-se a esfera do ensino meramente técnico de forma isolada. A formação crítica envolve a escolha dos métodos, técnicas e instrumentos apropriados para o fim que se destina a avaliação psicológica, a análise do instrumento do seu ponto de vista estrutural (propriedades psicométricas, objetivos, etc.), e a formação aprofundada no contexto para o qual se está aplicando os instrumentos (processos clínicos, processos organizacionais, etc.). Cabe destacar que, embora escutemos frequentemente na mídia afirmações do tipo “na próxima semana o acusado de tal crime passará por testes psicológicos”, quem avalia é o psicólogo e não os testes psicológicos.

A organização dos currículos de Graduação em Psicologia de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC, 2011), desdobrada em eixos estruturantes, contribui para que a formação em avaliação psicológica se dê de modo mais integrado aos demais conhecimentos da Psicologia. Mais especificamente no que tange o Eixo III “Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional”, que contempla

tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas específicos de investigação e prática profissional. Cabe aqui um projeto de trabalho conjunto dos docentes que ministram as disciplinas do Eixo para que o ensino da avaliação psicológica integre conhecimentos mais extensos e aprofundados de diversas áreas da Psicologia, de modo que os resultados obtidos possam ser interpretados de acordo com as necessidades de cada contexto que requer o uso dessa prática, como propõe o CFP (2010).

Para concluir, de modo que a formação em avaliação psicológica com qualidade seja possível, faz-se necessário observar a estrutura de ensino. O IBAP (2012) cita como relevantes tanto os aspectos infra-estruturais (a construção de “Testotecas”, a criação de Laboratórios de Avaliação Psicológica, a literatura especializada atualizada disponível nas Bibliotecas, etc.), como os métodos de ensino (aulas expositivas, aulas práticas, etc.), e a formação do docente (formação acadêmica e experiência profissional compatível com a área, constante atualização, etc.). O IBAP (2012) propõe 27 competências em Avaliação Psicológica a ser desenvolvidas nos estudantes de Psicologia.

Palavras-chave: avaliação psicológica, processo, formação crítica.

Referências

CFP - Conselho Federal de Psicologia (2010). Avaliação Psicológica: Diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília: CFP.

IBAP - Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (2012). Diretrizes para o ensino da avaliação psicológica. São Paulo: IBAP.

MEC - Ministério de Educação (2011). Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia. Brasília: MEC.

Urbina, S. (2012). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed.

A percepção das competências em Avaliação Psicológica

José Augusto Evangelho Hernandez³⁹

A Psicologia enquanto profissão foi regulamentada, no Brasil, por meio da Lei no. 4119 de 1962 que, dentre outras atividades profissionais, estabeleceu a Avaliação Psicológica (AP) como uma tarefa exclusiva do psicólogo. No entanto, o ensino desta atividade tem sido considerado um problema central na formação em psicologia, haja vista que vários autores têm apontado para uma relação entre atuações profissionais impróprias e inconsistentes na área (Noronha, 2003; Noronha & Alchieri, 2004; Noronha et al. 2004; Noronha, Nunes, & Ambiel, 2007; Noronha & Reppold, 2010; Padilha, Noronha, & Fagan, 2007).

Noronha et al. (2004) examinaram os conhecimentos acerca da AP em estudantes de Psicologia e de Engenharia de uma instituição privada de ensino superior do interior paulista. O objetivo dos pesquisadores foi comparar as respostas destes dois grupos representantes de diferentes áreas do conhecimento científico mediante a análise estatística da frequência das mesmas. Em aproximadamente um quinto dos itens do questionário, que abordavam conceitos de avaliação psicológica, os alunos da Engenharia acertaram mais do que os da Psicologia.

O presente estudo replicou parcialmente a pesquisa de Noronha et al. (2007) realizada com estudantes de Psicologia da região Centro-Oeste do Brasil. Para isso, foi verificada a importância e a percepção de domínio das 20 competências essenciais indicadas pela *American Psychological Association* (APA, 2000) para o exercício da AP através das respostas dos alunos do curso de Psicologia da UERJ.

Mediante uma amostra não probabilística, participaram 271 estudantes do curso de graduação de Psicologia da UERJ (aproximadamente 40% da população), 204 (75,3%) do sexo feminino e 67 (24,7%), do masculino. A idade dos respondentes variou de 17 a 56 anos, com média de 24,3 e desvio padrão de 5,65. Os participantes que tinham algum tipo de experiência em AP foram 94 (34,7%) e os que não tinham 177 (65,3%). As experiências prévias declaradas foram estágios interno e externo, cursos, eventos científicos e participação em disciplinas, tais como, TEP, Roschach, Psicologia

³⁹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

e Deficiência, Neuropsicologia, Pesquisa Quantitativa e Psicometria. Apenas 43 alunos estavam vinculados ao currículo antigo, enquanto 225 pertenciam ao novo, três não forneceram este dado. Conforme os períodos do curso, os sujeitos ficaram assim distribuídos: 2º - 39 (14,4%), 3º - 27 (10%), 4º - 21 (7,7%), 5º - 35 (12,9%), 6º - 23 (8,5%), 7º - 27 (10%), 8º - 29 (10,7%), 9º 19 (7%) e 10º - 51 (18,8%).

Foi utilizado um instrumento adaptado por Noronha et al. (2007) a partir do *Test User Qualifications* (APA, 2000) que é composto de 20 competências essenciais dos usuários nos EUA, as quais foram considerados importantes para o ensino da AP no Brasil. Os respondentes avaliaram a importância das atividades especificadas em cada item e o quanto dominam as mesmas. As respostas foram dadas por meio de uma escala tipo Likert de 5 pontos, que variou entre 1 (*nada importante*) a 5 (*totalmente importante*), na parte de medida da importância das competências, e 1 (*domina nada*) a 5 (*domina totalmente*), na parte de domínio das competências.

Também foram registrados dados referentes ao sexo, à idade dos participantes, ao período do curso em que estavam matriculados, ao currículo que pertenciam e se já possuíam experiências relativas à AP.

Os estudantes foram convidados a participar da pesquisa nas dependências (hall, corredores e salas de aula) que compõem o 10º andar do *campus* central da UERJ. Os dados foram fornecidos de forma individual, conforme os alunos foram sendo abordados. As informações foram digitadas e analisadas no *SPSS*, versão 20, mediante estatísticas descritivas e Teste *t* de Student para amostras independentes.

Apenas 34,7% dos alunos abordados declararam alguma experiência com conteúdos ou práticas relacionadas à AP. A análise descritiva dos escores da amostra total (do 2º ao 10º períodos) atribuídos à importância das competências (Tabela 1) revelou que os Princípios Éticos, os Aspectos Legais, a Seleção de Instrumentos, a Interpretação Precisa e as Condições Adequadas foram os itens com maiores médias. Por outro lado, os itens que apresentaram as menores médias em importância foram as Tabelas dos Manuais, a Leitura dos Manuais, a Psicometria, a Ampla Gama de Testes e as Noções de Estatística. Este resultados coincidiram, na maior parte, com os resultados do estudo de Noronha et al. (2007).

O Teste *t* de Student revelou diferenças estatísticas significativas ($p < 0,05$) nas médias de importância (Tabela 1) apenas para quatro competências (Princípios Éticos, Tabelas de Manuais, Supervisão e Leitura dos Manuais) na comparação entre os grupos dos alunos com alguma experiência em AP e o sem experiência. Nesses casos, as

maiores médias foram todas dos alunos com experiência, mas os tamanhos dos efeitos ($d=0,2$) são pequenos (Cohen, 1988). Em suma, quanto à importância dos 20 itens de competência quase não há diferenças entre os escores de alunos com e sem experiência em AP.

O Teste t de Student para amostras independentes revelou diferenças estatísticas significativas ($p<0,05$) nas médias de domínio de todos os itens de competência (Tabela 1) em AP entre os grupos com e sem experiência. Embora essas diferenças entre os grupos apresentem tamanhos de efeitos grandes ($d>0,5$), conforme Cohen (1988), esse domínio representa um domínio de competências que varia de fraco ($M=2,2$) a médio ($M=3,6$).

A comparação das médias de domínio dos itens de competência em AP entre alunos do 2º período e 10º período, mediante Teste t de Student, revelou diferenças estatísticas significativas ($p<0,05$) em dezoito itens. Da mesma forma, embora os tamanhos dos efeitos dessas diferenças sejam grandes ($d>0,5$), na vantagem de domínio de competências predominaram médias fracas e algumas medianas.

O baixo índice de alunos com alguma experiência em AP parece revelar uma efetiva escassez desse tipo de oportunidades ao longo do desenvolvimento do curso de Psicologia da UERJ. Em geral, observa-se uma razoável valorização dos 20 itens de competências essenciais em AP por parte dos respondentes. Contudo, notam-se contradições, tais como, a valorização (importância) do item Interpretação Precisa e a relativa desvalorização dos itens Tabelas dos Manuais, Leitura dos Manuais, Psicometria e Noções de Estatística, imprescindíveis para o sucesso da precisão.

Ainda que a análise dos escores de domínio dos alunos nas competências essenciais em AP, ao longo dos períodos do curso, indique uma evolução positiva, o nível m atingido no 10º período, às vésperas da formatura, vai de fraco a médio, o que não é suficiente para o exercício profissional adequado em AP.

Referências

American Psychological Association (2000). *Report of the task force on test user qualifications*. Washington, D.C.: APA.

Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences*. New York: Academic Press.

- Mendes, L. S., Nakano, T. C., Silva, I. B., & Sampaio, M. H. L. (2013). Conceitos de Avaliação Psicológica: Conhecimento de Estudantes e Profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 428-445.
- Noronha, A. P. P., & Alchieri, J. C. (2004). Conhecimento em Avaliação Psicológica. *Estudos de Psicologia*, 21, 43-52.
- Noronha, A. P. P., Baldo, C. R., Almeida, M. C., Freitas, J. V., Barbin, P. F., & Cozoli, J. (2004). Conhecimento de estudantes a respeito de conceitos de Avaliação Psicológica. *Psicologia em Estudo*, 9, 263-269.
- Noronha, A. P. P., Carvalho, L. F., Miguel, F. K., Souza, M. S., & Santos, M. A. (2010). Sobre o ensino de Avaliação Psicológica. *Avaliação Psicológica*, 9, 139-146.
- Noronha, A. P., Castro, N. R., Ottati, F., Barros, M. V. C., & Santana, P. R. (2013). Conteúdos e Metodologias de Ensino de Avaliação Psicológica: um Estudo com Professores. *Paidéia*, 23, 129-139. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-43272354201315>
- Noronha, A. P. P., Nunes, M. F. O., & Ambiel, R. A. M. (2007). Importância e domínios de avaliação psicológica: um estudo com alunos de Psicologia. *Paidéia*, 17, 231-244.
- Padilha, S., Noronha, A. P. P., & Fagan, C. Z. (2007). Instrumentos de Avaliação Psicológica: Uso e Parecer de Psicólogos. *Avaliação Psicológica*, 6, 69-76.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Juliane Callegaro Borsa⁴⁰

O presente trabalho tem como objetivo discutir e problematizar a formação em avaliação psicológica e apresentar a proposta de ensino na área no curso de graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Entende-se por avaliação psicológica a coleta e a interpretação de dados por meio de um conjunto de procedimentos confiáveis e cientificamente reconhecidos que incluem testes e técnicas reconhecidas como ferramentas da Psicologia. Trata-se de um procedimento que visa a investigar diferentes características psicológicas de um indivíduo ou de um grupo e que auxilia o psicólogo na sua tomada de decisão. A avaliação psicológica visa a compreensão e o diagnóstico e permite prever o prognóstico do paciente, auxiliando no desenvolvimento de estratégias terapêuticas. Esta prática é, por lei, exclusiva do psicólogo e contribui para sua inserção nos diferentes contextos de atuação, como a clínica, as empresas, os hospitais e as escolas. Portanto, cabe a este profissional o planejamento e a condução adequada do processo da avaliação psicológica, o qual deve estar pautado em aspectos teóricos, técnicos e científicos. O plano de trabalho a ser desenvolvido e a escolha dos testes e técnicas a serem aplicados deve ser definido com base nos objetivos da avaliação, nas características do avaliando, no contexto em que a avaliação será realizada e nos construtos psicológicos a serem investigados. A avaliação psicológica é uma das subáreas mais importantes da Psicologia e configura-se como um campo em constante crescimento. No entanto, avanços são necessários, principalmente no que diz respeito à qualidade da formação e dos serviços prestados. Atualmente, observa-se uma escassez de profissionais qualificados para atuar na área, o que resulta em uma série de problemas como o uso inadequado dos instrumentos e uma ausência de postura crítica e ética, produzindo preconceitos e discriminação social. Importante salientar que a maioria das infrações éticas denunciadas ao Conselho Federal de Psicologia e seus regionais refere-se ao exercício equivocado da avaliação psicológica. Muitas das denúncias envolvem o uso de técnicas inadequadas ou não reconhecidas, a falta de orientações sobre encaminhamentos adequados ou a emissão de documentos sem fundamentação teórica. Sabe-se que grande parte destas dificuldades são resultado da ausência de formação adequada na área. Mesmo com a crescente demanda advinda do mercado de trabalho, a avaliação psicológica ainda é negligenciada em muitos cursos de graduação em Psicologia oferecidos pelas instituições brasileiras de ensino

⁴⁰ Professora do Departamento de Psicologia, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio.

superior (IES). Inúmeros são os problemas referentes à má qualidade do ensino da avaliação psicológica, dentre eles a escassez no número de disciplinas ofertadas, a falta de qualificação dos professores, a apresentação de bibliografia desatualizada, a ausência de prática de estágio supervisionada, a redução do ensino da avaliação psicológica à mera aplicação de testes e a ausência de conteúdos importantes como fundamentos dos testes, história da avaliação psicológica, ética em avaliação psicológica, entre outros. Verifica-se, também, uma ausência de padronização quanto ao número de disciplinas de avaliação psicológica e quanto às características das ementas e planos de aula. Enquanto alguns cursos oferecem apenas uma disciplina, outros oferecem até dez disciplinas obrigatórias e eletivas, incluindo estágios práticos supervisionados. Essa discrepância é especialmente visível entre as diferentes regiões brasileiras e até mesmo entre estados de uma mesma região. No Rio de Janeiro, a avaliação psicológica tem sido pouco enfatizada nos currículos dos cursos de graduação em Psicologia. Mesmo tendo sido o Rio de Janeiro o berço dos laboratórios de Waclaw Radecki, Medeiros e Albuquerque, Maurício de Medeiros e Manuel Bonfim, e do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), atualmente a prática avaliação psicológica neste estado conta com poucos psicólogos qualificados. O curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), como tantos outros cursos de Psicologia da IES fluminenses, oferece pouca ênfase à avaliação psicológica. O currículo atual conta apenas com uma disciplina obrigatória de avaliação psicológica constituída por 6 créditos e oferecida duas vezes ao ano. Anteriormente, essa disciplina era essencialmente teórica e bastante focada no ensino dos testes psicológicos. Desde 2013, diversas reformulações foram realizadas com o objetivo de enfatizar o caráter processual da avaliação psicológica. A disciplina é dividida em aulas teóricas e aulas de laboratório. Na primeira, são apresentados conteúdos da história da avaliação psicológica, fundamentos dos testes psicométricos, fundamentos dos métodos projetivos, legislação brasileira referente à avaliação psicológica, ética na avaliação psicológica e documentos de devolução decorrentes da avaliação psicológica. As aulas de laboratório, por sua vez, incluem atividades práticas de construção de instrumentos psicológicos e proporciona o contato com os testes mediante apresentação de casos clínicos e simulação de aplicação. Entende-se a urgência de novas reformulações no currículo do curso de Psicologia da PUC-Rio de modo a contemplar a proposta de estágios supervisionados em avaliação psicológica e oferecer maior carga horária em disciplinas obrigatórias, além da oferta de disciplinas eletivas. Tais mudanças estão previstas e deverão ser contempladas na nova revisão do currículo. No entanto, embora as fragilidades apontadas, muitos avanços foram realizados nos últimos dois anos. Por exemplo, foi criado o APlab Pessoas & Contextos, grupo de pesquisa destinado à prática e pesquisa em avaliação psicológica. O grupo passou a ser referência para os alunos da IES interessados na área e atualmente conta com aproximadamente trinta alunos de graduação e pós-graduação envolvidos em atividades de pesquisa. Além disso, está sendo construída uma testoteca e o Laboratório de

Prática e Pesquisa em Avaliação Psicológica (LAPPAP-APlab). Quanto à grade curricular, está previsto o aumento substancial da carga horária das disciplinas obrigatórias em avaliação psicológica, além da inclusão da disciplina de psicometria e de métodos quantitativos. Disciplinas eletivas e cursos de extensão também estão sendo planejados. As parcerias de pesquisas interinstitucionais estão permitindo o intercâmbio de experiências e informações, indicando ser a avaliação psicológica uma área de interesse crescente por parte dos psicólogos e alunos de graduação. Essas ações reforçam o compromisso do Departamento de Psicologia da PUC-Rio em buscar um novo lugar para a avaliação psicológica na sua grade curricular de modo a integrar a formação prática e os fundamentos teóricos. Salienta-se, por fim, urgência de se repensar a qualidade do ensino em avaliação psicológica nos cursos de graduação em Psicologia das IES do Rio de Janeiro. Só assim, e apenas assim, será possível retomar nesse estado uma prática importante na história da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Palavras-Chave: avaliação psicológica, formação em psicologia, ensino em psicologia

Gestalt-terapia: da contracultura aos nossos dias. Uma abordagem na vanguarda de seu tempo.

Gestalt-terapia: da contracultura aos nossos dias. Uma abordagem na vanguarda de seu tempo.

Eleonôra Torres Prestrelo⁴¹, Laura de Toledo Quadros⁴².

A contracultura se caracterizou como um movimento de reação a uma forma de pensar e viver da sociedade americana. O termo - Contracultura - foi inventado pela imprensa norte-americana, mas se expandiu rapidamente, de forma marcante. Esse fenômeno faz parte de uma época e se desdobra em múltiplas manifestações, tais como o movimento *hippie*, o *rock*, uma determinada movimentação política nas universidades, o uso de drogas, a aproximação com a cultura oriental, tornando-se uma expressão que representou os acontecimentos flamejantes dos anos sessenta. Porém, como postura de reação, continua a se apresentar em momentos específicos da história da humanidade onde se apresenta como rompimento com o estabelecido. Entendida assim floresce de tempos em tempos, como contestação, assumindo um papel revigorador do *status quo*.

⁴¹ Professora Assistente e Supervisora de Estágio Especializado em Gestalt-Terapia no Instituto de Psicologia /UERJ; Coordenadora dos Projetos de Extensão: “Laboratório Gestáltico: configurações e práticas contemporâneas” e “GAPsi- Grupos de Apoio Psicológico”; Coordenadora do Núcleo de Extensão do IP/UERJ; professora convidada de cursos de Especialização em Gestalt-Terapia; Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense/UFF na linha de pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão Social, orientanda do Laboratório PesquisadorCOM, vinculado ao Grupo de Pesquisa Entre-Redes (CNPq).

⁴² Doutora em Psicologia Social pela UERJ, Especialista em Psicologia Clínica (CRP), Mestre pela FGV/UFRJ, Supervisora Clínica e Professora Adjunta do Instituto de Psicologia do IP/UERJ; Vice-coordenadora do Laboratório Gestáltico – IP/UERJ; professora convidada de cursos de Especialização em Gestalt-Terapia. Ganhadora do II Prêmio Fritz Perls em 2009, orientadora de monografias em Psicologia e pesquisadora do Grupo Entre-Redes (CNPq).

Traremos para esse trabalho as “anti-culturas” que se fazem presentes nos dias atuais, especialmente suas reverberações no “estado da arte” da Gestalt-terapia. Porque a quebra de paradigmas resultante desse movimento, não se restringe a um tempo, a uma área de pensamento, não se faz limitada a uma área de atuação, uma cultura, uma ciência. Como uma lufada de vento envolve várias outras “quebras”, promove desvios e rupturas em vários sistemas de pensamento e atuação. Não estaríamos nós, psicoterapeutas, mais especificamente gestalt-terapeutas, alheios a essas mudanças. A Gestalt-terapia embora traga em suas raízes influências fundamentalmente européias, emerge nos Estados Unidos na década de 50-60, em pleno movimento da contracultura inclusive, assumindo uma postura crítica frente ao predomínio da racionalidade científica na construção do conhecimento. Fritz Perls, um de seus principais articuladores, nos propõe um intervir fundamentado no aspecto experiencial, no vivido, nas relações que se constroem *no* e *com* o mundo. Ao privilegiar essa forma de apreensão do conhecimento estendendo-a a psicoterapia, aponta-nos a importância da sensibilidade, legitimando a experiência como uma *prática*, um *fazer* que se faz fazendo, uma entrega viva com todos os riscos, incluindo os que envolvem o psicoterapeuta nesta relação. Privilegiando a relação como fonte primeira de construção do conhecimento, a Gestalt-terapia enfatiza o processo de conscientização como referência de exploração do vivido, não diretamente para a solução dos problemas e sim para o exercício das possibilidades de escolha do melhor caminho possível num dado momento. Tal processo conceituado por Perls como *awareness* (o *dar-se conta*) convoca tanto a dimensão sensível da experiência quanto a compreensão da mesma, não podendo, portanto, ser reduzida ao aspecto meramente intelectual. Acreditando que a cada momento, em contato com e no campo podemos configurar várias possibilidades de solução para os conflitos, essa abordagem aproxima-se muito mais de uma orientação probabilística que determinista. Assim, num movimento afinado com o pensamento de vanguarda, a Gestalt-terapia rompe com a perspectiva mecanicista de mundo permeada pelas explicações fundadas na causalidade e aproxima-se de uma proposta mais aberta, que engloba o imprevisível, a compreensão, o não classificável, a relação, enfim uma dinâmica processual e não linear. Dentre as premissas básicas que Perls, principal mentor da Gestalt-terapia nos traz, ressaltamos a importância da presentificação como orientação primeira de contato no mundo; a libertação dos “deveriaismos”; a valorização da apreensão do que nos passa de forma integrada, una, escutando além de nossos pensamentos o que nos diz nossos órgãos de sentidos, nosso

sistema motor, dado que não somos seres bipartidos corpo-mente; o entendimento dos movimentos disfuncionais (chamados neuróticos) como fenômenos de campo e não individuais, ampliando a compreensão das diversas formas de existência, como ressalta o próprio Perls ao nos apontar que “... o indivíduo e o meio são meramente elementos de um único todo, o campo, nenhum deles pode ser considerado responsável pelas doenças do outro” (1981, p.40). Perls, um eterno rebelde, constrói um modo de atuar então inovador que integra os afetos à atuação do terapeuta, resgata o corpo como participante desse processo, permite a expressão dos sentimentos para reconfigurar formas de estar no mundo, retira amarras de explicação e enfatiza a importância da implicação. Vale ressaltar que nesse momento histórico ele portava uma extensa bagagem tanto de atuação como terapeuta quanto de experiência como cliente, bem como um rico percurso de vida. É nesse encontro que emerge paradoxalmente a força e a delicadeza dessa abordagem. Ele tinha pressa e o mundo tinha a necessidade de mudança. Se transportarmos sua proposta para os dias atuais, constatamos que conceitos como *contato*, *awareness* e *ajustamento criativo* trazem em seu bojo ideias que traduzem necessidades atuais. Quando percebemos autores que hoje nos alertam acerca da necessidade de maior integração e sensibilidade nas relações como um *resistir* ao descartável e ao volátil, é impossível não nos remetermos aos próprios alertas de Perls ao final dos anos sessenta; Quando nos deparamos com pensadores que enfatizam a noção de rede, nos apontam a importância das práticas que se constituem na ação e no vivido, é inevitável não reconhecermos a ousadia de Perls que já ressaltava o *fazer* como construtor de conhecimento e não como mera consequência ou aplicação de uma teoria. Essa proposta de atuação nos coloca num lugar nada confortável já que nos convoca a lidar com o imprevisto, o novo, nos deslocando das pretensões de certezas, já que não fazê-lo implica em repetição, não raro em estereótipos. Colocando-se, desde o início, na contramão de uma cultura psicológica vigente, ele afirma na sua busca pelo novo que “As psicologias mais antigas descreviam a vida humana como um conflito constante entre o indivíduo e seu meio. Por outro lado, nós o vemos como uma interação entre os dois, dentro da estrutura de um campo constantemente mutável” (1981, p.39). Dar-mo-nos conta do quanto temos desenvolvido essas premissas, ampliando nossas áreas de atuação como multiplicadores dessa forma de compreender o mundo, respondendo a solicitações do campo, inclusive nas universidades, assumindo disciplinas regulares nos cursos de graduação, muito nos gratifica. Ocupamos novos espaços sem perdermos a nossa *alma* e ao percorrermos áreas de conhecimento afins,

confirmamos a atualidade das premissas da abordagem gestáltica, não apenas para pensar a clínica, mas como campo de presença no desenvolvimento de saberes outros. Assim, saindo das dicotomias predominantes no pensamento clássico, buscamos articular conceitos, construir pontes com o novo, compreender o viver em sua singularidade e amplitude, assumindo o risco de lidar com o que, muitas vezes, não pode ser nomeado, mas está presente no campo. Nossa preocupação é não substancializar os fenômenos e isolá-los do processo, pois como destaca Latour, “Todas as ações do tipo ‘separar’, ‘classificar’ ou ‘atribuir graus’ não fazem justiça à natureza imprevisível e heterogênea das associações. A única coisa que podemos fazer é observar tudo o que está atado às afirmações (2000, p. 331)”. Portanto, fazer Gestalt é também estar na aventura de criar, encontrar, conhecer, recriar, reconhecer. E ao nos voltarmos para um diálogo com o contemporâneo constatamos o quão atual é o proposto pela abordagem gestáltica ao colocar teoria e prática numa interlocução simétrica, ratificando o espírito visionário de Perls e seu grupo que se faz vanguarda ainda nos dias de hoje.

Pulsar na Gestalt-Terapia: o desafio de abrir espaço para o novo.

*Maria Cristina Frascaroli*⁴³

A Gestalt-terapia (GT) valoriza essencialmente o que está presente, propondo uma passagem no conceito de terapia: passar da dimensão do cuidado puro e simples para aquela do crescimento possível. Para Fritz Perls existe uma sabedoria organísmica, um sábio que pulsa dentro de cada e de todos apontando diferentes possibilidades. Esta sabedoria não passa só pela mente (razão), que repete crenças e valores, mas pelos sentidos (intuição), esse conjunto é que nos permite fazer escolhas. “Vou para o mundo, volto para mim e escolho.” Escolho dentro do possível, embora isso seja fácil de ser enunciado e extremamente difícil de ser vivido, nos coloca diante do desafio de que escolher é viver a tensão da vida. Como seres sociais que somos nos é vendido, pelos padrões da educação, uma certa acomodação, ficamos assim aprisionados naquilo que se espera de nós. Assim nos sentimos parte do bando, não corremos o risco de sermos abandonados. Vamos voltar aos anos 75 do século passado. Eu, Cristina, a gringa - chamada assim pelos amigos brasileiros – recém chegada da França, também com ares de liberdade (maio de 68) fui convidada pelo mestre e hoje amigo do peito, Walter Ferreira da Rosa Ribeiro para participar de um grupo de estudo de cinco pessoas, nesse momento começa meu caminho na Gestalt-terapia. Fiquei dois anos em Brasília e posteriormente continuei minha formação já morando no Rio de Janeiro. Nessa época fiquei estudando e vivenciando a GT em grupos com Walter, Terese Tellegen (pessoa de uma sabedoria peculiar) e José Ângelo Gairsa (terapeuta corporal reichiano) que colocava o tempo inteiro desafios focalizando a nossa não autenticidade. Foi muito rico, muito desafiador e tive uma oportunidade única de apreender pelas vísceras. De qualquer modo, o vivido fez parte do possível daquela época. De alguma maneira, nós nos enquadrávamos no que era oferecido, nos adequávamos ao “bando”, queríamos

⁴³ Gestalt Terapeuta e Professora Adjunta na Universidade Federal do Rio de Janeiro (aposentada). Mestre em Psicologia - Paris Sorbonne - 1972. Foi professora e supervisora de Cursos em Gestalt-Terapia.

fazer parte! Com o tempo passando cada um foi encontrando um caminho mais sintônico consigo mesmo, fomos desenvolvendo estilos pessoais, bem como mais respeito pela nossa individuação. Começamos a pulsar e vislumbrar outras direções. Olhando para trás vejo como o apelo grupal, de permanecer no bando, chegava a ser assustador. Conto um pouco desse momento onde os grupos eram um grande espaço de troca da Gestalt-terapia: os encontros não eram de apenas um fim de semana, duravam 15 dias. Estávamos lá, por duas semanas, éramos um bando exaltado tendo que conviver 24 horas, todos os dias. Era divertido, mobilizador, questionador e profundamente ansiogênico. Na viagem de retorno para o Rio voltei de carro com Décio Casarim e comentei com ele que a pessoa que mais me emocionou naquele grupo foi o marido de Terese Tellegen, Ugarte – pintor espanhol – nós dividíamos as refeições com ele, que tinha sua saúde comprometida. Tudo que ele falava era, para mim, de uma linda sabedoria. Numa das portas da casa deles estava escrito “Antes morrer que perder a vida” Isso me acompanha até hoje! Os anos foram passando, com eles foi chegando a maturidade, e pude questionar de um jeito mais profundo (ou diferente?!) quais eram as coisas que me permitiam “não perder a vida” no fazer clínico. A prática terapêutica precisa de um arcabouço teórico rico e bem “mastigado”, em outras palavras, contamos com a teoria como uma almofada na qual vamos nos apoiar, o resto é como dizia Jung... “contar com a nossa humanidade”. Somos colocados diariamente diante do desafio de contatar a nossa sensibilidade, para facilitar o encontro na clínica. Enquanto seres em relação, precisamos de uma disponibilidade autêntica para poder estar com o outro: preciso ir e vir, me perguntar: “Posso acompanhar essa pessoa?” Aí começa uma viagem para um lugar desconhecido onde eu sou acompanhante e o outro é o “timoneiro”, como dizia Alice Miller. Nós terapeutas sabemos muitas coisas sobre o homem em geral e NADA da pessoa que está na nossa frente. Preciso ficar atenta, “carinhosamente atenta”, e pulsar para criar esse fio tênue que chamamos de relação. Nós, terapeutas, não somos salvadores, somos companheiros de viagem, somos aqueles com quais se divide o pão. Isto requer paciência e coragem, afinal só correndo riscos é que as mudanças podem acontecer. Nós, seres humanos, somos animais curiosamente em movimento. Resta a pergunta: o que nos faz parar? Uma possibilidade é que paramos de nos movimentar por vontade de nos sentirmos em segurança, assim passamos a lidar com o já conhecido ao invés do risco do desconhecido. O homem tende a se preservar, se considerarmos somente a preservação, a sobrevivência está mantida, contudo estamos aprisionados ao mesmo e a nossa liberdade é que fica

comprometida. Podemos fazer uma síntese da seguinte forma: o homem, animal curioso, quer se preservar e crescer. A preservação garante a sobrevivência, enquanto o crescimento envolve risco e traz mudanças. Diante das mudanças utilizamos nossa percepção criativa que se configura através dos sentidos, trata-se de síntese intuitiva que permite que o caos se configure em uma realidade nova. Este processo da intuição é da ordem do acontecimento, é irreduzível, mas nos convida à possibilidade de transformação e crescimento. Esse movimento se dá por uma experiência da diferença entre as polaridades. A polaridade existe desde que o mundo é mundo, dizem os orientais: Razão - Intuição, Dia – Noite, Se mostrar – Se esconder.....e assim por diante. Todas são dualidades que compõem uma totalidade, a cada vez que excluo uma parte, perco a unidade. É interessante perceber que não é o mundo que é polarizado e sim a consciência com a qual estamos no mundo. As polaridades aparecem como excludentes, mas são complementares. O pulsar, o ir e vir, é o padrão essencial da vida. Transcender o mundo é transcender a polaridade e achar a totalidade. Em maio de 68, um líder estudantil falou: “Temos que ser livres e quem não pensa como eu é um idiota.” Não há polaridade possível nesse enunciado, trata-se de uma ordem, não há escolha, nos submetemos a máxima e perdemos a unidade. Junto com isso renunciamos também a liberdade. O trabalho da razão é incompleto, a mente repete, não cria. Qualquer julgamento nos leva ao apego: não pulso, não escolho, apenas repito. Precisamos também do mundo das sensações, da intuição: do conhecimento através dos sentidos. Conhecimento direto e imediato sem a ajuda da razão, propõe a fenomenologia. Alguns autores da fenomenologia, entre eles Husserl, trabalha com a intuição como sensação primordial, ela é única, incomunicável e pessoal. A partir dela vemos o mundo de um jeito único e temos a experiência de sensações autênticas. Essa experiência tem gosto de liberdade, é uma comunicação que carrega consigo a nossa totalidade, ela é capaz de um conhecimento transcendente. Alguns chegam a dizer que “a intuição é a respiração da razão.” Já Aristóteles reconhece seu inestimável valor afirmando que “Os homens são cegos para as coisas mais simples: se a intuição é intransmissível e somente pessoal, serve para deixar crescer nossa consciência e recomeçar a vida.” Em poucas palavras temos duas características da vida e do crescimento são elas: a unidade e a diversidade. O ponto zero de indiferença criativa, proposto por Friedlander e usado pela Gestalt-terapia é justamente a totalidade, a prontidão para poder pulsar – ir, vir e escolher. Preciso tal fim, precisamos da razão e também da intuição, este é o caminho para a transcendência, entendido aqui como travessia. Dito de outra forma, a transcendência

pode ser pensada como a experiência do atravessar, isto é, são todas as leis do entendimento que são condições de nosso conhecimento, anteriores a experiência. Bergson sintetiza o desafio com a frase: “O absoluto só é dado pela intuição, todo o resto precisa de análise.” Traduzindo essa aposta para a Gestalt-terapia, Laura Perls, esposa de Fritz, diz: “a Gestalt-terapia é um processo anarquista, não se conforma com regras e regulamentos pré-estabelecidos. A Gestalt-terapia tenta ajustar a pessoa ao seu próprio potencial criativo.” A pessoa como um todo é a pessoa que funciona bem, é possível confiar em seus recursos e assumir o seu crescimento. Nessa direção Nilton Bonder discute a alma imoral e sua profunda vocação para a transgressão: “O ousar, o transgredir, nos permite sair da zona de conforto e entrar no novo, nos permite criar (crescer é transgredir), transcender.” Em suma, é possível dizer que nossa liberdade está no pulsar, no poder escolher sempre dentro do possível. Afinal, como afirma Marc Levy “Não existe felicidade sem liberdade, nem liberdade sem coragem.” Para isso, temos como ferramenta essencial para unir os opostos, em nosso trabalho de Gestalt-terapeutas, o amor.

Recordar é viver? Memórias, lembranças e recriações.

Teresinha Mello da Silveira⁴⁴

Convidada a participar da mesa redonda "Gestalt-Terapia: da contracultura aos nossos dias - uma abordagem na vanguarda de seu tempo", comemorativa dos 50 anos do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), para fazer uma reflexão voltada para a história da Gestalt-Terapia em nossa cidade, ponho-me a pensar sobre a pertinência da referida mesa redonda no evento que anuncia as bodas de ouro do IP. Entendendo este momento como um momento de celebração e, muito especialmente para mim, que além de ter feito a graduação neste Instituto, dediquei vinte e oito anos de minha vida profissional a ele, sou estimulada a apresentar por um lado o sentido cronológico dessa história narrando fatos os quais mantêm a memória, a importância do passado como origem e criação, marcando uma época que é apenas conhecida através das informações transmitidas. A este respeito, esta história é uma história de gratidão e honra aos nossos antepassados que nos trouxeram a semente de um novo saber. Neste viés discorro sobre o momento que essa e outras linhas psicoterapêuticas entram em nossa cidade e em nosso estado. Aponto também para as contribuições dos primeiros gestalt-terapeutas e para o formato inicial do movimento gestáltico no Rio. Percorrendo o tempo, impossível não destacar o marco que significou o início do estágio profissional nesta vertente de psicoterapia nas universidades e, não por acaso, exatamente no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) do IP da UERJ. Assinalo ainda outros fatos importantes que permitem entender como chegamos até aqui do jeito que chegamos. Desta maneira examinar o passado contextualiza e vivifica o presente. Por outro lado desejo situar o processo evolutivo da abordagem que implica todos nós que somos filiados a ela. Implica os participantes que comungam deste modo

⁴⁴ Doutora em Psicologia Clínica. Especialista em Psicologia Clínica e Hospitalar. Psicóloga do Instituto de Psicologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro de 1980 a 2006. Psicoterapeuta e Diretora do *Fluir* Com: espaço de terapia e estudos em Gestalt. Coordenadora de Curso de Formação em Gestalt-Terapia desde 1980. Professora de Cursos de Pós Graduação e Especialização – IPGL, IPHEM, IGT, CEGT/SC CGF e ICGT. Colaboradora do Instituto de Gestalt de São Paulo. Autora de artigos, capítulos e de livros na Abordagem Gestáltica.

de pensar e de agir no processo de construção que sempre vai se fazendo e, quiçá, nunca se acaba. Tenho me colocado sempre em defesa da posição de que somos atores, protagonistas e corresponsáveis pela construção desta vertente psicoterapêutica. Neste sentido a história não é estática, não faz parte de um passado longínquo, não se repete, mas está sempre se fazendo. Posto desta maneira, para fins deste trabalho, ambas as dimensões virão entrelaçadas, pois considero os dois olhares inseparáveis. Ao me ver como contadora e protagonista cabe-me alertar a todos e todas para o risco que corro de que tudo que for contado, embora esforçando-me para ser fiel aos fatos, está interligado com a minha história pessoal. A magia que foi me descobrir pertencente a essa vertente terapêutica pode me conduzir a distorções e confusões que desejo que não comprometam a exposição. Introduzida no Brasil no início dos anos 70 do século passado a abordagem toma expressão no Rio de Janeiro nos meados daquela década juntamente com outras abordagens. Chega com um cheiro de juventude, numa onda de transformação, num quê de rebeldia, sendo mais visível nas praças, nos acampamentos, nos grandes encontros de comunidade do que nos consultórios ou nas academias. Prometia revolucionar, comprometida que era com a auto-expressão, a inteireza, com o respeito à verdade de cada um: uma nova "filosofia de vida", como bem disse um dos seus criadores: Fritz Perls. Contudo que era importada do movimento de contracultura americano tinha os legados filosóficos de autores existencialistas e da fenomenologia européia. Mas o que importava tudo isso? Importava que era parte do movimento do potencial humano, libertário, tão necessário para quebrar com a ideia do homem máquina ou do homem que não pode se responsabilizar pelos acontecimentos da vida. Era um momento político privilegiado - ainda vivíamos as censuras da ditadura militar em nosso país. Trazia uma outra forma de o indivíduo se envolver com o social. Mais consciência, mais movimento, mais compromisso, mais responsabilidade. As pessoas se movimentando juntas em constantes ajustamentos criativos. Trazia o frescor da mudança, do simples, dos encontros verdadeiros, da auto-orientação, centrada na experiência vivida. Não podia, naquele momento histórico, chegar através de teorias dogmas, conceitos, regras, não, tudo isso iria contra os próprios princípios da abordagem que proclamava: viva e aprenda! Muita emoção expressa e proporcional àquela que foi represada por uma cultura que apenas valorizava o hemisfério esquerdo do cérebro, a lógica, a razão. Surge com a força de um conjunto de técnicas capaz de fazer o homem se expressar como um todo. Convidava as pessoas a se arriscarem em vivências profundas que retornava em prazer e transformação. Assim nasce na cidade

do Rio de Janeiro a Gestalt-Terapia. Em continuidade ao seu nascimento, alguns psicólogos e psiquiatras que viveram aquele momento e acreditaram no potencial dessa nova forma de fazer face ao sofrimento humano e se incumbiram de divulgá-la e desenvolvê-la. De onde vinham tais técnicas? Embasada em que? Como iríamos transmiti-la para além das vivências em grupo. Logo percebemos que precisaríamos não só sermos sensíveis, mas estudarmos, aprender suas bases, seu método de trabalho. Passamos a importar livros e profissionais para aprendermos e logo descobrimos que bem mais que as técnicas existia um verdadeiro sistema que integrava teoria e prática psicoterapêutica. As técnicas potentes eram apenas a pontinha de um iceberg. Comprometida com a Gestalt eu e outros companheiros encontramos um terreno fértil de propagação da abordagem, entre os alunos e recém formados, ávidos de novidades. . Nesta altura dos acontecimentos, e estamos aí nos meados de 1980, um movimento de alunos do curso de graduação da psicologia da UERJ faz um abaixo assinado para que a vertente gestáltica fosse uma das linhas de estágio supervisionado e, para alegria de todos, foram atendidos. Assim é que a chegada da Gestalt-Terapia foi a porta que se abriu para muitas outras abordagens alternativas à psicanálise na universidade do estado e também para outras universidades do Rio e do Brasil. Outro acontecimento importante foi a realização do Primeiro Encontro de Gestalt-Terapeutas no Rio de Janeiro em 1987. Graças à empolgação dos jovens alunos e aos sonhos de uma supervisora idealista e que aqui narra os fatos, conseguimos juntar quase trezentas pessoas de todo o Brasil para conversarmos sobre quem éramos, o que fazíamos, o que precisávamos e como poderíamos nos encontrar de tempos em tempos. Resultou daí os Congressos Nacionais que acontecem de dois em dois anos. O mundo mudou e a Gestalt-Terapia acompanha a evolução do mundo. Ainda revolucionária, mas mais madura, tornou-se ecológica. Não precisa mais de ser tão combativa, tão reativa e tornou-se mais pró-ativa. Transbordou para além dos muros dos consultórios cumprindo assim não só o seu papel clínico, como também o social. Equilibrou, ainda que de forma instável, razão e emoção estando mais comprometida com a integração dos dois lados. No entanto, nosso trabalho ainda não acabou, pois estamos sempre em movimento, não fosse esta a proposta inicial. A própria entrada nas universidades vem denunciar a dança por vezes tensa entre um academicismo formal, com suas regras e conceitos pré-estabelecidos de um lado e a experiência vivida de outro. A meu ver, neste encontro ganham os dois, pois leva cada um a se rever a todo momento. Por fim, ao olhar o caminho percorrido, meu convite é também repensarmos a abordagem gestáltica no mundo de hoje indagando sobre: o que

se mantém constante da concepção gestáltica no decorrer do tempo? O que muda? Como foi esse percurso? Existem diferenças substanciais no interior da abordagem gestáltica desde o início até agora? Quais as possíveis contradições? Qual a marca da Gestalt-Terapia no Rio de Janeiro? Como ela dialoga com a contemporaneidade? Qualquer processo histórico sofre transformações. Temos o dever de revisarmos de tempos em tempos a história e os supostos da abordagem gestáltica verificando o quanto ainda somos coerentes com suas premissas e postulados ou, ao contrário se eles não servem mais. Considero que essas indagações sejam relevantes e pertinentes diante de um mundo em com rápidas mudanças após quase 40 anos no panorama carioca.

A Gestalt-Terapia e sua ênfase na Interdependência e Interconectividade como Contribuição para um Paradigma Emergente.

Selma Ciornai⁴⁵

Por volta de 67- 69 os “movimentos do potencial humano” clamaram por mudanças em várias áreas da existência – a revolução deixou de ser apenas política, mas passou a ser também sexual, familiar, nos modos de viver, conviver, se vestir, amar. A Gestalt-terapia esteve ativamente engajada, e “na crista da onda” destes movimentos, que anunciavam uma nova era. No entanto, a partir do final da década de 70, início da década de 80, acompanhando as mudanças de ares e tempos, o cunho político-social que tanto caracterizou os primeiros anos da nossa abordagem foi ficando como pano de fundo. Em psicoterapia, a busca por romper amarras culturalmente impostas foi dando lugar cada vez mais a um trabalho de cunho predominantemente intrapsíquico, a uma valorização da terapia individual. Como nossas escolas têm sido modeladas pelos padrões franceses de educação desde a época colonial, nossa tradição sempre foi estudar a base teórica e filosófica em qualquer campo de conhecimento. Na Gestalt terapia, essa tradição se tornou presente na constante consideração da coerência epistêmica de nossas referências teóricas no pensamento e na prática. Assim, em quase todos os cursos de Gestalt terapia no Brasil há matérias dedicadas ao estudo dos fundamentos filosóficos da Gestalt terapia, especialmente a fenomenologia, o existencialismo e a filosofia oriental. Também ensinamos em profundidade a teoria da Gestalt-terapia. Como consequência, temos uma mente crítica no que se refere à incorporação de padrões de pensamento epistemologicamente diferentes da Gestalt – ou, pelo menos, temos a preocupação em verificá-los. Penso que em relação à abordagem gestáltica, no Brasil,

⁴⁵ Graduação em Sociologia/Antropologia e Artes Criativas pela Univ. de Haifa (1975) e em Psicologia (validação USP 1997); Mestrado em Arteterapia - California State University (1980); Doutorado em Psicologia Clínica - Saybrook University, EUA (1996)- título validado pela USP em 2001. Fundadora (1989), docente e coordenadora acadêmica do Deptº de Arteterapia do Inst. Sedes Sapientiae e do Curso de Especialização em Arteterapia do Inst. da Família de Porto Alegre (2000). Fundadora, ex-coordenadora e docente do Inst. Gestalt de São Paulo (2000), docente do curso de Especialização em Gestalt terapia do Inst. Sedes Sapientiae de 1984 a 1994.

de certa forma, unimos o característico gosto francês por sofisticação intelectual e profundidade (que evidentemente também se faz presente em alguns intelectuais americanos), à criatividade, espontaneidade e permissão para usar a intuição que aprendemos com os Gestalt - terapeutas americanos com os quais tivemos contato (Ciornai, 1997). No entanto, de meados dos anos 80 em diante, com a emergência dos novos paradigmas de campo da física quântica e das ciências exatas, as inovações nas ciências sociais, assim como nas teorias que enfatizam a interconectividade e a imprevisibilidade como o pensamento complexo e a teoria do caos, a atenção passa a voltar-se mais para processos interpessoais, grupais e sistêmicos. O “entre” e a noção de contato, que sempre estiveram no cerne da nossa teoria, passam a receber ênfase especial através dos escritos de Hycner (1995; 1997) sobre a relação dialógica, e, particularmente no Brasil, o estilo dialógico passa a ser cultivado nos nossos cursos e supervisões. Conceitos gestálticos e outros, provindos da tradição humanista, assim como normas para condução de grupos tornaram-se tão populares que os encontramos em novos autores e abordagens que sequer conhecem ou reconhecem sua origem. “É o caso do “aqui-e-agora”, da ênfase no fenômeno, no “como ao invés do porque”, no “continuum de *awareness*”, do foco no sentir e na experiência vivida, do falar na primeira pessoa e apenas da própria experiência, da ideia de “situações inacabadas e/ou cristalizadas” e assim por diante. No entanto, vejo a Gestalt-terapia hoje em dia, não só no Brasil como também na América do Norte e na Europa, em uma crise de identidade. Se por um lado tem buscado ganhar maior espaço nos meios acadêmicos, ajustando-se aos mesmos nem sempre da melhor forma possível, por outro está em processo de, criativamente, renovar-se e reconstruir-se para poder ser uma abordagem que possa contribuir significativamente para as mudanças sociais e questões que nos assolam e desnorteiam na contemporaneidade. Vivemos no entender de vários autores uma verdadeira crise de civilização, de derrocada dos paradigmas que nos nortearam até agora, pontuados pela grande porcentagem de problemas mentais, suicídios, drogas, violência, anomia social, eclosão dos fundamentalismos além dos desastres ecológicos, cada vez de maiores proporções. Por outro lado, o fomento da solidariedade e da sustentabilidade que desponta no mundo todo através das mais diversas iniciativas apontam para um novo paradigma emergente. Neste sentido vejo positivamente que trabalhos de cunho social, comunitários e com minorias tenham ganhado espaço no interesse e na atenção da comunidade gestáltica. Este foco necessita tornar-se figural também em nossos cursos. Em palestra em São Paulo em 2013, Maureen O’Hara,

falando desta crise civilizatória que vivemos, da produção de alta ansiedade, disse que vê três tipos de saídas que nomeou de " psicótica " - (a sensação de caos, niilismo, de falta de identidade, dissolução das estruturas , alta instabilidade, incoerência, falta de solidariedade, etc.) ; a " neurótica " (repressão, rigidificação, imposição de regras, desumanização pelo controle excessivo do humano, controle de fronteiras, de informações, " eles" X "nós", competição, fundamentalismos, etc.) e a terceira, que é a possibilidade de mudança, de transformação (reconhecimento mútuo, estabilidade dinâmica, colaboração, pluralismo criativo, diversidade com tolerância, psicologia pós-moderna). Maureen está envolvida em grupos de reflexão chamados "Foruns Internacionais do Futuro", onde busca integrar a sensibilidade do olhar da psicoterapia para a subjetividade humana que políticos em geral não têm, com o olhar para as questões sociais mais amplas. Penso que neste sentido as terapias humanistas e a Gestalt-terapia em particular têm muito a contribuir, pela sua ênfase na interdependência e interconectividade de tudo e de todos, isto é, do ser humano tanto com seu semelhantes, como com a natureza, os animais e o próprio universo. Com contribuições valiosas à forma de comunicação entre as pessoas, à apreciação e o convívio com as diferenças, ao processamento de conflitos e, principalmente, à importância do trabalho de autoconhecimento, de *awareness*, e de busca da autenticidade tanto do ponto de vista intrapsíquico como interpessoal, de equilíbrio entre necessidades pessoais e as do meio, a Gestalt-terapia tem definitivamente, uma contribuição bem valiosa ao convívio mais harmônico, igualitário em oportunidades, e, portanto, a uma sociedade mais solidária e feliz. Quero concluir lembrando que a Gestalt terapia tem como valores fundamentais a "abertura para o novo" e a importância do olhar e da ação criadora. É sob essa perspectiva que advogo o resgate de uma "Gestalt da Esperança", metáfora utilizada por mim ao ressaltar a energia libertária dos movimentos de contracultura da época, com sua ênfase na possibilidade do indivíduo experimentar e fazer escolhas de formas de ser e de estar contrárias às normas e padrões sociais (Ciornai, 1996). Para mim esses são desafios que temos hoje, como cidadãos da "Comunidade Global Gestáltica", independente do país de origem.

Comunicações Oraís e Pôsteres:

Título:

UM TEMPO CERTO PARA CADA PROPÓSITO: DESENVOLVENDO AS FUNÇÕES EXECUTIVAS PARA LER E ESCREVER

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Fernanda Memere Riski, Flávia Carolina dos Santos Gomes, Aline Coelho de Freitas, Raphaela Machado da Silva, Fernanda de Barros Rosa Almeida, Deborah Ambre de Freitas, Raquel Carlos Magno Andrade, Ana Luisa Walter Santa, Natalie Blakeney Alves, Gabriela Mirrah Rezende Beckert, Giuliana Ramires de Santana e Jane Correa.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

flavia.gomes.psi@gmail.com

Resumo:

Este estudo de caso descreve atendimento planejado para desenvolver organização, inibição e controle da ação, visando ao aprendizado de criança com comportamento disruptivo. B. não lia ou escrevia e causava transtorno na escola. Inquieta e desatenta, não realizava as atividades propostas e destruía seus materiais. Sua narrativa oral era limitada à descrição simples dos acontecimentos sem ligação aparente entre eles. Suas brincadeiras não incluíam faz-de-conta. Bastante agitada, pegava vários brinquedos, um seguido do outro, permanecendo pouco tempo com cada um. Muitas vezes escolhia ferramentas de plástico, batendo-as contra o armário e portas, dizendo “Vou destruir o mundo!”. Os atendimentos visavam ao controle da impulsividade, à permanência de B. no setting terapêutico e ao desenvolvimento das habilidades de linguagem oral. Um timer de cozinha foi empregado para marcar o tempo das atividades, realizadas alternadamente: 5 minutos para a atividade proposta e 7 minutos para brincadeira livre. Conforme as sessões seguiam, B. se mostrava mais calma e o tempo das atividades foi aumentando progressivamente. As atividades incluíam labirintos, figuras para colorir, quebra-cabeças, liga-pontos e jogos de consciência silábica. Seus desenhos e pinturas também refletiam a diminuição da impulsividade e maior controle do movimento, apresentando cores diferentes e formas mais definidas. Em algumas sessões, B. não

mais interrompia sua atividade ao toque do timer. No ano seguinte, o timer foi substituído por um contrato que incluía os 10 minutos finais da sessão para brincadeira livre. B. mostrava com alegria seus trabalhos dispostos na parede da sala e a pasta de atividades que havia decorado. As atividades planejadas para o desenvolvimento de funções executivas, particularmente, do controle inibitório e da organização, foram condição necessária para importantes conquistas de B., quer afetivas, quer cognitivas. Após três anos de atendimento, B. lê e escreve. Cursa hoje, com 10 anos, o 3º ano do Ensino Fundamental.

Título:

TRANSFERÊNCIA NA PSICOSE

Modalidade: COMUNICAÇÕES ORAIS

Autores:

Clarissa Alves dos Santos e Ademir Pacelli Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

isissegal@gmail.com

Resumo:

Neste trabalho de pesquisa clínica em psicanálise, a partir da sustentação do atendimento de referência psicanalítica em CAPS, procura-se discutir o tema da transferência na clínica da psicose. Desta prática no CAPS sustenta-se que o trabalho com sujeito psicótico não parte de ignorar a elaboração freudiana ao confirmar que, se não é impossível, é de outra ordem. Com Lacan, afirma-se que o lugar do analista na transferência na psicose é irredutivelmente concernido. A partir de possíveis articulações com um caso clínico são trabalhadas as questões relacionadas ao manejo do lugar dado ao analista na transferência, por um sujeito psicótico. Este relato de caso é atravessado pela questão do Outro na psicose, julgado gozar e diferente do Outro na neurose, que o encontramos como sujeito suposto saber.

Palavras-chave: tratamento, psicose, transferência, manejo

Título:

RISCO E PROTEÇÃO EM PROFESSORES E ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II: UM MODELO DE RESILIÊNCIA

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Ana El Achkar, Vanessa Barbosa Romera Leme e Adriana Benevides Soares,
Universidade Salgado de Oliveira.

Resumo:

O contexto escolar possibilita a investigação acerca das relações interpessoais entre alunos e professores e como estas mesmas relações podem influenciar o desempenho acadêmico e o bem-estar desses estudantes durante o II Ciclo do Ensino Fundamental (E.F). Nessa direção, estudos indicam que capacidades cognitivas e socioafetivas dos estudantes podem ser desenvolvidas com redes de apoio e habilidades sociais educativas dos professores. Somado a isso, a literatura que variáveis individuais e do contexto são relacionados a evasão escolar no final do E. F. Apesar de essas evidências, poucas pesquisas procuram examinar mecanismos de risco e proteção relacionados aos processos de resiliência no II Ciclo do E. F. A partir desses dados da literatura, o presente estudo tem como objetivo apresentar e discutir um modelo de resiliência para analisar as influências diretas e indiretas dos mecanismos de risco (exposição à violência familiar e da comunidade do aluno e percepção de *burnout* do professor) e dos mecanismos de proteção (habilidades sociais, autoeficácia e percepção de apoio social dos alunos e habilidades sociais educativas e autoeficácia dos professores) sobre o bem-estar psicológico e o desempenho acadêmico de estudantes durante o II Ciclo do E.F. O aporte teórico-metodológico utilizado para esse estudo é a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Discute-se que, embora os últimos anos do E. F. seja reconhecido um período escolar crítico para a evasão ou permanência e continuidade escolar, não foi encontrado na literatura nenhum estudo que tivesse como objetivo investigar de forma dinâmica e contextual alguns mecanismos de risco e de proteção de alunos e professores nesse ciclo escolar, sugerindo uma área aberta a investigação. Espera-se contribuir para a construção de um modelo de resiliência que fomente futuras pesquisas empíricas e intervenções com alunos e professores que vivem num contexto de vulnerabilidade psicossocial, além de fomentar políticas públicas para a promoção e prevenção da saúde.

Palavras-chave: desempenho acadêmico, risco, proteção e resiliência.

Título:

Relação entre Autoestima e Amor

Modalidade: Pôster

Autores:

Maciel Alves de Carvalho, André Bento de Jesus e José Augusto Evangelho Hernandez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(macielcarvalho23@gmail.com)

Resumo:

Ao longo da história o fenômeno do amor foi constantemente abordado por outros saberes como filosofia, artes, teologia, etc. Somente no século XXI, a partir da década de 70, o amor passou a ser objeto de interesse da Psicologia. A autoestima, por sua vez, é um tema muito complexo e de especial valor à ciência, pois a literatura na área associa seu baixo nível a comportamentos antissociais, baixo desenvolvimento físico e mental, depressão, etc, e seu alto nível à satisfação de vida, humor positivo e percepção de eficácia. Nesta pesquisa o objetivo foi verificar se há relação entre Autoestima e Amor. O amor foi abordado a partir da Teoria Triangular do Amor do pesquisador norte-americano Robert J. Sternberg, que postulou que o amor é constituído por três importantes componentes: paixão, intimidade e compromisso. A amostra de conveniência foi composta de 49 estudantes com idades variando de 16 a 41 anos (média de 20,2) de ambos os sexos com relacionamento amoroso de diversos tipos com duração mínima de um ano. O tempo médio de relacionamento dos respondentes foi 37,3 meses. Os dados foram coletados num curso pré-vestibular na cidade do Rio de Janeiro. Os instrumentos utilizados foram a Escala Triangular do Amor Reduzida e a Escala de Autoestima de Rosenberg. Os resultados encontrados revelaram que não houve correlação estatística significativa entre a autoestima e os componentes do amor, idade e tempo de duração dos relacionamentos. Como vimos, a autoestima e o amor são fenômenos complexos e de grande interesse para a Psicologia. A partir dos resultados encontrados esperamos ter contribuído com a compreensão e com as discussões que circundam o tema.

Palavras- Chave: Amor, Paixão, Intimidade, Compromisso, Autoestima.

Quem Liga para a Saúde Mental? A Experiência da LASM Unigranrio

Autores: Cely Carolyne Pontes Morcerf (Unigranrio); Áthila de Almeida Siqueira (Unigranrio); Ester Felix Gonçalves (Unigranrio); Samira Pontes de Moura (Unigranrio).

Apresentador: Áthila de Almeida Siqueira. Acadêmico de Medicina da Unigranrio.
Email: athilaa@hotmail.com

Introdução: a Liga Acadêmica de Saúde Mental (LASM) foi fundada para incentivar a busca de conhecimento, pesquisa e extensão em saúde mental, identificação de problemas e propostas de solução para questões da área. É formada por membros executivos, responsáveis pela organização de eventos e projetos, membros efetivos e um orientador.

Objetivo: relatar a experiência da LASM como ferramenta enriquecedora e complementar do ensino e da aprendizagem na área da saúde mental

Método: Consulta e análise do Estatuto e do livro ata da LASM Unigranrio com o registro de atividades realizadas.

Resultado: Desde 2012, os membros da LASM realizam encontros semanais com debates de artigos científicos, campanhas de promoção da saúde mental, análises de filmes em evento chamado Cine Loucura, cafés filosóficos LASM no Divã, atividades artísticas em encontros musicais e teatrais, integração com ligas acadêmicas de várias cidades, palestras conduzidas por membros da LASM e orientadas por professores, organização de cursos, congressos e simpósios, além de participar do ensino médico com a elaboração de aulas especiais em conjunto com professores nas disciplinas de saúde e sociedade, saúde coletiva, psicologia médica, fisiologia e anatomia, criando projetos para a mudança de padrões da formação médica na Unigranrio.

Conclusão: Infelizmente, a aprovação no processo seletivo para a entrada na LASM ainda é motivo de competições entre estudantes de ligas distintas e entre os que participam e os que não fazem parte do corpo executivo da LASM. O número de inscrições para a participação da LASM triplicou nos últimos dois anos. Por conta desse fenômeno, os membros executivos da LASM planejam retirar o processo seletivo para a entrada na liga e restringir a liberação de certificados com horas complementares apenas

aos estudantes comprometidos com a valorização da saúde mental e interessados na área.

Título:

Que nariz é esse, doutor? A Experiência do Projeto Ilumine

Modalidade: Pôster

Autores:

Cely Carolyne Pontes Morcerf, Áthila de Almeida Siqueira, Ester Felix Gonçalves e Samira Pontes de Moura

Unigranrio

athilaa@hotmail.com

Resumo:

Introdução: a figura do palhaço, tradicionalmente relacionada à festas infantis e ao circo, surge na área da saúde como uma proposta de humanização. Assim, o projeto ilumine propõe a transformação de acadêmicos em Clowns para a promoção da saúde de crianças portadoras de deficiência física e mental.

Objetivo: compartilhar com a comunidade científica a experiência do projeto na promoção da saúde da população utilizando a figura do palhaço-doutor como ferramenta interativa e refletir sobre a expansão de projetos dessa natureza.

Método: o Projeto Ilumine é um projeto de extensão composto por estudantes de medicina que utiliza o palhaço como figura de interação com a comunidade. Organiza trotes solidários, aulas, atividades com ligas acadêmicas e oficinas com debates de artigos e filmes, além da leitura de diários escritos pelos estudantes que descrevem os sentimentos e dificuldades dos participantes no projeto. Atua em casas de acolhimento de crianças com deficiência física e mental, hidrocefalia e autistas no Rio de Janeiro. Os palhaços-doutores desenvolvem atividades lúdicas com músicas apresentações teatrais. Cada voluntário cria uma identidade fictícia e uma personalidade para seu palhaço-doutor.

Resultado: os estudantes mostraram-se inseguros inicialmente, com medo de rejeição e da negação das crianças em participar das atividades, além de angústias frente às histórias de vida das crianças. Porém a criação de personalidades divertidas do palhaço auxiliou a interação e criação de vínculos.

Conclusão: a criação de uma personalidade fictícia e o desenvolvimento da arte através do palhaço como ferramenta interativa com a criança com deficiência física e mental auxiliou o diálogo do estudante com a criança, além de quebrar a rotina de vida dos abrigos e hospitais.

Título:

Qualificação, desenvolvimento profissional e satisfação no trabalho: uma comparação entre os professores das redes públicas e privada.

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Luciana Mourão e Viviane Ribeiro Viana

UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira

viviane_ribeiroviana@yahoo.com.br

Resumo:

O desenvolvimento profissional é um processo em longo prazo, no qual se integram diferentes tipos de oportunidades e experiências, planejadas sistematicamente para promover o crescimento profissional. O conceito envolve a aprendizagem formal e informal no ambiente de trabalho. No caso dos professores, o desenvolvimento profissional é bastante relevante pelo impacto de sua atuação na sociedade e pelo fato de a aprendizagem neste tipo de profissão depender fortemente da experiência. A literatura da área, nacional e estrangeira, aponta para pesquisas qualitativas de caráter exploratório. O objetivo desta pesquisa foi comparar os processos de qualificação profissional, bem como a percepção de desenvolvimento profissional e de satisfação com o trabalho entre professores que atuem até o quinto ano do ensino fundamental da rede pública e da rede privada. Para atingir tais objetivos, foi realizada pesquisa com 255 professores de escolas públicas (121) e privadas (134), vinculados a 20 escolas do estado do Rio de Janeiro, os participantes responderam a um questionário em papel e lápis, e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Como condição de entrada foi estabelecido o mínimo de dois anos de atuação docente para que fosse possível avaliar o desenvolvimento profissional. O questionário aplicado incluiu três escalas desenvolvidas e aplicadas em amostras brasileiras com bons indicadores de

validade psicométrica. Os resultados do teste t apontam para diferenças significativas na percepção de desenvolvimento profissional (em suas dimensões técnica e relacional), na satisfação com o trabalho e nas oportunidades de qualificação. Embora os professores da rede pública tenham mais oportunidades de qualificação profissional, eles apresentam menor percepção de desenvolvimento profissional e também menos satisfação com o trabalho. Esses resultados são discutidos à luz do referencial teórico. Entre as implicações práticas do estudo destaca-se a importância de a rede pública rever suas políticas de gestão de pessoas.

Palavras chave: desenvolvimento profissional, avaliação da profissão, professores do ensino fundamental, público-privado.

Título:

Por uma clínica da *vida vivida*: um olhar para as diferenças.

Modalidade: Apresentação Oral

Autores:

Eleonora Torres Prestelo, Laura Cristina de Toledo Quadros, Carlos Henrique de Sousa Lima, Ingrid Cristine Barcellos Lima, Thaciane Assis dos Santos, e Élide Silva Nascimento

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

carloshenriquesousa.psi@gmail.com)

Resumo:

O Laboratório Gestáltico: configurações e práticas contemporâneas é um projeto de extensão universitária surge a partir da demanda de alunos da Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia/UERJ em obter maior conhecimento sobre a abordagem gestáltica e constrói sua trajetória pesquisando os fenômenos contemporâneos, seguindo a trilha das questões colocadas pelo público que frequenta suas atividades e pelas mobilizações sociais que os afetam. Conscientes de nossa responsabilidade como agentes extensionistas, procuramos oferecer à sociedade na qual vivemos, oportunidades de pensar, fazer e refazer a *vida vivida*, não só pensa-la, teoriza-la. Acreditamos que a Universidade precisa se comprometer com o mundo que estamos construindo, não podemos ser “inocentes”, já nos diz Haraway (1995), somos cocriadores de mundos! Neste ano utilizamos uma metodologia de trabalho em grupo na

forma de oficinas itinerantes – na aproximação com populações de risco; com a escolha profissional; com pais acerca do cuidado, etc. - onde oferecemos à comunidade espaços de compartilhamento, desconstrução e reconstrução de saberes/fazeres privilegiando o tema desse ano: “olhar para as diferenças”. Como assinala Santos (2001), este é um tema difícil pois as questões que nos colocam a sociedade contemporânea são muito complexas. Nesse caminho, procuramos, através das oficinas, sensibilizar os participantes para apreender a realidade de outras formas que não só pela racionalização, mas também pela linguagem da sensibilidade, aproximação primeira com a similaridade do que nos faz humanos. Esta é a nossa porta de entrada para lidarmos com a heterogeneidade das formas de subjetivação contemporâneas, valorizando-a, ao invés de tentarmos homogeneizá-las.

Título:

Os Efeitos Agudos da Corrida sobre o Humor

Modalidade: Apresentação Oral

Autores:

Beatriz Vieira, Carlos Eduardo Teixeira, Clara Almeida, Vanessa Silva e José Augusto Evangelho Hernandez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

beatrizvieira18@hotmail.com

Resumo:

Embora existam fortes evidências acerca dos benefícios da prática de exercícios físicos para a saúde física e mental, ainda são altos os índices de pessoas sedentárias. O propósito deste estudo foi investigar os efeitos agudos da prática da corrida nos estados de humor. Foram abordados 55 adultos de 18 a 60 anos de idade, de ambos os sexos. Os voluntários responderam a versão brasileira da Escala de Humor de Brunel (BRUMS), que mediu escores indicativos de Raiva, Confusão Mental, Depressão, Fadiga, Tensão e Vigor, antes e depois da prática de corrida. Os dados foram coletados na pista de lazer Oliveira Belo no Rio de Janeiro e analisados através do Teste *t* de Student para amostras emparelhadas. Os resultados revelaram diferenças estatísticas significativas ($p < 0,05$) entre as médias de humor antes e depois da corrida em: Raiva, Confusão, Depressão, Fadiga e Tensão, exceto Vigor. Em todos os casos os níveis de humor antes da corrida foram mais elevados do que após, com exceção da Fadiga, que antes foi menor. Os

resultados sugerem que a prática de exercício físico desencadeia efeitos positivos imediatos nos estados de humor.

Palavras-chave: Psicologia do Esporte, Exercício Físico, Estados de Humor, *Jogging*

Título:

Oficinas de cuidado: fundamento de uma “prática” psicológica.

Modalidade: Apresentação oral

Autores:

Eleonora Prestrelo, Érika Araujo e [Leticia Marques de Oliveira](#)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

leticia_m_oliveira@hotmail.com

Resumo:

Este projeto se configura como uma prática de grupo que tem como objetivo oferecer um espaço de acolhimento e cuidado do sofrimento da comunidade ao qual se vincula, favorecendo a criação de redes sociais de apoio. Propõe-se a identificar as práticas de cuidado desenvolvidas *por* e *para* a comunidade discente do Instituto de Psicologia da UERJ, mapeando suas formas e delineamentos. Acreditamos ser imprescindível aprender a cuidar de nós, já que cuidando de nós também cuidaremos do outro, prerrogativa paradigmática do curso de psicologia. Através do que denominamos de “oficinas de cuidado”, trabalhamos temas trazidos pelos próprios alunos, a fim de buscarmos a melhor forma de estudá-los e desenvolve-los. Da forma como se estrutura, o trabalho permite a construção de uma teia de relações sociais que potencializa o valor da troca de experiências e o resgate de habilidades para a superação das adversidades, desenvolvendo a identificação do poder individual e coletivo do grupo, se constituindo, portanto, num campo de suporte acadêmico, social e afetivo. Caracteriza-se como um trabalho de prevenção e não curativo e trabalha com ênfase na valorização da qualidade de vida. Dessa forma o GAPsi percebe-se praticando e fortalecendo a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e ajudando a universidade pública a cumprir seu papel social, onde saem beneficiados dessa relação todos os membros envolvidos, os alunos, o docente, a comunidade, a pesquisa e a própria universidade.

Palavras-chave: GAPsi; grupos; apoio psicológico; extensão; graduação em psicologia.

Título:

O Videogame como Ferramenta de Reabilitação das Habilidades Cognitivas.

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Renata Andrade Santos Pereira e Fernanda Gonçalves da Silva

Laboratório de Tanatologia e Psiquiatria em outras condições médicas – UFRJ

email: renata.andradee@hotmail.com

Resumo:

Introdução: A memória sofre alterações significativas no processo de envelhecimento, e seu déficit costuma ser associado com a possibilidade de um quadro demencial causando uma grande preocupação a essa faixa etária da população, tendo em vista que, alterações nas funções cognitivas podem comprometer o seu bem estar biopsicossocial e o cotidiano de seus familiares. Uma ferramenta que tem se mostrado eficaz na reabilitação neuropsicológica dessas pessoas é o videogame, ele aumenta a capacidade da memória operacional (memória presente) atuando na capacidade de manipulação dos estímulos e remoção de itens irrelevantes a memória. Objetivo: Pesquisar a utilização do videogame para a reabilitação da memória na população idosa, uma vez que, a expectativa de vida tem aumentado e se estima que em 2025 existirá mais de 32 milhões de pessoas acima dos 60 anos e isso tem consequências diretas na saúde pública do Brasil. Método: Levantamento bibliográfico. Resultados: Algumas doenças que causam a perda de memória como o Mal de Alzheimer impedem que os idosos consigam realizar atividades diárias além de comprometer sua qualidade de vida. Nesses casos é necessário que ocorra a reabilitação da memória que pode se dar de duas maneiras, atuando na memória que está intacta para compensar a que foi perdida, ou na memória deficitária, buscando minimizar a perda da capacidade funcional. Pesquisas mostram que quando se está jogando videogame ocorre a liberação de dopamina. A dopamina no gânglio basal quando se move até o lóbulo frontal, regula o grande número de informações que vem de outras partes do cérebro ajudando assim na reabilitação do paciente. Jogos específicos de estratégias incitam uma melhora na memória de trabalho, memória de curto prazo e raciocínio. Conclusão: O videogame quando utilizado por idosos melhora significativamente a capacidade cognitiva, podendo atuar como meio de prevenção a doenças como Mal de Alzheimer.

Título:

O SEXO NA ADOLESCÊNCIA

Modalidade: COMUNICAÇÕES ORAIS

Autoras:

Heloene Ferreira da Silva e Sonia Alberti

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

heloeneferreira@hotmail.com

Resumo:

Como psicóloga residente no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ) atendo, no Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA/HUPE/UERJ), sujeitos adolescentes que estão às voltas com os impasses que podem surgir na escolha da posição na partilha dos sexos. Retomando os postulados de Freud e Lacan sobre a adolescência e utilizando a leitura de alguns psicanalistas que se dedicam a trabalhar e a elaborar teoricamente possíveis especificidades da práxis psicanalítica com aqueles que atravessam essa etapa da vida, o presente trabalho consiste em algumas notas que procuram articular teoria e clínica, buscando elucidar o que a psicanálise pode oferecer a esses sujeitos que se deparam com o encontro com o real do sexo. A proposta inclui dois casos clínicos a serem debatidos.

Título:

O potencial terapêutico dos jogos eletrônicos na diminuição e controle da ansiedade.

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Hosana Araújo e Fernanda Gonçalves da Silva

Laboratório de Tanatologia e Psiquiatria em outras condições médicas – UFRJ

hosanaraujo@gmail.com

Resumo:

A ansiedade tem se revelado como um dos transtornos mais frequentes na sociedade, o cotidiano da vida moderna exige respostas rápidas o que, muitas vezes, leva-nos a ficarmos cada vez mais ansiosos. Os principais sintomas da ansiedade são falta de ar ou respiração ofegante, palpitação do coração, irritabilidade e fadiga fácil, tensão muscular, agitação e nervosismo, preocupação, pânico ou medo constante, entre outros. Estudos

recentes revelam os jogos eletrônicos como um instrumento que pode contribuir de forma significativa na diminuição desses sintomas, uma vez que pode reduzir ou eliminar sintomas como insônia, dificuldade de relaxar, angústia constante, irritabilidade e dificuldade em se concentrar. Pesquisas indicam que jogar videogame em níveis moderados está associado a emoções positivas e à melhora no humor, melhor regulação da emoção e da estabilidade emocional e redução de distúrbios emocionais e que este é um meio saudável de relaxamento e socialização, e ajuda a reduzir o estresse. As pessoas que jogam videogame com moderação são significativamente menos propensas a ficar deprimidas, possuem maior autoestima em comparação com aquelas que não jogam ou que jogam em excesso. **Metodologia:** revisão bibliográfica. **Resultado:** Pesquisadores afirmam que pode se usar videogames como uma forma de capacitar as pessoas para gerir sua própria saúde mental e seu bem-estar. A possibilidade de utilizar videogames para fazer intervenções psicológicas pode contribuir de forma significativa para o tratamento da ansiedade bem como para outras patologias a ela associada. Em razão disto, a proposta deste estudo é identificar as contribuições dos jogos eletrônicos na diminuição e controle da ansiedade. Existem questões fundamentais a serem discutidas como a identificação do que constitui uma quantidade saudável ou moderada de jogo – para pessoas em diferentes fases de suas vidas – e a melhor forma de alavancar os benefícios para o bem-estar das pessoas com videogames em um ambiente terapêutico.

Título:

O papel social da mulher no início do século XX no Brasil

Modalidade: Apresentação Oral

Autores:

Thiago Nascimento Labrador Martinez, Mariana Martelo Rodrigues e Renata Patricia Forain de Valentim.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

thiago.mrtz1@gmail.com

Resumo:

No contexto transicional do Brasil Império para o Brasil República, as normalistas eram consideradas um instrumento de extrema importância para garantir a melhoria da nação brasileira, eram o intermédio entre o discurso científico e a população, era por meio delas que esse discurso começava a se disseminar. Pois, neste contexto em que o positivismo e o higienismo afluíam nos meios científicos, era de suma importância garantir que os indivíduos obedecessem às normas higiênicas, o que significava assegurar que os problemas provenientes do crescimento acelerado da cidade deixariam de interferir negativamente na conduta populacional. Sendo assim, a Liga Brasileira de Higiene Mental passou a atuar de maneira incisiva nas Escolas Normais, colocando em prática um plano de disciplinamento moral e higiênico da população. Acreditava-se na época que a melhor maneira de disseminar os princípios higiênicos era através das crianças em formação, que levariam para o âmbito familiar o conhecimento adquirido na escola. Este Trabalho tem como objetivo analisar a influência do discurso médico-higiênico na configuração da sociedade brasileira, dando ênfase ao papel social da mulher normalista. Buscamos investigar também as possíveis reações de mulheres que não aceitavam o papel que lhes era imposto pelo discurso instituído. Para isso foram analisados os Programas de Ensino das Escolas Normais da Corte e do Distrito Federal do final do século XIX e início do século XX, presentes nos arquivos do Centro de Memória da Educação Brasileira, utilizando como arcabouço teórico o conceito-chave de Heterogeneidades Enunciativas de Jacqueline Authier-Revuz. O trabalho encontra-se em andamento, porém através da análise dos discursos da época, já foi possível compreender a importância dos mesmos para a constituição dos papéis femininos e suas relações sociais.

Título:

O modelo simples explica a compreensão leitora no português?

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Marcia Oliveira e Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota

Universidade Salgado de Oliveira – Niterói/RJ

marciaosilva@gmail.com

Resumo

A compreensão de leitura é uma das principais habilidades aprendidas na escola. Vários modelos têm tentado explicar como se processa o texto. O Modelo Simples propõe que a compreensão de leitura resulta do produto de duas habilidades: decodificação e compreensão oral. O objetivo do presente estudo é verificar se o modelo simples explica a compreensão de leitura no português. Participaram cinquenta crianças do 2º e 4º ano do ensino fundamental, sendo 23 do 2º ano, $M = 101,47$ meses, $DP = 16,64$ meses e 27 do 4º ano, $M = 126,14$ meses, $DP = 11,53$ meses de uma escola pública no Município de São Gonçalo. Foram aplicados o subteste de leitura do *TDE* como medida de reconhecimento de palavras, *Teste de Cloze* como medida de compreensão de texto, e a *PROLEC* como medida da compreensão de texto e compreensão oral. As correlações entre o TDE leitura e o CLOZE e o TDE e a tarefa de compreensão de texto da PROLEC foram fortes e significativas. Quanto melhor as crianças eram na leitura de palavras, melhor na compreensão de textos. Todas as correlações entre a compreensão oral e a compreensão de texto foram significativas. Para o Cloze, elas foram moderadas e para compreensão de texto (PROLEC) forte. Os resultados das regressões confirmam que o modelo simples explica a compreensão de leitura no português. Embora mais estudos sejam necessários, este resultado sugere que o modelo simples de leitura fornece um quadro explicativo, não só para os modelos de compreensão de leitura em outros idiomas, mas também para o português do Brasil.

Palavras chave: decodificação; compreensão oral; Modelo simples.

Título:

O conhecimento e o domínio dos alunos da Psicologia sobre Avaliação Psicológica

Autor:

José Augusto Evangelho Hernandez (UERJ) hernandez.uerj@gmail.com

Modalidade: pôster

Resumo:

A Psicologia enquanto profissão foi regulamentada no Brasil por meio da Lei no. 4119 de 1962 que, dentre outras atividades profissionais, estabeleceu a Avaliação Psicológica como uma tarefa exclusiva do psicólogo. No entanto, o ensino desta atividade tem sido considerado um problema central na formação em psicologia, tendo-se em vista que vários autores têm apontado para uma relação entre atuações profissionais impróprias e inconsistentes na área. Este estudo tem como objetivo de verificar os conhecimentos e domínios que os estudantes de psicologia têm acerca dos conteúdos relativos ao processo de Avaliação Psicológica. Participaram 271 alunos, de ambos os sexos, da graduação em Psicologia, do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Para a realização da pesquisa foi utilizado um questionário adaptado baseado no *Test User Qualifications* elaborado pela *American Psychological Association* (2000), que aborda as competências essenciais desenvolvidas também no Brasil, conforme o Conselho Federal de Psicologia. As respostas dos alunos dos diversos períodos do curso foram coletadas de forma coletiva e individual no *campus* principal da universidade. Os dados obtidos foram digitados e analisados por meio do *Statistical Package of Social Sciences*, versão 20. Os resultados revelaram a fragilidade da formação dos alunos nesta área de conhecimento psicológico. Os dados são discutidos à luz das competências esperadas para o exercício profissional do psicólogo em Avaliação Psicológica.

Palavras-chave: avaliação psicológica, testes psicológicos, formação profissional.

Título:

MONITORIA NA DISCIPLINA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: A VISÃO DOS ALUNOS

Modalidade: Pôster

Autoras:

Millena Cardoso dos Santos e Mayra Silva de Souza

Universidade Federal Fluminense

(millenacds@gmail.com)

Resumo:

Atividades de monitoria no processo de ensino-aprendizagem são consideradas fundamentais, uma vez que, o monitor atua como facilitador desse processo. A disciplina em questão, de caráter teórico-prático, consiste em ensinar conteúdos

relacionados à prática profissional em Avaliação Psicológica. São escolhidos alguns Testes de Inteligência, e após suporte teórico e treinamento, é cobrada dos alunos a aplicação e correção dos mesmos. O monitor atua, numa atividade principal, no auxílio ao professor tanto nos conteúdos ministrados em sala de aula, quanto e principalmente na parte do ensino das técnicas, orientando os colegas nessas atividades extraclasse. Foi realizada uma pesquisa com 44 estudantes de graduação (91,1% do sexo feminino) de vários períodos do curso de Psicologia (desde que tivessem cursado a disciplina em questão) de uma Universidade Pública do estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de saber a opinião deles frente às atividades de monitoria. Dos participantes, 22,7% tiveram à disposição, uma monitora, acompanhando as atividades da disciplina, enquanto que 77,3% não tiveram possibilidades de atendimento por monitoria ou ainda não tiveram contato com a monitora. Foi dada uma questão aos participantes voluntários sobre a opinião deles diante do trabalho desenvolvido na monitoria e foi perguntado sexo e período ao qual o alunos estavam matriculados. Os alunos que concordaram em participar da pesquisa assinaram os termos de consentimento livre e esclarecido, que foram levados em suas respectivas salas de aula, e receberam o questionamento por email, responderam e reenviaram respondidos. Um total de 68,2% dos participantes considerou muito importante a atividade em monitoria, considerando questões como: aprendizado facilitado, auxílio nas dúvidas, complementação ao trabalho do docente, tempo extra, etc. Os 31,8% restantes, responderam que não tinham uma opinião formada, pois não tiveram contato com monitor. Conclui-se que a monitoria cumpre seu papel, sendo entendida com reconhecimento da sua importância pelos alunos.

Título:

Higiene e Progresso: A Questão das Alteridades nas Escolas Normais da Corte e Distrito Federal

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Renata Dawache, Renata Patricia Forain de Valentim.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

rdahwache@gmail.com

Resumo:

A introdução da psicologia nas Escolas Normais se deu em meio a uma série de transformações decorrentes da transição Brasil Imperial a um Brasil República e mostrou-se como importante fator para a legitimação e disseminação de um discurso científico que se instituiu com vigor. A possibilidade de concretização desta pesquisa deu-se através do levantamento e análise dos arquivos do Centro de Memória da Educação Brasileira, em particular dos Programas de Ensino das Escolas Normais da Corte e do Distrito Federal, entre os anos de 1889 a 1930. A investigação que se construiu a partir daí, buscou mapear que alteridades estariam envolvidas na trama discursiva que alimenta a formação das normalistas no Rio de Janeiro neste mesmo período. Partindo do pressuposto de que o entendimento que o sujeito tem de si se constitui através do olhar e da palavra do outro e de que esta alteridade está presente em seu discurso, este trabalho teve por objetivo investigar as formas pelas quais a alteridade se faz presente nas falas cotidianas. No plano metodológico, utilizamos a categoria de Heterogeneidades Enunciativas, da linguista Jacqueline Authier-Revuz, como chave de definição e análise do objeto a ser pesquisado. Através desta categoria foram estabelecidas duas formas desta alteridade: a alteridade mostrada e a alteridade constitutiva. Na análise da primeira, foram identificadas, por um lado, as identificações narcísicas do discurso psicológico e pedagógico que recém se construía, alinhada ao discurso científico sanitarista e higienista, que contribuíam para a organização e normatização dos comportamentos desviantes. Por outro seu lugar de estranhamento, dirigido à população brasileira em geral, identificando-a como fonte de insegurança e insalubridade. No plano da alteridade constitutiva pretende-se investigar, através da análise dos gêneros de discurso de Bakhtin, as implicações que estão colocadas na constituição do discurso nos moldes do discurso científico e na forma dos programas.

Título:

Habilidades sociais e percepção de apoio social de adolescentes: Relações com o desempenho acadêmico

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Luana de Mendonça Fernandes e Vanessa Barbosa Romera Leme.

Universidade Salgado de Oliveira

luapsi@gmail.com

Resumo:

As relações interpessoais com a família, pares e professores podem auxiliar os adolescentes a lidarem com os desafios enfrentados ao final do Ensino Fundamental, promovendo seu desenvolvimento social e seu desempenho acadêmico. A partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o presente estudo teve como objetivos: (1) comparar as habilidades sociais e a percepção de apoio social dos alunos dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental com baixo e alto rendimento acadêmico; (2) comparar as habilidades sociais e a percepção de apoio social dos alunos do 8º ano com baixo e alto rendimento escolar com os do 9º ano com baixo e alto rendimento escolar; (3) investigar possíveis preditores do rendimento acadêmico dos alunos dos 8º e 9º anos. Participaram do estudo 318 estudantes que frequentam o 8º e o 9º anos do Ensino Fundamental, e os professores que lecionam para esses adolescentes, provenientes de três escolas públicas em do Estado do Rio de Janeiro. Os alunos foram divididos em dois grupos com baixo e alto rendimento acadêmico, por meio da média do primeiro semestre dos estudantes. Os dados foram coletados com os estudantes nas salas de aulas, no período de aula e estes responderam ao Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA-Del-Prette), à Escala de Percepção de apoio social (SSA) e um questionário com informações demográficas e nível socioeconômico. Os 21 professores responderam ao Inventário de Habilidades Sociais Educativas - versão professor (IHSE-Pr-Del-Prette). Foram avaliadas as propriedades psicométricas e as análises estatísticas: teste *t-Student*; correlação de *r* de *Pearson*; análise de regressão linear múltipla. Os dados da pesquisa mostraram que os recursos individuais dos adolescentes e variáveis dos microssistemas da família e da escola estão relacionadas com o desempenho acadêmico dos estudantes em um momento crítico do ciclo escolar, isto é, os dois últimos anos do Ensino Fundamental.

Título:

FALÊNCIA DE UM IDEAL E COMPENSAÇÃO DELIRANTE

Modalidade: Apresentação Oral

Autores:

Lívia Suisso Lourenço e Ademir Pacelli Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo:

Neste trabalho procuramos demonstrar o esforço de aproximação e oferta terapêutica para um caso onde o delírio e as interpretações delirantes surgem de forma intensa, dominando o dia a dia e tornando-se central na vida da pessoa. Trata-se de situação que envolve toda a família numa trama de falta de ordenação, onde os vizinhos acabam por tentar chamar a lei - policial, jurídica - para fazer valer a lei e a ordem.

Palavras-chave: ofertas terapêuticas, condições delirantes, família

Título:

Falando sobre Suicídio: A Experiência de Integração das Ligas de Saúde Mental da Unigranrio

Modalidade: Pôster

Autores:

Cely Carolyne Pontes Morce, Áthila de Almeida Siqueira, Ester Felix Gonçalves e Samira Pontes de Moura

Unigranrio

athilaa@hotmail.com

Resumo:

Introdução: as ligas acadêmicas de saúde mental da Unigranrio do município do Rio de Janeiro (LASM) e de Duque de Caxias (LISM) realizaram um trabalho integrado, com uma tarde de debates sobre prevenção e fatores de risco do suicídio entre estudantes de medicina.

Objetivo: relatar a experiência de integração das ligas acadêmicas de saúde mental em comemoração ao dia mundial de combate ao suicídio.

Método: encontro reflexivo dos membros da LASM Rio de Janeiro e da LISM Duque de Caxias e debate sobre suicídio, com foco em fatores de risco, medidas preventivas e combate ao estigma que envolve esse tema, utilizando meios artísticos de interação.

Resultado: A abertura do evento foi iniciada pela leitura de cartas de suicidas e poemas sobre a morte e a transitoriedade da vida, declamadas pelos membros das ligas

acadêmicas. Posteriormente as ligas utilizaram recursos áudio visuais, com imagens referentes a temática da morte e estudantes cantaram músicas com letras relacionadas ao suicídio, ao sofrimento psíquico e a procura da ideia de morte como alívio de problemas. Após a exploração de habilidades artísticas para trabalhar com as emoções dos estudantes participantes em relação ao tema foi aberto um espaço reflexivo de exposição dos sentimentos dos estudantes em relação ao que foi apresentado e sobre o conhecimento da temática.

Conclusão: houve uma dificuldade de expressão inicial no debate, sendo questionada pelos membros das ligas a possibilidade de essa reação estar ligada à representação do sentimento de impotência do estudante de medicina frente à idéia do desejo de morte e do suicídio. Também foi questionada a carência do trabalho dessa temática dentro do ensino médico, justificando assim a sensação de vulnerabilidade do estudante nessa situação.

Título:

Evidências de validade da Escala de Ansiedade Estatística em Alunos da Psicologia

Autores:

José Augusto Evangelho Hernandez, Gabriella Rocha dos Santos, Jéssica de Oliveira da Silva Sara Lameira Lourenço Mendes e Vanessa da Costa Barreto Ramos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro)

hernandez.uerj@gmail.com

Resumo:

Os alunos de graduação da Psicologia, com frequência, percebem o estudo da Estatística e os dados quantitativos como obstáculos intransponíveis que mobilizam considerável ansiedade. A revisão da bibliografia nacional, circunscrita à primeira década do século XXI, não encontrou estudos publicados que abordassem este aspecto, sendo que os existentes focalizaram as atitudes sobre a estatística. Esta investigação teve como objetivo adaptar e gerar evidências de validade para uma versão em português da Escala de Ansiedade Estatística (EAE) de Vigil-Colet, Lorenzo-Seva e Condon (2008). Neste modelo, a ansiedade é avaliada através de três fatores: Ansiedade-Prova, Ansiedade-Ajuda e Ansiedade-Interpretação. O instrumento original passou pelo método *back*

translation, executado por quatro alunos bilíngues da disciplina Introdução aos Métodos de Pesquisa em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nos ajustes dos poucos itens discordantes, houve a participação integral de toda turma até a obtenção do consenso sobre a tradução mais adequada dos mesmos. Após, foram coletados e analisados os escores de 397 estudantes de Psicologia de quatro universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro/RJ. Os participantes de ambos os sexos, de períodos e idades distintos, foram escolhidos por conveniência. Os dados foram digitados e analisados no SPSS 20 com técnicas estatísticas descritivas, análise fatorial exploratória com método de extração Probabilidade Máxima, análises paralelas para retenção de fatores, coeficiente alfa de Cronbach, coeficiente de correlação de Pearson e análise de variância. Nos resultados, foram observadas evidências de validade fatorial e consistência interna para os escores da escala. Também foram apuradas diferenças estatísticas significativas nas medidas de ansiedade entre os sexos dos estudantes, entre as instituições e entre aqueles alunos que cursaram ou não a disciplina de Estatística. Concluiu-se que esta medida de ansiedade poderá ser útil para a pesquisa psicológica fornecendo subsídios para o ensino e aprendizagem da Estatística.

Palavras-Chave: Ansiedade Estatística, Métodos Quantitativos, Psicometria.

Título:

Estratégias de capacitação e desenvolvimento profissional

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Ana Claudia Fernandes Monteiro, Maria da Conceição de Oliveira Villar e Luciana Mourão

Universidade Salgado Oliveira – UNIVERSO

ceissavillar@yahoo.com.br

Resumo:

Cada vez mais as pessoas têm se preocupado com o seu desenvolvimento profissional e as oportunidades que as organizações de trabalho oferecem costumam ser um importante fator em tal desenvolvimento. Pesquisas recentes revelam que as transformações no mundo do trabalho têm impulsionado mudanças nas ações de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) ofertadas pelas organizações. A presente pesquisa teve como objetivo investigar o cenário de T&D em organizações que atuam no Brasil. Para tanto, foi realizado um estudo com 304 organizações em 2009 e uma replicação em 81 dessas em 2014. A amostra foi probabilística e contemplou 23 estados do país, com organizações dos setores público e privado, de pequeno médio e grande porte. A coleta de dados foi feita por meio de aplicação de questionário por telefone em ambos os momentos. Os resultados comparativos revelaram que reduziu o número de organizações que investem em ações de treinamento em serviço (59% em 2009 para 26% em 2014) e, paralelamente, ampliou o número de casos de encaminhamento dos profissionais para participarem de cursos externos (42% em 2009 e 54% em 2014). Também merece destaque a tendência da área em planejar os cursos de capacitação e utilizar instrutores internos para ministrá-los, pois essa estratégia cresceu em 75% nos últimos cinco anos. Observa-se que a capacitação presencial continua sendo a mais utilizada (mais de 80% das organizações informaram adotar essa modalidade nos dois momentos da pesquisa). Esses resultados podem ser úteis para as pessoas repensarem seu desenvolvimento profissional e definirem suas próprias estratégias de desenvolvimento.

Título:

Então, a Consciência Morfológica Contribui para a Leitura no Português Brasileiro?

Modalidade: Apresentação Oral

Autores: Pedro Viana de Freitas Junior e Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota

Universidade Salgado de Oliveira – Niterói/RJ –

(pedrovjr@ig.com.br)

Resumo:

Desde muito cedo as crianças têm capacidade de empregar a linguagem de forma comunicativa. A Consciência morfológica é a habilidade de se refletir intencionalmente sobre a estrutura morfológica das palavras e pode ajudar na leitura e na

escrita. Estudos brasileiros têm demonstrado que a consciência morfológica está associada à leitura no português do Brasil. Recentemente, uma controvérsia foi levantada na literatura a respeito do papel que a contribuição da consciência morfológica exerce na aquisição da leitura, porque estes estudos não controlaram habilidades cognitivas, como a inteligência não verbal, nas regressões efetuadas. Investigou se a consciência morfológica contribui para a leitura após controlar as variáveis inteligência não verbal e consciência fonológica. Participaram do estudo 52 alunos, de ambos os sexos, matriculados no 4º e 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública do município de São Gonçalo. A idade dos alunos variava entre 9 e 13 anos. Foram aplicadas tarefas de consciência fonológica, morfológica e inteligência não verbal, bem como tarefas de leitura de palavras e compreensão de texto. As análises de correlação de *Pearson* indicaram que as tarefas de morfologia derivacional e flexional se correlacionaram significativamente com a leitura de palavras. As análises de regressão hierárquica mostraram que o processamento morfológico derivacional contribui para leitura de forma independente do processamento fonológico e da inteligência não verbal no caso da precisão de leitura, mas não na compreensão de textos. A compreensão de leitura se correlacionou com a leitura de palavras. É possível que a consciência morfológica contribua para a compreensão de texto de forma indireta, via reconhecimento de palavras, o que deverá ser aprofundado em estudos futuros. De modo geral, os resultados sugerem que a consciência morfológica é uma habilidade metalinguística que contribui para a leitura no português do Brasil.

Palavras Chave: Consciência metalinguísticas, Consciência morfológica, Leitura, Inteligência não verbal.

Título:

DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL ENTRE EPISÓDIOS DE AGITAÇÃO NA INFÂNCIA E DISFUNÇÕES NEUROPSICOLÓGICAS

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras: Elenilda Alves da Rocha e Nayara Graciella Mota Miranda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

elenildarch@gmail.com

Resumo:

A apresentação deste caso clínico visa a partilhar as contribuições da avaliação neuropsicológica para a diferenciação entre condutas de agitação, estresse e

agressividade em crianças – decorrentes de ansiedade desencadeada por eventos estressores – e os transtornos de neurodesenvolvimento na infância.

Criança, sexo masculino, 6 anos de idade, cursando 1º ano do Ensino Fundamental em escola da rede particular de ensino. A mãe apresenta queixas de condutas de agitação e episódios de agressividade. A avaliação neuropsicológica foi realizada através de entrevista clínica com a mãe; da aplicação de testes neuropsicológicos; da observação do seu comportamento em interação lúdica e em situações que demandavam habilidades neuropsicológicas; e de questionamentos sobre seu estado de ânimo a partir da Escala de Depressão de Beck (BDI-II). Para explorar suas dificuldades escolares, foi parcialmente administrado o CONFIAS. Diferentemente da conduta relatada pela mãe na anamnese, a criança se mostrou amorosa e colaborativa. Afirmando também ter uma agradável interação social na escola. Em casa, porém, relatou espontaneamente que bateu na mãe e na avó para defender-se. Demonstrava um nível alto de exigência consigo mesmo, buscando fazer as atividades da melhor maneira possível, porém era consciente de suas fortalezas e debilidades, declarando com facilidade o que ainda não sabia fazer. Os resultados obtidos na exploração de suas diferentes funções neuropsicológicas apontam que a criança apresenta adequado desempenho neuropsicológico, coerente com uma evolução normal do seu neurodesenvolvimento. Seu comportamento desadaptativo (agitação e agressividade), que demandou a avaliação neuropsicológica, parecia corresponder-se a questões de interação social; manifesto em situações específicas. Os resultados obtidos neste caso clínico indicam a necessidade de se obter mais estudos que se acerquem da diferenciação entre as disfunções neuropsicológicas e as expressões de ansiedade na infância.

Palavras-chave: avaliação neuropsicológica, diagnóstico diferencial, agitação.

Título:

Desenvolvimento Profissional: a testagem de um modelo preditivo

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Ana Claudia Fernandes Monteiro e Luciana Mourão

Universidade Salgado Oliveira – UNIVERSO

anamonteiro@gmail.com

Resumo:

No ambiente de trabalho atual, os trabalhadores têm buscado cada vez mais desenvolvimento profissional. O objetivo deste estudo foi testar um modelo de predição da percepção do desenvolvimento profissional, considerando as variáveis justiça organizacional e resiliência como possíveis predictoras. O desenvolvimento profissional refere-se ao crescimento e amadurecimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos pelos trabalhadores ao longo da vida, resultantes de ações formais e informais de aprendizagem. A justiça organizacional corresponde às “percepções dos empregados do quanto a organização é justa. Consiste de percepções da imparcialidade dos resultados que os empregados recebem (justiça distributiva) e da imparcialidade dos procedimentos usados na distribuição desses resultados (justiça processual). A resiliência se refere a capacidade de resistir à adversidade e de utilizá-la como fator de crescimento. Participaram da pesquisa 320 trabalhadores de diferentes categorias profissionais de organizações públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro. A amostra foi de conveniência e os questionários aplicados presencialmente. O instrumento de coleta de dados continha três escalas, todas com bons indicadores psicométricos, além de um bloco de questões de dados sociodemográficos para caracterização dos participantes. Os resultados apontados a partir da modelagem por equações estruturais confirmaram as hipóteses de que a percepção de justiça organizacional e a resiliência predizem positivamente a percepção de desenvolvimento profissional, sendo que esta última tem maior poder preditivo. Os resultados contribuem para as organizações repensarem suas políticas, procedimentos e critérios de distribuição de remuneração e benefícios. Da mesma forma, o estudo também pode provocar reflexões nos indivíduos acerca de como a resiliência pode contribuir para o seu próprio desenvolvimento profissional.

Título:

DECISÕES EM DILEMAS MORAIS E SUPERVISÃO DA RESPOSTA ENTRE JOVENS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS: RESULTADOS PRELIMINARES

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras: Elenilda Alves da Rocha, Marina Antunes, Maria Adriana Campêlo e Nayara Graciella Mota Miranda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

elenildarch@gmail.com

Resumo:

A relação entre aspectos neuropsicológicos e moral vem sendo constantemente apontada por aqueles estudos interdisciplinares em neurociências que pesquisam, em especial, a ativação do córtex pré-frontal medial, orbitofrontal e ventromedial, e do córtex cingulado anterior. Estas regiões cerebrais apresentam um desenvolvimento tardio, mais marcado durante o fim da adolescência. Entretanto, ainda há escassa compreensão sobre a natureza desta relação, especialmente em período de desenvolvimento neuropsicológico. Para esta fase preliminar, objetivou-se estudar, entre 15 estudantes universitárias (19 - 20 anos) sem história de transtornos neurológicos ou psiquiátricos, a correlação entre um índice de supervisão da resposta (total de erros perseverativos no Self- Ordered Pointing Task; figuras abstratas) e o tipo de escolha (moral/empática ou pragmática) em dilema moral. Com menor quantidade de erros perseverativos, houve maior tendência à escolha de decisões orientadas por princípios ou regras morais em dilema moral ($rS = ,535$, $p = ,020$). A maior capacidade de observação e monitoramento da própria conduta (menos perseverações) demonstra maior controle da sua resposta em interações com o entorno. Os resultados sugerem que esta autorregulação também se expressa na decisão em dilema moral. Assim, as escolhas orientadas por princípios e normas sociais parecem demandar maior capacidade de controle deliberado de si do que aquelas orientadas por recompensas ou sanções.

Palavras-chave: funções executivas, moral, neurodesenvolvimento, adolescência

Fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Daseinsanálise e Esquizofrenia: Um estudo sobre a contribuição de Merdard Boss para a compreensão do homem sadio e patológico

Mestrando: Émerson Domingues da Silva

domemerson@yahoo.com.br

Orientadora: Ana Maria Lopes Calvo de Feijoo

O presente trabalho pretende desenvolver um estudo da psicopatologia daseisanalítica do modo como foi desenvolvida por Merdard Boss, mais especificamente no que diz respeito à esquizofrenia. Tal estudo também busca mostrar que Boss ao tematizar fenomenológico-existencialmente a esquizofrenia, não somente se apropria de conceitos de matriz heideggeriana como realiza de modo análogo o procedimento da destruição fenomenológica conforme proposta no § 6 da obra *Ser e Tempo* de Martin Heidegger. Considera-se oportuno o estudo da teoria da esquizofrenia bossiana, pois uma vez orientada pela daseinsanálise, além de contribuir para a compreensão das patologias denominadas mentais ou psíquicas, oferecerá elementos importantes – tais como a noção de abertura, de liberdade, de espacialidade, de temporalidade, de corporeidade, de ser-no-mundo, de ser-com-os-outros – para a discussão dos fundamentos que embasam as diversas teorias sobre as patologias humanas, em particular, a esquizofrenia. Ao ler os trabalhos de Boss, percebe-se que sua noção de doença apresenta uma peculiaridade, uma vez que Boss considera que o mais importante para a medicina e a psicologia não é o entendimento das doenças mesmas, mas da experiência do homem, isto é, daquele ser humano que está doente. Assim, Boss propõe uma mudança de foco, deslocando o entendimento da doença para o entendimento do homem que está doente, para o esclarecimento prioritário da existência. É nesta perspectiva que, tendo em vista a força do discurso representado pela psiquiatria clássica e seu poder hegemônico no que diz respeito a lida com a esquizofrenia, este trabalho pretende problematizar a seguinte questão: É possível pensar a esquizofrenia com bases que não seja o orgânico, nem o

psíquico, isto é, sem lançar mão das hipóteses ontológicas e metafísicas exemplarmente presentes em bases da psiquiatria de compreensão naturalista e psicologizante? Para discorrer sobre tais perguntas, esta pesquisa irá buscar elementos na análise de Boss, que operacionaliza conceitos heideggerianos a fim de ressignificar os conceitos referentes aos transtornos patológicos, em especial a esquizofrenia, estudados na psicologia e na psiquiatria. Acredita-se que Boss pressupõe a desconstrução das hipóteses ontológicas na compreensão tradicional da esquizofrenia. Para tanto, o recurso metodológico deste trabalho será uma análise bibliográfica, abrangendo obras relativas à esquizofrenia e seus desdobramentos conceituais. Estudos em obras filosóficas, manuais de psicopatologia e contribuições do campo teórico da psiquiatria e da psicologia servirão como alibi para a produção do trabalho. Soma-se a isso, as contribuições teóricas de Martin Heidegger e Medard Boss, como ponto de partida para a análise da pesquisa. Nos manuais e livros de psicopatologia é visto que, o que se entende por esquizofrenia hoje é fruto de um conceito que sofreu muitas transformações ao longo da história da psiquiatria. Uma cronologia de fatos e estudos que há mais de 100 anos influíram decisivamente para o desenvolvimento desse conceito. Como afirma Silva (2006) o histórico conceitual da esquizofrenia data do final do século XIX a partir da descrição de demência precoce estudada por Emil Kraepelin. Outro cientista que também teve importante influência sobre o conceito de esquizofrenia foi Eugen Bleuler. Kraepelin (1856-1926) estabeleceu uma classificação de transtornos mentais que se baseava no modelo médico. Seu objetivo consistiu em delinear a existência de doenças com etiologia, sintomatologia, curso e resultados comuns. Ele chamou uma dessas entidades de demência precoce, pois acreditava que ela começava no início da vida e quase invariavelmente levava a problemas psíquicos. Seus sintomas característicos incluíam alucinações, perturbações em atenção, compreensão e fluxo de pensamento, esvaziamento afetivo e sintomas catatônicos. A etiologia era endógena, ou seja, o transtorno surgia devido a causas internas (SILVA, 2006). No entanto, como sinaliza Silva (2006) foi Bleuler (1857-1939) quem criou o termo esquizofrenia (esquizo = divisão; phrenia = mente) e, com isso, fez substituir o termo demência precoce na literatura. Bleuler conceitualizou o termo para indicar a presença de um cisma entre pensamento, emoção e comportamento nos pacientes afetados. Para explicar melhor sua teoria relativa aos cismas mentais internos nesses pacientes, Bleuler descreveu sintomas fundamentais (ou primários) específicos da esquizofrenia que se tornaram conhecidos como os quatro “As”:

associação frouxa de ideias, ambivalência, autismo e alterações de afeto. Bleuler também descreveu os sintomas acessórios (ou secundários), que incluíam alucinações e delírios. O que Bleuler denominava esquizofrenia, ou melhor, esquizofrenias, como explícita de maneira bem clara os estudos de Elkis (2000) devido a apresentação de subtipos desta patologia, não representava um conceito em oposição ao de demência precoce anteriormente apresentado por Kraepelin, mas a um aperfeiçoamento de duas variáveis: dentre elas, a dilatação na idade de início do quadro, uma vez que o transtorno poderia aparecer tardiamente e, sobretudo, uma ênfase não no processo evolutivo (eventualmente demencial), mas na valorização de alguns sintomas que seriam denominados fundamentais para o diagnóstico. Tais sintomas são aqueles já anteriormente sinalizados, conhecidos como os quatro “As”. Os conceitos de Kraepelin e Bleuler, por assim dizer, formaram a base para a compreensão da esquizofrenia e fizeram parte do cabedal conceitual de muitos psiquiatras, dada a relevância de tais estudos. O influxo de tais pesquisas está também presente nos critérios diagnósticos que operacionalizam o conceito de esquizofrenia. Como diz Oliveira (2010), a psiquiatria nos anos 50 – após um esforço para criar um consenso da definição da esquizofrenia a fim de que os clínicos e investigadores pudessem comunicar entre si, com um grau adequado de fiabilidade e referindo-se ao mesmo conjunto de perturbações quando considerassem evidências de várias fontes – criou dois manuais de classificação e diagnóstico de patologias. Um na Europa e outro nos EUA. Na Europa, o CID-6 (Classificação Internacional de Doenças), que representava a reformulação do já existente manual CID pela OMS, incluía pela primeira vez uma seção de doenças mentais segundo a filosofia de Kraepelin; Nos EUA, foi publicado o DSM-I (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), um manual com 60 patologias cujas definições e descrições eram baseadas na teoria psicanalítica e no trabalho de Bleuler. Assim, nos anos 60, a visão bleuleriana tornara-se dominante nos EUA enquanto os conceitos de Kraepelin prevaleciam na Europa. No entanto, paralelo a essa contextualização em que a temática da esquizofrenia passou a ser foco de constantes estudos e delimitações conceituais no campo da psiquiatria e da psicologia, encontra-se os trabalhos de Medard Boss (1903-1990), que ao realizar um estudo em suas obras percebe-se que ele ao refletir sobre o ser e o existir humano torna possível um novo caminho para a compreensão da esquizofrenia, livre das concepções racionalistas e subjetivistas fortemente presente na psiquiatria clássica (CARDINALLI, 2004). Sua compreensão de doença, em especial a esquizofrenia, não como conjunto de sintomas

previamente determinados, mas como um modo de existir no mundo; como uma retração das possibilidades efetivas de realização da própria existência, sinaliza um novo horizonte na psiquiatria para o estabelecimento de novas formas de atuação e entendimento das patologias. Mais do que um produto psíquico ou de característica orgânica, a esquizofrenia, segundo Boss, passa a ser entendida com base na estrutura existencial que compõe o homem enquanto ser humano. Assim, estudar os fenômenos humanos sadios e patológicos requer, primeiramente, o esclarecimento de sua natureza existencial, o qual permitirá deslocar o entendimento mais habitual do homem apoiado nos conceitos de razão, forças, impulsos, etc. para os modos de existir humanos.

Palavras-chave: esquizofrenia; daseinsanálise; método fenomenológico-existencial

Título:

CONTRIBUIÇÕES DA ESTIMULAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA GRUPAL NA ADOLESCÊNCIA: NEURODESENVOLVIMENTO ATÍPICO.

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Marina Lins Antunes e Nayara Graciella Mota Miranda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

marina_lins_antunes@hotmail.com

Resumo:

A estimulação neuropsicológica auxilia a superar disfunções no neurodesenvolvimento e promover autonomia de forma a maximizar sua interação social. Na intervenção neuropsicológica em grupos de adolescentes, permite conhecer pares em condições semelhantes podendo ampliar os benefícios para além do desenvolvimento neurocognitivo. Este trabalho objetiva identificar mudanças neuropsicológicas e o nível de participação social em adolescentes com neurodesenvolvimento atípico, que frequentam atendimento neuropsicológico grupal. Participaram 3 jovens, 2 mulheres (15 e 16 anos) e 1 homem (21 anos). Todos cumprem critérios de disfunções no neurodesenvolvimento: transtorno específico da aprendizagem (1 mulher) e atraso generalizado do desenvolvimento intelectual (1 homem e 1 mulher). As 13 sessões semanais incluíam atividades de estimulação neuropsicológicas integradas de acordo com um tema, relacionado com questões pró-sociais. Com o objetivo de determinar a evolução do desempenho neuropsicológico, novamente aplicaram-se os testes que

apresentaram desempenho inferior na avaliação inicial: d2, Dígitos, Figura Complexa de Rey e fluidez verbal (fonética e semântica). Para valorar o nível de desadaptação social foram administradas algumas questões do WHODAS 2.0. Resultados que demandam maior controle atencional (d2, Dígitos), associados com maior ativação pré-frontal, apontaram influência da desejabilidade social. Em tarefa de memória declarativa episódica visual, dependente primordialmente da ativação do lobo temporal, os participantes apresentaram melhoras no desempenho. A evolução de seu desempenho foi diferenciada em tarefas de fluidez verbal. Nas atividades da vida cotidiana, relataram dificuldades em concentrar-se prolongadamente, lembrar-se das coisas importantes que precisam fazer, e encontrar soluções para os problemas da vida diária. Nas atividades escolares, mostram dificuldades leves a intensas para realizar tarefas e terminar o trabalho dentro do prazo. Os resultados destacam a influência de aspectos psicossociais no rendimento neuropsicológico, em especial em funções que requerem a ativação pré-frontal. Após 13 sessões, além da evolução neuropsicológica observada, os participantes aumentaram suas percepções sobre as dificuldades cognitivas e o senso de representação na sociedade.

Título:

Consciência Fonológica e Prática Educativa

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Débora Pinto Inácio e Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota

UNIVERSO/ UERJ

deborapinacio@hotmail.com

Resumo:

Leitura e escrita, como na oralidade, não constituem uma aquisição espontânea, requerem um trabalho sistemático de reflexão sobre o uso e aplicabilidade destas, através de atividades com metodologias específicas, mediadas pelo professor. Considerando a importância do trabalho e formação profissional nas séries iniciais o

Ministério da Educação e Cultura, através do Sistema Integrado do Ministério da Educação e Cultura – SIMEC-SISPACTO, lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (2013). O PNAIC baseia-se em 04 eixos fundamentais: 1) oralidade, 2) análise linguística, 3) leitura, e 4) produção textual. O presente estudo investiga o conhecimento do professor em relação ao eixo 2. Esse eixo trata da relação entre habilidade metalinguística e o processo de alfabetização, que se deve ao fato de que aprender o código escrito implica em manipular explicitamente a estrutura da língua falada, estabelecendo correspondência entre oralidade e escrita, fundamentais na alfabetização. Assim, este trabalho investiga o nível de conhecimento dos professores de séries iniciais em relação à consciência fonológica e sua contribuição para a prática do professor alfabetizador. Responderam a pesquisa 59 professores de séries iniciais de escolas do Rio de Janeiro. Foi utilizado um questionário com três etapas: 1) questionário sócio-demográfico; 2) 07 perguntas de caráter escalonar, que tratam de questões referentes ao nível de conhecimento sobre o tema consciência fonológica e importância das atividades orais nas séries iniciais; e 3) 08 perguntas relacionadas às práticas em sala e conhecimento sobre o tema consciência fonológica na prática pedagógica. Os resultados do questionário mostram que os professores, muitas vezes, conceituam corretamente consciência fonológica, mas não realizam atividades referentes a este construto. Também apontam a necessidade de promover espaços de formação continuada visando à realização de atividades de consciência fonológica para a aquisição da leitura e escrita nas séries iniciais.

Título:

Avaliação dos Estilos de Apego em Indivíduos com Transtorno de Personalidade

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Beatriz Vieira, Evelyn Rodrigues Oliveira, Monique Gomes Plácido, Stèphanie Krieger e Eliane Mary de Oliveira Falcone

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

beatrizvieira18@hotmail.com

Resumo:

Com base em achados da literatura, esta pesquisa teve como objetivo avaliar as relações existentes entre estilos de apego e transtorno de personalidade - TP, pressupondo que estes indivíduos apresentam estilos inseguros de apego em relação a indivíduos sem TP.

A amostra foi composta por 88 indivíduos de ambos os sexos, sendo 30 sem TP – grupo controle e 58 com TP (DSM-IV-TR), os quais foram divididos em dois grupos: 24 pertencentes ao agrupamento B (2 narcisistas, 6 histriônicos e 16 borderline) e 34 ao agrupamento C (6 obsessivo-compulsivos, 11 evitativos e 17 dependentes). Através da aplicação Escala de Apego Adulto (EAA), o apego foi avaliado através de três subescalas: 1) A *proximidade*, que corresponde ao grau de conforto com proximidade e intimidade, 2) A *confiança*, que corresponde ao grau de confiança na disponibilidade dos outros e 3) A *ansiedade*, que corresponde ao grau de ansiedade ou medo de ser abandonado ou de não ser amado. A Anova demonstrou que os participantes do grupo C apresentaram níveis significativamente ($p < 0,01$) inferiores de Proximidade em relação ao grupo controle, indicando maior desconforto com a intimidade. Os grupos B e C obtiveram médias significativamente ($p < 0,001$) inferiores em relação ao grupo controle no Fator Confiança, sugerindo menor confiança na disponibilidade dos outros por parte do grupo com TP. Finalmente, os grupos B e C se mostraram significativamente ($p < 0,001$) mais temerosos do que o grupo controle em relação ao abandono e a não ser amado. Esses resultados confirmam os dados da literatura, os quais indicam que indivíduos com TP possuem estilos inseguros de apego em relação à população sem diagnóstico clínico.

Palavras-chave: estilos de apego, transtorno de personalidade, escala de apego adulto

Título:

Avaliação dos coordenadores de curso de psicologia acerca da aquisição de competências por parte dos alunos

Modalidade: Apresentação Oral

Autores: José Rômulo Travassos da Silva, Helenita de Araujo Fernandes e Luciana Mourão

Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO

romulo.travassos.silva@gmail.com

Resumo:

O conceito de competências compreende o conjunto de recursos cognitivos (conhecimentos, habilidades e atitudes). As diretrizes curriculares do Ministério da Educação – MEC para o curso de Psicologia foram utilizadas neste estudo como balizadores para os coordenadores de curso avaliarem as lacunas de competências existentes nos cursos de graduação. Levando em consideração a díade – trabalho x formação – o objetivo desta pesquisa foi verificar, na visão de coordenadores, em que medida os alunos estão desenvolvendo essas competências durante a formação acadêmica. Para tanto foram enviados questionários por email com retorno de 36 coordenadores de instituições de ensino superior público e privado, contemplando cidades das regiões Centro-oeste, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. O questionário contemplou as competências exigidas para a formação do Psicólogo em uma escala de zero (nenhum domínio) a dez (total domínio). Os resultados obtidos mostraram que as competências *Desenvolver vínculos interpessoais requeridos na atuação profissional* e *Realizar psicoterapia* correspondem àquelas que os discentes teriam maior domínio (com notas médias próximas de 9, enquanto que as competências *Formular questões empíricas de investigação científica* e *Realizar diagnósticos de processos psicológicos de grupos* representam, na avaliação dos coordenadores de curso, as maiores lacunas de domínio por parte dos discentes, com notas médias próximas de 8 em ambos os casos. A média geral de domínio nas 21 competências foi 8,24 (DP=1,38), o que sinaliza para uma avaliação muito positiva que os coordenadores de curso fazem da formação em Psicologia. Tal avaliação não é confirmada pelos resultados do ENADE e por vários outros estudos recentes sobre a temática. Portanto, a presente pesquisa pode ser útil para despertar a reflexão de coordenadores de curso, docentes, discentes e demais interessados na formação profissional em Psicologia.

Título:

As meninas preferem aqueles que têm

Modalidade: COMUNICAÇÃO ORAL

Autoras:

Rita Manso, Isis Segal, Evacyra Viana, Marina Fiorenza, Jair Dias A. Júnior, Taina Cavalcanti e Paola Vargas

isissegal@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: A identificação, escreve Freud, é a forma mais primitiva de laço emocional com o objeto. Do ponto de vista lógico, a identificação é anterior à escolha do objeto. É quando um e outro são um só, sendo um bom exemplo os estados de enamoramento apaixonado. Neste trabalho, fruto das discussões do nosso Grupo de Pesquisa em Psicanálise e Feminino, partimos da experiência com o discurso de jovens meninas de um Centro Sócio Educativo que alegam “preferir aqueles meninos que têm posses”, ainda que estas venham do tráfico de drogas. Priorizamos a importância do mecanismo da identificação no caso das mulheres, que preferencialmente elegem na escolha de um parceiro, aquele que tenha algo que as fascinem. Na lógica do Ter ou Ser, e na contramão do discurso capitalista, que privilegia o imperativo do ter, do individualismo, do imediatismo, a psicanálise propõe uma ética que possa vir a barrar o imperativo do gozo desenfreado.

Palavras-chave: Identificação, feminino, pulsão, gozo.

Título:

Aproximações entre a Teoria das Representações Sociais e os modelos de Cognição Social.

Modalidade: Comunicação Oral.

Autores:

Marcus Eugênio de Oliveira Lima – Universidade Federal de Sergipe/UFS.

Anderson Pereira Mendonça – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ.

anderson.p.mendonca@hotmail.com

Resumo:

O trabalho de caráter teórico discute duas das perspectivas mais importantes da psicologia social, tão importantes que até se pode dizer que são emblemáticas dos dois paradigmas dominantes no campo; de um lado a psicologia social psicológica, representada pelos modelos da cognição social; de outro a psicologia social sociológica, representada pelos modelos da sociocognição com destaque para a Teoria das Representações Sociais. Adotamos neste trabalho uma abordagem de articulação psicossocial, considerando as inter-relações entre os níveis de análise intrapsíquico, interpessoal, posicional e ideológico entre as duas orientações referidas. São poucos os estudos propondo uma integração entre conceitos e teorias da Psicologia Social com o

intuito de promover uma aproximação entre os mesmos para facilitar a compreensão dos processos e conteúdos psicossociológicos e cognitivos. É mais comum o pesquisador escolher uma vertente, para fundamentar sua pesquisa. Considerando as semelhanças de conteúdo e diferenças teóricas, não se deve modificar ou reduzir as teorias e sim reconhecer suas limitações e complementar com outra, construindo um entendimento maior e mais consistente dos fenômenos estudados. A articulação de níveis de análise fornece uma compreensão ampliada dos fenômenos, pois, para melhor compreender o conhecimento socialmente compartilhado, deve-se considerar a relação com as crenças e estereótipos na composição do pensamento social, partindo dos conteúdos mais expostos até os menos acessíveis das representações sociais. Pensamos que os estudos sobre as interfaces entre cognições e representações sociais são um campo fértil e ainda pouco explorado para a análise dos fenômenos sociais, com destaque para a teoria das representações sociais, as atitudes e os estereótipos, nosso objeto de interesse trabalho.

Título:

Ansiedade-traço entre atletas de esportes coletivos e individuais

Modalidade: Pôster

Autores:

Carina Vicente da Silva, Cristina Portela Lima, Gabriella Pereira Ribeiro, Viviane de Oliveira Costa e José Augusto Evangelho Hernandez

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(cristinaptlima@gmail.com)

Resumo:

A ansiedade é uma das variáveis mais estudadas na Psicologia do Esporte devido o grande efeito que pode ter sobre o desempenho dos atletas. O presente estudo se propõe a investigar a ansiedade-traço competitiva entre jovens atletas de esportes coletivos (futebol e vôlei) e individuais (natação e judô). Foram examinados 100 atletas do sexo masculino do estado do Rio de Janeiro, com idades variando de 13 a 21 anos. Após lerem e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os participantes responderam o *Sport Competition Anxiety Test (SCAT)*. Os dados coletados foram digitados no *SPSS*, versão 20, e analisados por meio do Teste *t* de Student para amostras independentes. Os resultados revelaram uma diferença

estatística significativa ($p < 0,05$), indicando que os atletas do esporte individual apresentaram maiores níveis de ansiedade-traço que os do esporte coletivo. Uma das possíveis explicações para esta diferença se refere ao fato de que atletas de esportes individuais não dividiriam suas responsabilidades com outros colegas e, portanto, estariam sós e expostos às diversas pressões do ambiente da competição. Desta forma, o medo da derrota e do fracasso tenderia a ser maior nos esportistas individuais.

Palavras-chave: Ansiedade-traço, Psicologia do Esporte, Esportes Individuais e Coletivos.

Título:

Análise Fatorial Confirmatória da Escala Triangular do Amor-Reduzida

Modalidade: pôster

Autores:

José Augusto Evangelho Hernandez e Vera Lucia Anunciação Baylão Gomes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) – hernandez.uerj@gmail.com

Resumo:

A importância da Teoria e Escala Triangular do Amor de Sternberg (1986) é consenso na área dos relacionamentos íntimos. No entanto, a saturação das cargas fatoriais em mais de um fator dos itens desta escala tem sido constante nas análises realizadas. Tentando superar isso, Gouveia et al. (2009) definiram uma versão reduzida post hoc do instrumento, a partir de Hernandez (1999). O presente estudo verificou a estrutura fatorial da ETAS-R, com amostra de conveniência de 238 sujeitos, 111 heterossexuais (68 mulheres e 43 homens) e 127 homossexuais (68 lésbicas e 59 gays) do Rio de Janeiro. A idade média dos participantes era de 37,4 anos, mantinham relações amorosas e coabitavam com os parceiros, em média, há 9,2 anos. A ETAS-R possui 15 itens divididos em Paixão, Intimidade e Decisão/Compromisso. Os escores foram submetidos à AFC mediante MEE no Amos 18, com estimação Máxima Verossimilhança. Nos resultados, a razão χ^2/gl foi 2,2, o que representa pequena diferença entre a matriz dos dados e a estimada. A raiz quadrada média do erro de aproximação foi 0,07, o intervalo estimado variou de 0,05 a 0,08, com 90% de confiança. A raiz quadrada média residual foi 0,1, denotando que as variâncias e covariâncias da amostra pouco diferem das estimadas. O índice de ajuste comparativo do modelo com o nulo foi 0,94, indicando a aceitação do mesmo. Os índices de

qualidade do ajuste e ajustado, que representam a proporção da variância explicada através da estimação, foram 0,91 e 0,87, respectivamente. Os coeficientes alfas da escala total (0,92), da Paixão (0,84), da Intimidade (0,84) e do Compromisso (0,82) revelaram forte consistência interna dos itens. Estas evidências de validade fatorial e consistência interna para a ETAS-R, não a habilitam a substituir a escala completa, mas como alternativa para estudos com múltiplas medidas.

Palavras-Chave: Psicologia do Amor, Relacionamentos Íntimos, Psicometria.

Título:

A Satisfação Amorosa em Relações Hetero e Homossexuais*

Modalidade: Pôster

Autores:

José Augusto Evangelho Hernandez – hernandez.uerj@gmail.com

Vera Lucia da Annuniação Baylão Gomes**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo:

Rodeado de intensos movimentos sociais prós e contras, o Supremo Tribunal Federal do Brasil reconheceu as uniões homoafetivas como entidades familiares, ou seja, passarão a ter os mesmos direitos civis das uniões heterossexuais. Por outro lado, persistem a intolerância, a discriminação e a violência contra os homossexuais. A satisfação é uma das principais metas de todos que buscam um relacionamento amoroso. O objetivo deste estudo foi investigar os fatores que concorrem para a satisfação amorosa em indivíduos hetero e homossexuais. Foi utilizada uma amostra de 500 sujeitos, de ambos os sexos, 82 lésbicas, 72 gays, 259 mulheres e 85 homens heterossexuais. Os participantes responderam a Escala Triangular do Amor de Sternberg – versão reduzida de Gouveia et al. (2009) e a Escala de Avaliação do Relacionamento de Hendrick (1988) Os dados foram coletados de forma presencial e via internet. Regressões múltiplas, método Stepwise, apuraram os seguintes resultados: para lésbicas, a principal preditor da satisfação foi o componente intimidade (36% da variância); para gays, a intimidade explicou 60% da variância; para mulheres e homens heterossexuais, 60% e 56% da variância também foi, respectivamente, explicada pela intimidade. Contrariando a expectativa social estereotipada, os resultados deste estudo mostraram que a satisfação no amor depende, principalmente, de um mesmo fator, a intimidade, que independente

das orientações sexuais dos amantes. A importância da intimidade nas relações amorosas é discutida conforme a Teoria Triangular do Amor de Sternberg.

Palavras-Chave: Psicologia do Amor, Satisfação Conjugal, Intimidade, Orientação Sexual.

*Este estudo é parte do projeto “Papéis Sexuais, Amor e Satisfação em Indivíduos Hetero e Homossexuais”, que foi financiado pelo Auxílio à Pesquisa Básica-APQ1.



**Bolsista de Iniciação Científica da Faperj.

Título:

A PRÁTICA DE ESTIMULAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA INTEGRADORA EM HIPERATIVIDADE

Modalidade: Apresentação Oral

Autores:

Andressa Marques Paiva e Nayara Graciella Mota Miranda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

dessampaiva@gmail.com

Resumo:

A hiperatividade refere-se a uma disfunção na área pré-frontal, cujo desenvolvimento estrutural e funcional é expectante e dependente da interação social. O objetivo deste trabalho é apresentar a prática da Estimulação Neuropsicológica Integradora (ENI) e avaliar sua eficácia no desenvolvimento cognitivo associado à hiperatividade. Esta prática foi realizada com A., oito anos no Serviço de Psicologia Aplicada da UERJ e baseou-se nos resultados da Avaliação Neuropsicológica. As etapas da Avaliação foram: entrevista clínica, que resultou na queixa da dificuldade de aprendizagem e inquietação na escola; utilização de instrumentos neuropsicológicos (Teste das Trilhas

Coloridas, D2, Dígitos/Vocabulário/Cubos – WISC III, Aprendizagem Auditivo Verbal de Rey, WCST-64, Figura Complexa de Rey, praxias gestuais, Escala de Depressão de Beck – BDI-II, CONFIAS e Teste do Desempenho Escolar); observação qualitativa do comportamento. Os resultados indicaram um perfil neuropsicológico compatível com o quadro de TDAH (tipo predominantemente hiperativo). A partir disso, iniciou-se a ENI que enfatiza o desenvolvimento das funções cognitivas disfuncionais, a atenção e as funções executivas, com adaptação do conteúdo às questões relevantes para o indivíduo. O plano estruturado para a ENI é individualizado e opta-se por temas que favorecem a interação social, como por exemplo, compaixão, amizade e perdão. Algumas sessões foram realizadas juntamente com outra criança da mesma idade e com o mesmo quadro clínico, favorecendo o desenvolvimento da interação social deles. Após 22 sessões semanais foram aplicados alguns testes (D2, Dígitos-WISC III e Figura Complexa de Rey) e uma escala de desadaptação social (WHODAS 2.0). Constatou-se, a partir do relato dos pais, maior organização e menos agressividade na integração com os colegas. Os dados quantitativos e qualitativos indicaram significativa melhora no controle atencional e na supervisão da resposta, com pouca agitação, maior engajamento nas atividades e melhora na autoestima e segurança do paciente.

Palavras chaves: estimulação neuropsicológica, hiperatividade, intervenções não farmacológicas

Título:

A POLÊMICA SOBRE A PSICANÁLISE NO CAMPO DO AUTISMO

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras:

Irene Beteille e Sônia Alberti

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: Na França, a divulgação do filme francês "Le mur" (2011), que trouxe uma feroz crítica à possibilidade de o autismo ser tratado através da psicanálise, e a subsequente proposição do projeto de lei do então deputado francês Fasquelle, que visava à proibição do atendimento ao autista através da psicanálise, em favor de

métodos educacionais e comportamentais, inaugurou uma verdadeira batalha em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. De um lado, os psicanalistas e trabalhadores de saúde mental, que vêm reafirmando a importância do tratamento de abordagem psicanalítica oferecido pelos CAPS e CAPSis. De outro lado, as associações de pais de autistas, lutando por uma maior oferta de locais de tratamento especializado no chamado "transtorno do espectro autista", desconsiderando a abordagem psicanalítica e o tratamento atualmente oferecido nos CAPS e CAPSi. Entendemos aqui que a concepção segregacionista de atendimento especializado em um único acometimento tem por consequência o apartamento, já advertido por Clavreul (1978), entre saúde e doença, colocando-se entre ambos um muro, muro este que, se é menos visível - e justamente por isso - ganha uma maleabilidade que o torna intransponível. Mas será que, os autistas, de fato rejeitam os CAPS e CAPSi e são intratáveis através da psicanálise? A hipótese que levantamos, a partir de nossa experiência que está sendo desenvolvida em pesquisa do Mestrado em Psicanálise da UERJ, responde que não. Tentaremos justificar essa resposta trazendo exemplos clínicos de autistas atendidos no CAPSi João de Barro, localizado na zona oeste do município do Rio de Janeiro.

Título:

A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM QUALITATIVA EM AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO

Modalidade: Apresentação Oral

Autores:

Rudi Sousa Borges e Nayara Graciella Mota Miranda.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

rudi.uerj@gmail.com

Resumo:

A avaliação neuropsicológica não é um método padrão e inclui técnicas tanto quantitativas quanto qualitativas. Conforme será exposto na descrição do caso clínico a seguir, a abordagem qualitativa pode exercer papel fundamental no processo de uma avaliação neuropsicológica. S. possui 9 anos e cursa o 1º ano do Ensino Fundamental. As queixas principais da mãe da criança foram as dificuldades de comunicação, dificuldades de aprendizagem (S. não sabe ler ou escrever), acentuados problemas nas interações sociais e comportamentos agressivos/impulsivos. A Avaliação

Neuropsicológica foi realizada através de Entrevista Neuropsicológica; aplicação do Inventário de Comportamentos Autísticos (ICA); da tentativa de uso/adaptação de testes e paradigmas de avaliação neuropsicológicos [como Dígitos (WISC-III), Figura Complexa de Rey, Denominação Verbo-Verbal, Compreensão de Ordens, Repetição e Alternância Gráfica] e da observação comportamental. Os dados qualitativos, concomitante ao resultado da escala ICA, possibilitaram a identificação de perfil neuropsicológico caracterizado por disfunção difusa das funções neurocognitivas e expressivas dificuldades de cognição social, linguagem e comportamentos atípicos/repetitivos, compatível com um quadro do transtorno invasivo do desenvolvimento. Embora pareça existir um consenso entre os profissionais sobre a importância da abordagem quantitativa, a análise qualitativa também possui forte influência no processo de uma avaliação neuropsicológica, não somente por complementar dados quantitativos, como também possibilitar uma análise integrada dos aspectos subjacentes ao desempenho apresentado e por seu significado clínico indispensável, em especial, em quadros de comprometida interação com o avaliador (como transtornos invasivos do desenvolvimento e hiperatividade) e dificuldades de lecto-escritura que restringem o uso dos instrumentos clássicos. Explorar os aspectos quantitativos e qualitativos é fundamental em uma avaliação neuropsicológica, tornando a análise dos resultados mais abrangente, integrada e contextualizada.

Palavras-chave: avaliação neuropsicológica, abordagem qualitativa, transtornos invasivos do desenvolvimento

Título:

A FRAGMENTAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL NA ESQUIZOFRENIA:
RELATO DE UM CASO ATENDIDO NO CAPS

Modalidade: Apresentação Oral

Autores:

Lívia de Sousa Schechter e Ademir Pacelli Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo:

A clínica do CAPS, voltada para quadros psicopatológicos graves, promove uma aproximação com casos de psicose que exigem do psicanalista reflexão teórica e,

ao mesmo tempo, podem contribuir para compreensão e o enriquecimento da teoria psicanalítica. A esquizofrenia, enquanto apresentação especialmente grave da psicose em que se observa marcante fragmentação da imagem do corpo, convoca a pensar sobre a constituição de uma imagem corporal unificada que permita a emergência do Eu. Neste trabalho, buscamos articular a teoria psicanalítica sobre a psicose ao caso clínico de um frequentador do CAPS, diagnosticado com esquizofrenia, cujas queixas hipocondríacas parecem apontar para essa fragmentação da imagem corporal.

Palavras-chave: CAPS, esquizofrenia, hipocondria, aproximação

Título:

DECISÕES EM DILEMAS MORAIS E SUPERVISÃO DA RESPOSTA ENTRE JOVENS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS: RESULTADOS PRELIMINARES

Modalidade: Apresentação Oral

Autoras: Elenilda Alves da Rocha, Marina Antunes, Maria Adriana Campêlo e Nayara Graciella Mota Miranda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

elenildarch@gmail.com.

Resumo:

A relação entre aspectos neuropsicológicos e moral vem sendo constantemente apontada por aqueles estudos interdisciplinares em neurociências que pesquisam, em especial, a ativação do córtex pré-frontal medial, orbitofrontal e ventromedial, e do córtex cingulado anterior. Estas regiões cerebrais apresentam um desenvolvimento tardio, mais marcado durante o fim da adolescência. Entretanto, ainda há escassa compreensão sobre a natureza desta relação, especialmente em período de desenvolvimento neuropsicológico. Para esta fase preliminar, objetivou-se estudar, entre 15 estudantes universitárias (19 - 20 anos) sem história de transtornos neurológicos ou psiquiátricos, a correlação entre um índice de supervisão da resposta (total de erros perseverativos no Self- Ordered Pointing Task; figuras abstratas) e o tipo de escolha (moral/empática ou pragmática) em dilema moral. Com menor quantidade de erros perseverativos, houve maior tendência à escolha de decisões orientadas por princípios ou regras

morais em dilema moral ($rS = ,535$, $p = ,020$). A maior capacidade de observação e monitoramento da própria conduta (menos perseverações) demonstra maior controle da sua resposta em interações com o entorno. Os resultados sugerem que esta autorregulação também se expressa na decisão em dilema moral. Assim, as escolhas orientadas por princípios e normas sociais parecem demandar maior capacidade de controle deliberado de si do que aquelas orientadas por recompensas ou sanções.

Palavras-chave: funções executivas, moral, neurodesenvolvimento, adolescência

Fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Título:

CONSTRUÇÃO DE UMA ESCALA DE AGEISMO NAS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS

Coordenadora: Profa. Dra. Lucia Helena de Freitas Pinho França

Alunos: Andreia da Rocha Siqueira-Brito – Mestranda

Cristiane Pimentel Nalin – Doutoranda (apresentação) tianenalin@gmail.com

Soniárlei Vieira Leite – Doutorando

Silvia Miranda Amorim - Mestranda

Nanci Claudete Ekman - Mestranda

Francisco Salustiano da Silva – Mestrando

Luciana Raybolt Guerson - Mestranda

Luiz Antonio da Silva – Mestrando

Resumo:

A Política Nacional do Idoso - Lei nº 8.842 (Brasil, 1994) e o Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741 (Brasil, 2003) contemplam recomendações para a profissionalização e o trabalho das pessoas mais velhas. Contudo, ainda são raras as organizações que adotam políticas para os trabalhadores mais velhos, oferecendo condições para que eles possam continuar em atividade. Paralelo a isso, é o fato do ageismo - o preconceito contra os idosos - ser pouco abordado pela academia ou pela mídia. O presente estudo teve por objetivo construir e validar uma escala brasileira de ageismo organizacional verificada pela percepção dos trabalhadores de todas as idades frente ao envelhecimento. A primeira versão do instrumento foi construída por meio de revisão bibliográfica, que deu origem a um questionário de 46 itens numa escala tipo Likert de cinco pontos. O pré-teste realizado com 82 participantes sugeriu uma escala com 39 itens e sete dimensões. A

partir da análise dos juízes e discussão com a equipe de pesquisa a escala apresentou 28 e seis dimensões: Normas/Políticas Organizacionais, Saúde e Segurança no Trabalho, Aspectos Cognitivos, Liderança/Aceitação de Ordens, Inteligência Emocional e Produtividade. Como continuidade na validação da escala para o contexto brasileiro foi realizada uma coleta de dados enviando o questionário para aproximadamente 2800 pessoas em todo o Brasil. Obtivemos um retorno de 21%, onde 600 trabalhadores responderam os questionários. Após a realização de análises fatoriais exploratórias, a escala final apresentou 14 itens divididos em dois fatores: Atitudes negativas, definidas principalmente por aspectos cognitivos e de saúde e Atitudes positivas, definidas principalmente por aspectos afetivos. Os resultados demonstraram que existem dois blocos de atitudes frente ao envelhecimento dos trabalhadores: atitudes negativas e atitudes positivas. A replicação dessa escala poderá confirmar as percepções dos trabalhadores em diversos contextos profissionais.

Palavras-chave: Ageísmo; Envelhecimento; Organizações.

Título:

CONSTRUÇÕES DE CIDADANIA CULTURAL, CUIDADO DE SI E SAÚDE COM JOVENS DO CENTRO CULTURAL CARTOLA _ COMUNIDADE DA MANGUEIRA/ RJ

Modalidade: Apresentação Oral

Autores:

Regina Glória Nunes Andrade, Ligia Valadares de Almeida, Cibele Mariano Vaz, Marcia Fraga, Isis Regina, Georgie Echeverri, Rosangela Brandão Nunes e Edna Chernicharo

Universidade do Estado do Rio De Janeiro

RESUMO

Para a realização deste projeto entramos em contato com Diretora de Projetos Especiais do CENTRO CULTURAL CARTOLA, na Favela da Mangueira. Nosso objetivo foi desenvolver uma pesquisa participativa cujas ações serão associadas a outras pesquisas que foram e que serão desenvolvidas com alunos da Pós Graduação em Psicologia Social da UERJ. Investigamos a comunicação alternativa, identidade cultural, autoestima, território, literatura e imaginário sendo que todas estas pesquisas tiveram resultados acadêmicos para alunos de graduação

Bolsa de Iniciação Científica e de Pós-graduação da UERJ. Propomos a continuação e sequência de tema da cidadania cultural porque fomos alertados pelas necessidades dos jovens e das crianças e por conceitos teóricos da contemporaneidade. Dentre eles estão os modelos de cidadania, a percepção de seu território especial e de suas produções culturais (Yúdice, 2008) o cuidado de si, e a saúde (Canclini, 2006) temas que necessitam ser pesquisados e abordados com urgência nesta comunidade carente. Nossa proposta de pesquisa utiliza também a prática de investigação do campo social e do levantamento de *habitus* como propôs Bourdieu (2002). Esta pesquisa será submetida ao Comitê de Ética da UERJ, porque pretendemos documentá-la com fotos e filmes cujo caráter eminentemente aplicado, contribui para o avanço da ciência e também para melhorias das práticas avaliadas, sobretudo quando desenvolvidas em comunidades. Nossos procedimentos metodológicos serão os Diários de Campo, entrevistas, fotos e filmes com os jovens e com crianças que freqüentam o CCC e a realização de Grupos Operativos nos quais serão selecionados temas a serem pesquisados.

Palavras Chaves: cidadania cultural, cuidado de si, saúde, vulnerabilidade

Reflexões acerca das causas psicossociais da rejeição de jovens acerca das cotas
Palavras-chave: cotas; discriminação; ideologia; dissonância cognitiva; implicação.

Autores:

Bruna Kappel (UERJ)

Álvaro Rafael Peixoto (UERJ)

Thamiris Marques da Silva (UERJ)

Aline Passeri Dias (UERJ)

Bruna Kappel (UERJ)

Rafael de Moura Coelho Pecly Wolter (UERJ)

Um tema polêmico em nossa sociedade é o das cotas ou reserva de vagas, que permeiam o mundo acadêmico. Estudos recentes demonstraram que existe uma forte rejeição, por parte dos estudantes universitários, às cotas raciais. Há um certo grau de incompreensão acerca destes resultados, muitos autores tendem a dar explicações que

estigmatizam os estudantes que rejeitam as cotas. Neste trabalho apresentaremos cinco variáveis que possivelmente influenciam o posicionamento dos jovens em relação a cotas sociais e raciais. Dentre essas possíveis causas serão apresentadas as seguintes: Proximidade aos cotistas, posição na estrutura social, direito ao benefício, experiências individuais prévias, e ideologias. A primeira causa, a proximidade aos cotistas, refere-se ao quanto os beneficiados por este programa estão presentes no círculo de relações do sujeito. Na segunda causa, será utilizando o referencial teórico de Doise, abordando a influência da posição do sujeito na estrutura social sobre seu posicionamento acerca das cotas. A terceira causa refere-se à possibilidade do direito ao benefício, que naturalmente moldaria a posição do sujeito, notadamente a partir de um processo de dissonância cognitiva tal qual descrito por Festinger. A quarta causa refere-se às experiências individuais prévias, que estão relacionadas a episódios marcantes de discriminação a minorias, vivenciados ou presenciados pelo sujeito. Por fim, a quinta e última causa refere-se às ideologias e posicionamentos políticos dos sujeitos. Cabe ressaltar que outras variáveis não tratadas por esse trabalho podem ser promissoras na compreensão do tema. Este levantamento de causas do posicionamento deve possibilitar uma melhor compreensão dos fatores que levam à rejeição ou aceitação das diferentes formas de cotas.